



E-book

# PGM

Jaboatão dos Guararapes PE

**Prova Comentada**

# APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 25/08/2024, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para a **Procuradoria Geral do Município de Jaboatão dos Guararapes**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING da PGM-Jaboatão dos Guararapes** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/a1dffc8c-2317-495f-8fa4-17ae9c5f3244>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/cfa18138-f58b-4bc4-a6de-a2a0516962c0>



**Estratégia Carreira Jurídica - YouTube**

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

# PROVA COMENTADA - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

**QUESTÃO 01.** Suponha que determinada Constituição estadual estabeleça que, dentre outras hipóteses, o Estado intervirá nos Municípios quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada, salvo quando o inadimplemento estiver vinculado a alguma gestão anterior. Previsão dessa natureza seria

a) compatível com a Constituição Federal, que condiciona a decretação de intervenção, nessa hipótese, à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado respectivo, no prazo de vinte e quatro horas.

b) compatível com a Constituição Federal, que dispensa a apreciação do decreto de intervenção pela Assembleia Legislativa do Estado respectivo, nessa hipótese, devendo o decreto limitar-se a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.

c) incompatível com a Constituição Federal, no que se refere à ressalva feita à referida hipótese de intervenção do Estado no Município.

d) incompatível com a Constituição Federal, no que se refere ao condicionamento da referida hipótese de intervenção à inexistência de motivo de força maior para o inadimplemento.

e) incompatível com a Constituição Federal, que não contempla hipótese de intervenção dos Estados no Município em virtude do não pagamento da dívida fundada.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre a Intervenção Estadual.

A Intervenção possui a finalidade de suprimir a autonomia dos entes federativos em hipóteses específicas. A regra é a não intervenção de um ente sobre o outro. Tal mecanismo deve ser utilizado de forma excepcional e temporária, está previsto na CF/88. As situações que demandam uma medida como essa são determinadas taxativamente pelo texto constitucional. Conforme o art. 35, II da CF/88, o Estado não intervirá em seus Municípios, exceto, dentre outras hipóteses, quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada. Perceba que não há exceção! Logo, a previsão indicada no enunciado é incompatível com a Constituição Federal, no que se refere à ressalva feita à referida hipótese de intervenção do Estado no Município. Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

**QUESTÃO 02.** Lei municipal que estabeleça a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais, sediados no Município, manterem serviços de segurança privada, por meio de empregados contratados pelo regime celetista, será

a) incompatível com a Constituição Federal, cabendo ser objeto de reclamação, perante o STF, para assegurar a autoridade de decisões proferidas em sede de recurso extraordinário com repercussão geral.

b) compatível com a Constituição Federal, cabendo ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade, perante o STF caso haja controvérsia judicial relevante sobre sua aplicação.

c) incompatível com a Constituição Federal, cabendo ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, perante o STF.

d) incompatível com a Constituição Federal, cabendo ser objeto de arguição de descumprimento de preceito fundamental, perante o STF.

e) incompatível com a Constituição Federal, cabendo ser objeto de reclamação, perante o STF, por contrariedade a súmula vinculante sobre a matéria.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão cobra dois temas bem importantes: Repartição de Competências e Controle de Constitucionalidade.

A alternativa A está incorreta. Realmente, é incompatível com a Constituição Federal. Porém, no referido caso, não cabe a Reclamação Constitucional. A partir da leitura do art. 103-A, §3º, da CF/88, do art. 7º da Lei nº 11.417/06 e do art. 988, do NCPC, encontramos 04 (quatro) hipóteses de cabimento da Reclamação Constitucional. São elas: 1) Preservar a competência do Tribunal: visa-se evitar que o órgão jurisdicional de primeiro grau venha a usurpar a competência de tribunal. 2) Garantir a autoridade das decisões do tribunal: esta hipótese é possível no STF, quando nos encontramos diante de um processo subjetivo, ou seja, se uma decisão proferida neste tipo de processo for desrespeitada, seja por um outro juízo ou autoridade administrativa. 3) Garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade. 4) Garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.

A alternativa B está incorreta. Na verdade, é incompatível com a CF/88. Além disso, não cabe ADC, porque ela tem como objeto apenas as leis e atos normativos federais, nos termos do art. 102, I, a da CF/88.

A alternativa C está incorreta. Não cabe ADI, porque ela tem como objeto a aferição da validade de lei ou ato normativo federal ou estadual editados posteriormente à promulgação da Constituição Federal, segundo o art. 102, I, a da CF/88.

A alternativa D está correta. Conforme o STF, no RE 833.291, “é inconstitucional lei municipal que estabeleça a obrigação da implantação, nos shopping centers, de ambulatório médico ou serviço de pronto-socorro equipado para o atendimento de emergência”. De acordo com a Corte, invade esfera legislativa da União e afronta os princípios da livre iniciativa, da razoabilidade e da proporcionalidade a lei municipal que obrigue a implantação. De igual modo, Lei municipal que estabeleça a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais, sediados no Município, manterem serviços de segurança privada, por meio de empregados contratados pelo regime celetista, será incompatível com a Constituição Federal. Na referida situação, cabe ADPF perante o STF para questionar a constitucionalidade da Lei Municipal face à CF/88. A ADPF surgiu para

suprir uma lacuna do controle concentrado de constitucionalidade. Ela tem caráter subsidiário, ou seja, não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz para sanar a lesividade. Trata-se, portanto, de ação de caráter residual, é a previsão do art. 102, §1º da CF/88 e art. 1º; 4º, §1º da Lei nº 9.882/99.

A alternativa E está incorreta. De fato, é incompatível com a Constituição Federal. Mas, no referido caso, não há contrariedade a súmula vinculante. Logo, não cabe a Reclamação Constitucional.

**QUESTÃO 03. Em sede de representação de inconstitucionalidade, determinado Tribunal de Justiça (TJ) declarou a inconstitucionalidade de dispositivo de lei orgânica municipal que proíbe a participação em licitação ou a contratação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança na Administração municipal. Nessa hipótese, a referida previsão legal é**

**a) inconstitucional, por ofensa a competência privativa da União para legislar sobre licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.**

**b) constitucional, sendo cabível a interposição de recurso extraordinário, em face da decisão prolatada pelo TJ, e havendo repercussão geral, por contrariedade à jurisprudência dominante do STF.**

**c) inconstitucional, por ofensa à competência da União para editar normas gerais em matéria de licitação e contratação públicas, de competência legislativa concorrente.**

**d) constitucional, sendo cabível o ajuizamento de reclamação, em face da decisão prolatada pelo TJ, perante o STF, por contrariedade a súmula vinculante sobre a matéria.**

**e) constitucional, sendo cabível o ajuizamento de reclamação, em face da decisão prolatada pelo TJ, perante o STF, por ter usurpado a competência da Corte para o julgamento de ação de controle concentrado, tendo por parâmetro a Constituição Federal.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão versa sobre a Vedação ao Nepotismo e o Controle de Constitucionalidade.

O nepotismo ocorre no âmbito da Administração Pública quando um agente usa de sua posição de poder para nomear, contratar ou favorecer um ou mais parentes.

Nesse sentido, confira a Súmula Vinculante nº 13: “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta, em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”. Inclusive, o STF entende que o nepotismo é uma prática inconstitucional que ofende aos princípios da moralidade e da impessoalidade, previstos no art. 37, caput da CF/88. Diante do exposto, a previsão disposta no enunciado é

constitucional. Em geral, a decisão do Tribunal de Justiça no âmbito do controle abstrato de constitucionalidade, é irrecorrível. Não há que se falar nem mesmo em recurso para o STF. Todavia, existe uma possibilidade de recurso extraordinário para o STF, cabível quando o parâmetro constitucional for norma de reprodução obrigatória pelos Estados-membros.

Com base no comentário da alternativa B, as alternativas A, C, D e E estão incorretas.

**QUESTÃO 04. Determinada empregada da iniciativa privada, submetida ao regime celetista, está grávida e mantém união estável homoafetiva com servidora pública municipal. Nessa hipótese, em tese,**

**a) apenas a empregada gestante fará jus à licença-maternidade, pelo período respectivo, não sendo reconhecido à servidora não gestante o direito à licença, por não ser casada com a gestante.**

**b) a empregada gestante fará jus à licença-maternidade, pelo período respectivo, desde que a servidora não gestante não venha a usufruir do benefício, pelo mesmo período.**

**c) apenas a empregada gestante fará jus à licença-maternidade, pelo período respectivo, não sendo reconhecido à servidora não gestante o direito a afastamento em virtude da mesma gestação.**

**d) ambas farão jus a licença-maternidade, pelo mesmo período.**

**e) a empregada gestante fará jus à licença-maternidade, pelo período respectivo, e a servidora não gestante fará jus à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão versa sobre os Direitos Sociais, especialmente a licença-maternidade e licença-paternidade.

Com base no enunciado, determinada empregada da iniciativa privada, submetida ao regime celetista, está grávida e mantém união estável homoafetiva com servidora pública municipal. Na ADI 4.277 e ADPF 132, o Supremo Tribunal Federal já decidiu que os casais formados por pessoas do mesmo sexo devem receber a mesma proteção dada pela Constituição às famílias formadas por casais heteroafetivos. O STF, no RE 1.211.446, explicou que a Constituição protege a maternidade e a infância (arts. 6º e 201, II) e garante o direito à licença-maternidade (art. 7º, XVIII, e 39, § 3º) para permitir que as mães se dediquem aos cuidados da criança, sem perder o trabalho ou o salário. Isso é especialmente importante para o desenvolvimento da criança. Por isso, não faz sentido que esse direito seja garantido apenas às mães que engravidam. Apesar disso, como a licença gera custos, somente uma das companheiras terá direito à licença-maternidade. A outra poderá se afastar do trabalho por prazo igual ao da licença-paternidade.

**QUESTÃO 05. Uma mulher habita, com seus dois filhos, há mais de cinco anos, uma área urbana de 210 m², parte de um imóvel maior, de propriedade particular alheia, situado em Município com 30 mil habitantes. Durante esse período, a posse sobre a área referida não sofreu interrupção alguma, nem**

oposição do proprietário. Pretendendo adquirir o domínio dessa área, a possuidora procurou a Defensoria Pública, que promoveu as medidas cabíveis para tanto, na instância competente. A pretensão, contudo, foi indeferida, sob o fundamento de que o Plano Diretor municipal fixa o módulo urbano em 360 m<sup>2</sup>, não podendo ser reconhecido domínio sobre área inferior. Nessa hipótese, o fundamento para o indeferimento do pleito é

a) improcedente, pois, embora o Município tenha competência para dispor sobre a ordenação territorial da cidade, não poderia fixar o módulo em área superior àquela que a Constituição estabelece como sendo passível de usucapião especial direito cujo reconhecimento, contudo, não será cabível, no caso, pelo não preenchimento dos requisitos constitucionais quanto às características da área objeto do pleito, nem quanto à finalidade de sua utilização.

b) improcedente, pois, embora o Município tenha competência para dispor sobre a ordenação territorial da cidade, legislação infraconstitucional que estabeleça módulos urbanos na área em que situado o imóvel não pode obstar o reconhecimento do direito à usucapião especial urbana, que será cabível, no caso, desde que a possuidora não seja proprietária de outro imóvel urbano ou rural e que não lhe tenha sido reconhecido esse direito antes.

c) procedente, uma vez que o Município em questão, por expressa atribuição constitucional, possui competência para elaboração de Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, por meio do qual se afere o preenchimento da função social da propriedade urbana, obstando, no caso, a pretensão à usucapião da área referida.

d) improcedente, pois, embora o Município tenha competência para dispor sobre a ordenação territorial da cidade, legislação infraconstitucional que estabeleça módulos urbanos na área em que situado o imóvel não pode obstar o reconhecimento do direito à usucapião especial urbana, que, contudo, não será cabível, no caso, pelo não preenchimento dos requisitos constitucionais quanto às características da área objeto do pleito, nem quanto à finalidade de sua utilização.

e) improcedente, pois, embora o Município tenha competência para dispor sobre a ordenação territorial da cidade, não poderia fixar o módulo em área superior àquela que a Constituição estabelece como sendo passível de usucapião especial, direito cujo reconhecimento será cabível, no caso, desde que a possuidora não seja proprietária de outro imóvel urbano ou rural e que não lhe tenha sido reconhecido esse direito antes.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda a Usucapião Especial Urbana. De acordo com o art. 183 da CF/88, “aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural”. O §2º do mesmo dispositivo estabelece que, esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez. O erro do enunciado é afirmar que o Plano Diretor municipal fixa o módulo urbano em 360 m<sup>2</sup>, não podendo ser reconhecido domínio sobre área inferior, pois embora o Município tenha competência para dispor sobre a ordenação territorial da cidade (art. 182 da CF/88), legislação infraconstitucional que estabeleça módulos urbanos na área em que situado o imóvel não pode obstar o reconhecimento do direito à usucapião especial

urbana, que será cabível, no caso, desde que a possuidora não seja proprietária de outro imóvel urbano ou rural e que não lhe tenha sido reconhecido esse direito antes. Inclusive, foi o entendimento do STF no RE 422349. Segundo a Corte, “preenchidos os requisitos do art. 183 da Constituição Federal, o reconhecimento do direito à usucapião especial urbana não pode ser obstado por legislação infraconstitucional que estabeleça módulos urbanos na respectiva área em que situado o imóvel (dimensão do lote)”.

**QUESTÃO 06. Considere as seguintes afirmações, acerca das Procuradorias Municipais, como órgãos de representação judicial e extrajudicial dos Municípios, bem como de consultoria e assessoramento jurídico dos Executivos respectivos:**

**I. A instituição de Procuradorias Municipais insere-se no exercício da prerrogativa de auto-organização de cada Município, inexistindo norma constitucional de reprodução obrigatória que vincule o Legislativo municipal à criação de órgãos próprios de advocacia pública.**

**II. Uma vez instituído órgão próprio de Procuradoria no âmbito municipal, a composição de seu corpo técnico sujeita-se à obrigatoriedade de realização de concurso público para provimento dos cargos respectivos, não havendo possibilidade de contratação de advogados externos para prestação de serviços jurídicos ao Município.**

**III. Os Procuradores Municipais integram a Advocacia Pública e, na condição de função essencial à Justiça, não se submetem ao teto remuneratório equivalente ao subsídio mensal do Prefeito, embora não lhes sejam assegurados vencimentos superiores a esse valor, sendo do Chefe do Executivo municipal a iniciativa para a lei de fixação dos subsídios da categoria.**

**Está correto o que se afirma em**

**a) I e III, apenas.**

**b) I, II e III.**

**c) III, apenas.**

**d) II, apenas.**

**e) I e II, apenas.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre as Procuradorias Municipais.

O item I está correto. De acordo com o STF, na ADI 6.331, “a instituição de Procuradorias municipais depende da escolha política autônoma de cada município, no exercício da prerrogativa de sua auto-organização. É inconstitucional a interpretação de norma estadual que conduza à obrigatoriedade de implementação de Procuradorias municipais, eis que inexistente norma constitucional de reprodução obrigatória que vincule o poder legislativo municipal à criação de órgãos próprios de advocacia pública”.

O item II está incorreto. Com base no entendimento do STF, fixado na ADI 6.331, “feita a opção municipal pela criação de um corpo próprio de procuradores, a realização de concurso público é a única forma constitucionalmente possível de provimento desses cargos (art. 37, II, da CRFB/88), ressalvadas as situações excepcionais situações em que também à União, aos Estados e ao Distrito Federal pode ser possível a contratação de advogados externos, conforme os parâmetros reconhecidos pela jurisprudência desta Corte”. Portanto, é errado afirmar que não há possibilidade de contratação de advogados externos para prestação de serviços jurídicos ao Município, o próprio STF reconhece, exceccionalmente, a possibilidade.

O item III está correto. Segundo o art. 37, XI da CF/88, “a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos”. Conforme o STF, no RE 663696, “1. Os procuradores municipais integram a categoria da Advocacia Pública inserida pela Constituição da República dentre as cognominadas funções essenciais à Justiça, na medida em que também atuam para a preservação dos direitos fundamentais e do Estado de Direito. 2. O teto de remuneração fixado no texto constitucional teve como escopo, no que se refere ao thema decidendum, preservar as funções essenciais à Justiça de qualquer contingência política a que o Chefe do Poder Executivo está sujeito, razão que orientou a aproximação dessas carreiras do teto de remuneração previsto para o Poder Judiciário. 3. Os Procuradores do Município, conseqüentemente, devem se submeter, no que concerne ao teto remuneratório, ao subsídio dos desembargadores dos Tribunais de Justiça estaduais, como impõe a parte final do art. 37, XI, da Constituição da República”. No mais, a Corte entendeu que “6. O texto constitucional não compele os Prefeitos a assegurarem aos Procuradores municipais vencimentos que superem o seu subsídio, porquanto a lei de subsídio dos procuradores é de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo municipal, ex vi do art. 61, §1º, II, “c”, da Carta Magna”.

Diante do exposto, os itens I e III estão corretos.

**QUESTÃO 07. Lei ordinária municipal que autorize a criação de empresa pública para a prestação de serviços de assistência à saúde, inseridos no âmbito do Sistema Único de Saúde, de acesso integral e universal, será**

**a) inconstitucional, uma vez que empresas públicas se sujeitam a regime jurídico próprio das empresas privadas, não estando autorizadas a prestar serviços públicos.**

**b) inconstitucional, uma vez que é vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções a entidades submetidas a regime jurídico de direito privado na área de assistência à saúde.**

c) inconstitucional, uma vez que a autorização para criação de empresas estatais é matéria reservada à lei complementar do ente respectivo.

d) constitucional, desde que haja lei complementar federal que defina as áreas de atuação das empresas públicas prestadoras de serviço público e que a lei municipal seja com ela compatível.

e) constitucional, no que se refere à espécie legislativa eleita, à competência legislativa do ente para sua adoção e à finalidade da empresa estatal.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão versa sobre a criação de empresa pública para a prestação de serviços de assistência à saúde. De acordo com a Lei Municipal 5.723/2013, a Empresa Cuiabana de Saúde tem por finalidade exclusiva a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade. Na ADI 4.895, a PGR alegou que seria inconstitucional a instituição da empresa por meio de lei municipal, diante da ausência de lei complementar federal para definir as áreas de atuação das empresas públicas prestadoras de serviços públicos na área da saúde. O art. 37, XIX da CF/88, estabelece que, “somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação”. Na ADI 4.895 foi decidido que a exigência da edição de lei complementar para a regulamentação da prestação de serviços (inciso XIX do artigo 37 da Constituição) se aplica apenas a fundações, e não a empresas públicas ou sociedades de economia mista. Logo, nada impede a criação de estatais que prestem, com exclusividade, determinado serviço público.

Com base no comentário da alternativa E, as demais alternativas estão incorretas.

**QUESTÃO 08.** Certo governo municipal pretende promover alterações em determinados espaços territoriais e seus recursos ambientais, instituídos, por atos do próprio poder público municipal, como áreas que gozam de proteção ambiental especial. Como linha geral de atuação, considerando o que a esse propósito estabelece a Constituição Federal, ao disciplinar a tutela do direito ao meio ambiente, eventuais alterações

a) dependerão de lei, caso resultem em supressão dos espaços territoriais protegidos ou em modificação que implique prejudicialidade ou retrocesso ao status de proteção já outorgado, ainda que sua instituição tenha sido feita por ato do poder público municipal.

b) poderão ser veiculadas por ato do poder público municipal, caso resultem em ampliação do status de proteção já outorgado, uma vez que sua instituição se deu por ato do próprio poder público municipal, embora dependa de lei a instituição de novos espaços protegidos.

c) dependerão de lei, em quaisquer circunstâncias, ainda que seja para eventual ampliação dos espaços já protegidos ou instituição de novos, uma vez que acarretarão restrição ao direito de propriedade de quem venha a ser atingido com a medida.

**d) dependerão de lei, caso resultem em supressão dos espaços territoriais protegidos, embora possam ser viabilizadas por ato do poder público municipal, em caso de modificação que implique diminuição ou restrição do status de proteção originalmente outorgado.**

**e) poderão ser veiculadas por ato do poder público municipal, ainda que resultem em supressão dos espaços territoriais protegidos ou em modificação que implique prejudicialidade ou retrocesso ao status de proteção já outorgado, uma vez que sua instituição se deu por ato do próprio poder público municipal.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre as áreas que gozam de proteção ambiental especial.

A ADI 4.717 foi ajuizada contra a Medida Provisória n. 558/2012, que “dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós, e dá outras providências”. Após a propositura da ação, a Medida Provisória n. 558/2012 foi convertida na Lei n. 12.678/2012. Pela conversão da medida provisória em lei, o Procurador-Geral da República ofereceu aditamento à inicial. O art. 225, §1º, III, da CF/88, impõe que a alteração ou supressão de espaços territoriais especialmente protegidos somente pode ser feita por lei formal, com amplo debate parlamentar e participação da sociedade civil e dos órgãos e instituições de proteção ao meio ambiente, em observância à finalidade do dispositivo constitucional, que é assegurar o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Portanto, é inconstitucional a redução ou a supressão de espaços territoriais especialmente protegidos, como é o caso das unidades de conservação, por meio de medida provisória, já que isso viola o art. 225, § 1º, III, da CF/88. Já a criação ou a ampliação das unidades de conservação pode ser feita por meio de LEI ou DECRETO do chefe do Poder Executivo federal, estadual ou municipal.

Com base no exposto, as demais alternativas estão incorretas.

**QUESTÃO 09. Uma brasileira nata, casada com um estrangeiro residente no Brasil, submete-se, voluntariamente, a processo de naturalização perante o Estado do qual seu marido é nacional e para onde pretendem se mudar, quando vierem a ter filhos. Uma vez obtida a nacionalidade estrangeira, ela perderá a nacionalidade brasileira:**

**a) pelo fato de haver adquirido outra nacionalidade por naturalização voluntária, o que, no entanto, não a impede de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei; e os filhos que vierem a ter no exterior, acaso ela tenha readquirido a nacionalidade brasileira, serão considerados brasileiros natos, se vierem a residir no Brasil e optarem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.**

**b) se a tiver cancelada, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional; e os filhos que vierem a ter no exterior, nessas condições, serão considerados estrangeiros.**

**c) apenas se fizer pedido expresse de perda perante a autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia; e os filhos que vierem a ter no exterior, acaso ela não haja renunciado à nacionalidade brasileira, serão considerados brasileiros natos, desde que venham a residir no Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.**

d) apenas se fizer pedido expresse de perda perante a autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia; e os filhos que vierem a ter no exterior, acaso ela não haja renunciado à nacionalidade brasileira, serão considerados brasileiros natos, se forem registrados em repartição brasileira competente.

e) pelo fato de haver adquirido outra nacionalidade por naturalização voluntária, o que a impede de readquirir sua nacionalidade brasileira originária; e os filhos que vierem a ter no exterior, nessas condições, serão considerados estrangeiros.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão versa sobre a aquisição e a perda da nacionalidade.

A Emenda Constitucional nº 131/23 trouxe alterações significativas nas hipóteses de perda da nacionalidade brasileira. Nossa Constituição estabeleceu o tema no §4º do art. 12. Antes da reforma, as situações de perda estavam direcionadas para o cancelamento de naturalização e aquisição de outra nacionalidade.

A alternativa A está incorreta. O fato de haver adquirido outra nacionalidade por naturalização voluntária não acarreta a perda da nacionalidade.

A alternativa B está incorreta. Segundo o §4º do art. 12 da CF/88, “será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que: I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático”. Mas, a referida situação se aplica apenas ao brasileiro naturalizado.

A alternativa C está incorreta. De fato, o art. 12 da CF/88 estabelece que “são brasileiros: I - natos: c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira”. A hipótese indicada na alternativa está correta. No entanto, a letra D está mais correta, porque se houver o registro em repartição brasileira competente, não há necessidade de residir na República Federativa do Brasil e optar, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

A alternativa D está correta. Segundo o §4º do art. 12 da CF/88, “será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que: I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático; II - fizer pedido expresse de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia”. O §5º do mesmo dispositivo indica que “a renúncia da nacionalidade, nos termos do inciso II do § 4º deste artigo, não impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei”. O art. 12 da CF/88 estabelece que “são brasileiros: I - natos: c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira”. A condição da alínea “c” permite que um filho de pai ou mãe brasileira que não esteja a serviço do Brasil e que venha a nascer no exterior possa ser considerado brasileiro nato.

A alternativa E está incorreta. Mais uma vez, o fato de haver adquirido outra nacionalidade por naturalização voluntária não acarreta a perda da nacionalidade.

**QUESTÃO 10.** O Prefeito de determinado Município pretende editar Decreto estabelecendo que, no ato da matrícula de criança, em estabelecimentos da rede pública municipal de ensino, fica dispensada a apresentação de documento comprobatório da aplicação de vacinas integrantes do Programa Nacional de Imunizações. Considerando que tanto o referido Programa, quanto a obrigatoriedade de vacinação das crianças, nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias, são previstos em leis federais, o poder público municipal

a) disporá de competência para editar a norma pretendida, desde que seja precedida de lei estadual que autorize a dispensa da aludida obrigatoriedade no âmbito do Estado em que situado o Município, por se tratar de exercício de competência legislativa suplementar do Estado, em matéria de competência concorrente, para atender às peculiaridades regionais.

b) não dispõe de competência para editar a norma pretendida, sob pena de desrespeito à distribuição constitucional de competências legislativas, embora, no mérito, a medida seja admissível, em defesa da liberdade de consciência e de convicção filosófica dos pais ou responsáveis, bem como do poder familiar.

c) não dispõe de competência para editar a norma pretendida, sob pena de desrespeito à distribuição constitucional de competências legislativas, bem como de ofensa ao dever do Estado de proteger a infância, assegurando os direitos à saúde, à educação e a convivência de todos em um ambiente sanitário seguro.

d) dispõe de competência para editar a norma pretendida, por se tratar de matéria atinente à organização e ao funcionamento da Administração Municipal, de competência privativa do chefe do Executivo, não interferindo na obrigatoriedade de vacinação, em si, sobre a qual não versará.

e) disporá de competência para editar a norma pretendida, desde que seja precedida de lei municipal que autorize a dispensa da aludida obrigatoriedade, por se tratar de exercício de competência para legislar sobre assuntos de interesse local, atinentes à organização do sistema escolar municipal.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre a dispensa da apresentação de documento comprobatório da aplicação de vacinas integrantes do Programa Nacional de Imunizações no ato da matrícula de criança, em estabelecimentos da rede pública municipal de ensino. A edição de decretos e atos normativos por municípios de Santa Catarina que dispensaram a apresentação de comprovante de vacinação contra a covid-19 para matrícula de alunos na rede municipal de ensino motivou a ADPF 1123. De acordo com o STF, no caso da vacinação contra a Covid-19, uma vez incluída no Plano Nacional de Imunização, não pode o poder público municipal normatizar no sentido de sua não obrigatoriedade, sob pena de desrespeito à distribuição de competências legislativas. Além disso, a Corte ressaltou que é dever do Estado proteger a infância e a adolescência, assegurando o direito social à saúde e à educação.

**QUESTÃO 11.** Relativamente à organização e ao funcionamento de seu órgão legislativo, Município com 710 mil habitantes deverá observar, dentre outros, os seguintes preceitos constitucionais: para a composição da Câmara Municipal, limite máximo de

a) 29 Vereadores; subsídio máximo dos Vereadores correspondente a 75% do subsídio dos Deputados Estaduais; e gasto da Câmara Municipal não superior a 70% de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores

b) 29 Vereadores; subsídio máximo dos Vereadores correspondente a 70% do subsídio dos Deputados Estaduais; e gasto da Câmara Municipal não superior a 4,5% de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores e excluídos os gastos com inativos.

c) 27 Vereadores; subsídio máximo dos Vereadores correspondente a 75% do subsídio dos Deputados Estaduais; e gasto da Câmara Municipal não superior a 70% de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

d) 27 Vereadores; subsídio máximo dos Vereadores correspondente a 70% do subsídio dos Deputados Estaduais; e gasto da Câmara Municipal não superior a 4,5% de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores e excluídos os gastos com inativos.

e) 25 Vereadores; subsídio máximo dos Vereadores correspondente a 60% do subsídio dos Deputados Estaduais; e gasto da Câmara Municipal não superior a 70% de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre a composição da Câmara Municipal para Município com 710 mil habitantes.

O art. 29 da CF/88 estabelece que “para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de: j) 27 (vinte e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 600.000 (seiscentos mil) habitantes e de até 750.000 (setecentos cinquenta mil) habitantes. Já o inciso VI do art. 29 da CF/88, indica o seguinte: “o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos: f) em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais”. O art. 29-A, §1º da CF/88 explica que “a Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores”.

**QUESTÃO 12.** Considere o seguinte excerto de acórdão prolatado por Tribunal de Justiça estadual, em sede de apelação, tendo por objeto controvérsia relativa a uma contratação temporária efetuada por determinado Município:

"Na hipótese dos autos, impõe-se o reconhecimento da nulidade da contratação realizada entre o autor/apelado e a Administração Pública Municipal, seja em razão da inexistência de demonstração de sua excepcional necessidade, seja pela ausência de limitação temporal do vínculo, ante as sucessivas e injustificáveis renovações contratuais que totalizaram aproximadamente 7 (sete) anos de prestação de labor dito temporário [...]".

Diante das circunstâncias do caso, a contratação referida

a) não gerará efeitos jurídicos válidos em relação ao servidor contratado, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, não lhe sendo, assim, devidos décimo terceiro salário, nem férias remuneradas acrescidas do terço constitucional.

b) não gerará quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação ao servidor contratado, uma vez que foi realizada em desconformidade com os preceitos constitucionais pertinentes.

c) não gerará efeitos jurídicos válidos em relação ao servidor contratado, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado, sob pena de locupletamento ilícito da Administração Municipal.

d) ensejará o direito do servidor à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, desde que haja expressa previsão legal e/ou contratual, ao recebimento de décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional.

e) ensejará o direito do servidor à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, bem como a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão versa sobre a contratação temporária pela Administração Pública e as sucessivas renovações.

De acordo com o art. 37, IX da CF/88: “a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público”. Ou seja, a contratação temporária, autorizada pelo art. 37, IX, da CF, pressupõe que ela se dê por prazo determinado. Em razão da inexistência de demonstração de sua excepcional necessidade seja pela ausência de limitação temporal do vínculo, ante as sucessivas e injustificáveis renovações contratuais, comprovando, assim, a ausência de temporariedade da função, ou seja, que seu desempenho possuía caráter permanente. Nesse sentido, o STF explica que “a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS”.

O Plenário do STF (RE 1066677), ao apreciar recentemente o Tema 551, sob a sistemática da Repercussão Geral, por maioria de votos, estabeleceu a seguinte tese: “Servidores temporários não fazem jus a décimo

terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional, salvo (I) expressa previsão legal e/ou contratual em sentido contrário, ou (II) comprovado desvirtuamento da contratação temporária pela Administração Pública, em razão de sucessivas e reiteradas renovações e/ou prorrogações”. Com base no comentário sobre a alternativa E, as demais alternativas estão incorretas.

**QUESTÃO 13.** Ao julgar ação direta de inconstitucionalidade tendo por objeto dispositivo de Constituição estadual que estabelecia obrigatoriedade de anuência de órgãos estaduais para o licenciamento ambiental de qualquer obra ou atividade pública ou privada no território do Estado, o STF deu procedência ao pedido, para o fim de fixar o entendimento de que é inconstitucional a interpretação do aludido dispositivo de que decorra a supressão da competência dos Municípios para regular e executar o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos de impacto local. Ao assim decidir, o STF procedeu à

a) interpretação conforme à Constituição, do dispositivo objeto de controle, de modo a afastar a interpretação que retire dos Municípios as competências que possuem em matéria de meio ambiente, tanto político-administrativas, como para legislar no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.

b) declaração de inconstitucionalidade total do dispositivo objeto de controle, sob o fundamento de ofensa às competências político-administrativas e legislativa dos Municípios em matéria de meio ambiente, inerentes à sua autonomia como ente da federação.

c) declaração de inconstitucionalidade parcial do dispositivo objeto de controle, com redução de texto, de modo a assegurar, no âmbito local, a competência dos Municípios para exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

d) interpretação conforme à Constituição, do dispositivo objeto de controle, de modo a inserir no texto a ressalva relativa à competência dos Municípios para exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental.

e) declaração de inconstitucionalidade parcial do dispositivo objeto de controle, com redução de texto, de modo a afastar a interpretação que retire dos Municípios as competências que possuem em matéria de meio ambiente, tanto político-administrativas, como para legislar no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre a jurisprudência do STF no tocante à competência dos Municípios para regular e executar o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos de impacto local. Na ADI 2.142, foi questionada a constitucionalidade do art. 264 da Constituição do Estado do Ceará, alegando que a exigência de anuência de órgãos estaduais para o licenciamento ambiental viola o princípio federativo e a autonomia municipal. Conforme o art. 24 da CF/88, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição. A

Constituição menciona que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal, não menciona o Município. No entanto, o STF entende que o Município pode legislar sobre assuntos de interesse local, quando traga questões atinentes ao município. De acordo com o RE 586224, “o município é competente para legislar sobre o meio ambiente, com União e Estado, no limite de seu interesse local, e desde que tal regramento seja suplementar e harmônico à disciplina estabelecida pelos demais entes federados. Também há aplicação do art. 30 da CF/88: “Compete aos Municípios: II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”. Por fim, vale destacar que na ADI 2.142, o STF deu procedência ao pedido, para dar interpretação conforme ao art. 264 da Constituição do Estado do Ceará a fim de resguardar a competência municipal para o licenciamento de atividades e empreendimentos de impacto local. Confira a tese de julgamento: “É inconstitucional interpretação do art. 264 da Constituição do Estado do Ceará de que decorra a supressão da competência dos Municípios para regular e executar o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos de impacto local”.

Diante do comentário sobre a alternativa A, as demais são incorretas.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão versa sobre as regras constitucionais aplicáveis ao Prefeito.

A alternativa A está incorreta. Segundo o art. 29, X da CF/88, compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar os crimes comuns e de responsabilidades impróprios (infrações penais) praticados pelos Prefeitos Municipais. No entanto, é de competência da Câmara Municipal julgar os crimes de responsabilidade próprios (infrações político-administrativas).

A alternativa B está incorreta. Com base na ADI 3.114, o STF entendeu que “as normas constitucionais de processo legislativo não impossibilitam, em regra, a modificação, por meio de emendas parlamentares, dos projetos de lei enviados pelo chefe do Poder Executivo no exercício de sua iniciativa privativa. Essa atribuição do Poder Legislativo brasileiro esbarra, porém, em duas limitações: a) a impossibilidade de o Parlamento veicular matérias diferentes das versadas no projeto de lei, de modo a desfigurá-lo; e b) a impossibilidade de as emendas parlamentares aos projetos de lei de iniciativa do presidente da República, ressalvado o disposto no § 3º e no § 4º do art. 166, implicarem aumento de despesa pública (inciso I do art. 63 da CF)”.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 29, II, temos o seguinte: “eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores”. Perceba que não são 200.000 habitantes, sim MAIS DE 200.000 ELEITORES.

A alternativa D está correta. De acordo com o art. 29 da CF/88, temos que: “O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos: XIV - perda do mandato do Prefeito, nos termos do art. 28, parágrafo único”. No entanto, o parágrafo único do art. 28 foi renumerado pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, se transformando em parágrafo primeiro. O art. 28 da CF/88, em seu parágrafo primeiro, estabelece que: “Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V”. O art. 38, II indica que: “Ao servidor público da administração direta, autárquica

e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições: investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração”.

A alternativa E está incorreta. O art. 37, V da CF/88 estabelece que “as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento”. Na ADI 6.180, o STF fixou o seguinte entendimento: “para fins de mera reorganização interna da Administração Pública, não é cabível a transformação, mediante decreto ou outro ato normativo infralegal, de funções de confiança em cargos em comissão e vice-versa, uma vez que tais postos funcionais possuem naturezas e formas de provimento distintas, por expressa disposição constitucional (art. 37, inciso V, da CF)”.

**QUESTÃO 15. Membro de determinado Ministério Público Estadual (MPE), em cujos quadros ingressou há 15 anos, foi convidado a integrar a Administração da capital do Estado respectivo, na qualidade de Secretário Municipal de Justiça. Pensa, todavia, em se filiar a partido político e candidatar-se, nas próximas eleições, a Vereador do mesmo Município. Considerados esses elementos à luz da disciplina constitucional pertinente, referido membro do MPE estará**

**a) impedido de aceitar o convite para integrar a Administração municipal, enquanto for membro do MPE; mas estará autorizado a filiar-se a partido político e candidatar-se, devendo afastar-se do cargo que ocupa no MPE, caso seja eleito.**

**b) impedido de aceitar o convite para integrar a Administração municipal, bem como de filiar-se a partido político e candidatar-se, enquanto for membro do MPE.**

**c) autorizado a aceitar o convite para integrar a Administração municipal, por se tratar de cargo de Secretário de Prefeitura de capital, bem como a filiar-se a partido político e candidatar-se, sempre mediante licença do cargo que ocupa no MPE.**

**d) autorizado a aceitar o convite para integrar a Administração municipal, bem como a filiar-se a partido político e candidatar-se, desde que se encontre em disponibilidade.**

**e) autorizado a aceitar o convite para integrar a Administração municipal, mediante afastamento do cargo que ocupa no MPE por se tratar de cargo de Secretário de Prefeitura de capital; mas estará impedido de filiar-se a partido político e candidatar-se. enquanto for membro do MPE.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão cobrou aspectos relacionados ao Ministério Público.

A Constituição estabeleceu expressamente algumas vedações aos membros do Ministério Público. Nesse sentido, confira o art. 128, §5º da CF/88: Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros: II - as seguintes vedações: a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais; b) exercer a

advocacia; c) participar de sociedade comercial, na forma da lei; d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério; e) exercer atividade político-partidária; f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei. O membro do MPE é impedido de aceitar o convite para integrar a Administração municipal, já que é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério, segundo o art. 128, §5º, II, d da CF/88. Bem como, filiar-se ao partido político e candidatar-se, enquanto for membro do MPE, já que não pode exercer atividade político-partidária, conforme o art. 128, §5º, II, e da CF/88.

Com base nos comentários sobre a alternativa B, as demais estão incorretas.

**QUESTÃO 16. Relativamente às guardas municipais, será materialmente INCONSTITUCIONAL a lei que**

**a) estabelecer diferenciação para permitir o porte de arma de fogo por seus integrantes, levando em conta as variações demográficas entre os Municípios, por ausência de razoabilidade e violação aos princípios da igualdade e eficiência.**

**b) considerar que executam atividade de segurança pública, essencial ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, aplicando a seus integrantes a mesma vedação relativa aos demais servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública, para fins do exercício do direito de greve.**

**c) considerar que executam atividade de segurança pública, uma vez que não estão elencadas, pela Constituição, dentre os órgãos de Estado com essa incumbência.**

**d) exigir altura mínima para ingresso na carreira, por violação à regra constitucional que somente permite o estabelecimento de requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.**

**e) atribuir-lhes o exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas, por não se incluir dentre as atribuições de proteção dos bens, serviços e instalações do Município.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre as Guardas Municipais.

A alternativa A está correta. O STF (ADIs 5948 e 5538, ADC 38), decidiu pela inconstitucionalidade de normas restritivas ao porte de arma à integrantes de guardas municipais, levando em conta critério meramente demográfico que ignora a ocorrência de crimes graves nos diversos e diferentes municípios. Segundo a Corte não há razoabilidade e isonomia na restrição. Portanto, a previsão é materialmente inconstitucional, já que fere conteúdo da CF/88.

A alternativa B está incorreta. Conforme o entendimento do STF (ADPF 995), as Guardas Municipais executam atividade de segurança pública (art. 144, § 8º, da CF), essencial ao atendimento de necessidades

inadiáveis da comunidade (art. 9º, § 1º, CF), pelo que se submetem às restrições firmadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE 654.432. Portanto, as Guardas Municipais estão excluídas, por exemplo, do direito de greve. Logo, não há inconstitucionalidade material na afirmação da alternativa.

A alternativa C está incorreta. O STF entendeu que as Guardas Municipais executam atividade de segurança pública. O título V da CF/88 - Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, o capítulo III – Da Segurança Pública, estabelece o seguinte em seu art. 144, § 8º: “Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei”. Diante do exposto, não há inconstitucionalidade material na afirmação da alternativa.

A alternativa D está incorreta. O STF, no RE 1480201, considerou razoável a exigência de altura mínima para ingresso na Guarda Municipal, já que a carreira é ligada à segurança pública. Portanto, não há inconstitucionalidade material na afirmação da alternativa.

A alternativa E está incorreta. De acordo com a tese fixada no RE 658570, é constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas. Logo, não há inconstitucionalidade material na afirmação da alternativa.

**QUESTÃO 17. Numa hipótese em que vários municípios pretendam convergir esforços para atuar, por meio de mecanismos de resposta que contemplem bens e estruturas compartilhadas para o atendimento de emergências climáticas e desastres de outras naturezas, na extensão de seus territórios, é juridicamente viável**

**a) A aprovação de uma lei estadual autorizando a instituição de um consórcio pelos municípios interessados, seguida da elaboração de protocolo de intenções, estatuto e contrato de rateio entre os entes, tríplice providência que resultará na formal criação do ente público.**

**b) A instituição de uma pessoa jurídica de direito público, sob a forma de sociedade de economia mista, da qual poderão figurar como acionistas todos os municípios interessados na atuação em prol dos interesses convergentes.**

**c) uma licitação interfederativa, por meio da qual os entes federados promoverão a contratação de uma única pessoa jurídica para realizar os serviços e atividades de interesse comum, rateando os custos decorrentes por meio de pagamentos diretos à contratada.**

**d) um convênio de cooperação, por meio do qual os entes federados delegam uns aos outros, reciprocamente, competências constitucionais para atuação em seus territórios, possibilitando pronta ajuda, por meio de aquisição de bens e serviços, no caso de materialização de desastres.**

**e) a constituição de um consórcio público, por meio da celebração de protocolo de intenções, subscrito pelos entes federados interessados e ratificado pelos respectivos órgãos legislativos, seguido da celebração de contrato de rateio entre os consorciados, possibilitando que essa nova pessoa jurídica promova as contratações para a aquisição dos bens e prestação dos serviços pertinentes, na forma prevista pelo estatuto social da entidade.**

## Comentários

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata dos consórcios públicos intermunicipais.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que o consórcio público é antecedido por um protocolo de intenções, consoante a Lei 11.107/2005, veja: "Art. 3º O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções"; para somente então ser ratificado ("Art. 5º O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções"), seguido da celebração do contrato de rateio ("Art. 8º Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.")

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que o juridicamente viável, no caso em comento, é a formação de um consórcio público, que, nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho: "Como registramos anteriormente, os consórcios, tradicionalmente, nada mais eram do que convênios, instrumento em que pessoas públicas ou privadas ajustam direitos e obrigações com o objetivo de alcançar metas de interesse recíproco. Em outras palavras, sempre foram negócios jurídicos pelos quais se pode expressar a vontade de cooperação mútua dos pactuantes." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que, conforme supracitado, o juridicamente viável é a formação de um consórcio público, que, nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho: "Como registramos anteriormente, os consórcios, tradicionalmente, nada mais eram do que convênios, instrumento em que pessoas públicas ou privadas ajustam direitos e obrigações com o objetivo de alcançar metas de interesse recíproco. Em outras palavras, sempre foram negócios jurídicos pelos quais se pode expressar a vontade de cooperação mútua dos pactuantes." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que, conforme supracitado, o juridicamente viável é a formação de um consórcio público, que, nas palavras de José dos Santos carvalho Filho: "Como registramos anteriormente, os consórcios, tradicionalmente, nada mais eram do que convênios, instrumento em que pessoas públicas ou privadas ajustam direitos e obrigações com o objetivo de alcançar metas de interesse recíproco. Em outras palavras, sempre foram negócios jurídicos pelos quais se pode expressar a vontade de cooperação mútua dos pactuantes." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.) O convênio de cooperação, por sua vez, caracteriza-se, nas palavras de Ana Luiza Tibúrcio Guimarães, do Estratégia Concursos, do seguinte modo: "Além dos consórcios públicos, é possível que os entes da federação firmem um convênio de cooperação com o objetivo de autorizar a gestão associada de serviços públicos. A diferença é que o convênio de cooperação não possui personalidade jurídica, ao contrário dos consórcios públicos. Entretanto, também depende de lei para que seja firmado entre os interessados. Dessa forma, é possível a celebração de contrato de programa fora do âmbito do consórcio público, diretamente entre entes federados por meio dos convênios de cooperação." (GUIMARÃES, Ana Luiza Tibúrcio. Consórcios Públicos (Lei 11.107/05): Resumos de Direito Administrativo. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/consorcios-publicos-lei-11-107-05/>. Acesso em: 19 de ago. de 2024).

A alternativa E está correta, pois o consórcio público é uma entidade pública sem fins lucrativos, criada por dois ou mais entes federados, em busca da consecução de competências públicas, sendo, portanto, o mais

adequado ao exemplo em questão. Consoante a Lei 11.107/2005, que rege os consórcios públicos, estes serão antecedidos por um protocolo de intenções: "Art. 3º O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções"; a ser ratificado ("Art. 5º O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções."), seguido da celebração do contrato de rateio ("Art. 8º Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio."

"O Consórcio Público é uma pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum. Os consórcios públicos possuem natureza jurídica de contrato interfederativo, NÃO SENDO UMA NOVA ESPÉCIE DE PESSOA JURÍDICA. O consórcio pode ter personalidade jurídica: De Direito Público: Será considerado associação pública composta pelos entes federados instituidores, com natureza jurídica de autarquia e integrará a Administração Pública indireta de todos os entes federados consorciados. De Direito privado sem fins lucrativos: Pode ser instituído sob a forma de empresa pública ou associação civil, de acordo com a escolha dos entes federados instituidores." (GUIMARÃES, Ana Luiza Tibúrcio. Consórcios Públicos (Lei 11.107/05): Resumos de Direito Administrativo. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/consorcios-publicos-lei-11-107-05/>. Acesso em: 19 de ago. de 2024).

**QUESTÃO 18. A aquisição de uma nova licença de uso de software, por meio de contratação direta fundada no valor do contrato, com fundamento no artigo 75, II, da Lei nº 14.133/2021, indica a possibilidade de**

- a) Imposição, pela Administração Pública, com fundamento em seus poderes exorbitantes, de contratação por prazo indeterminado à fornecedora.**
- b) Não ser apresentado estudo técnico-preliminar no processo que instrumentaliza a contratação, justificadamente, a exemplo de se tratar de software de notória aplicação técnica e valor padronizado.**
- c) Prorrogação por prazo indeterminado do contrato, sendo obrigatória a formalização por instrumento contratual, em razão da inexistência de processo de licitação.**
- d) Ter sido excepcionada a elaboração de pesquisa de preço e de compatibilidade com o valor de mercado.**
- e) Ter sido excepcionada a apresentação de termo de referência, por se tratar de dispensa de licitação em razão do baixo valor.**

### **Comentários**

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata da Lei nº 14.133/2021.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que o artigo 75, II, da Lei nº 14.133/2021 trata dos casos de dispensa de licitação, veja: "Art. 75. É dispensável a licitação: II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;" e a Lei apenas viabiliza o contrato por prazo indeterminado no caso do artigo 109, que não condiz com o caso em comento, veja: "A Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação."

A alternativa B está correta, tendo em vista se tratar de hipótese de dispensa de licitação, de modo que a Lei nº 14.133/2021 dispensa o estudo técnico preliminar no seguinte caso: "Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;". Disso, depreende-se que nem todo processo de contratação direta necessitará de um estudo técnico preliminar. Ademais, a Instrução Normativa nº 58/2022, que trata da elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe em seu art. 14: "Art. 14. A elaboração do ETP: I – é facultada nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021; e (...)".

A alternativa C está incorreta, pois, conforme acima explicitado, o artigo 75, II, da Lei nº 14.133/2021 trata dos casos de dispensa de licitação, veja: "Art. 75. É dispensável a licitação: II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;" e a Lei apenas viabiliza o contrato por prazo indeterminado no caso do artigo 109, que não condiz com o caso em comento, veja: "A Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação."

A alternativa D está incorreta, pois a Lei nº 14.133/2021 não dispensa a pesquisa de preço e análise de compatibilidade com o valor de mercado, veja: "Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos; IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; VI - razão da escolha do contratado; VII - justificativa de preço; VIII - autorização da autoridade competente."

A alternativa E está incorreta, pois a Lei nº 14.133/2021 não dispensa o termo de referência no caso em tela, veja: "Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;".

**QUESTÃO 19. Um professor da rede pública de determinado ente municipal apresentou atestado médico falso à unidade de recursos humanos, para fins de embasar pleito de licença-saúde. Após a constatação do fato, houve instauração de processo administrativo disciplinar (PAD), além de inquérito criminal. No que se refere à apuração disciplinar da conduta,**

**a) Haverá preponderância da responsabilidade disciplinar sobre as demais instâncias, afastando-se a caracterização de ato de improbidade, diante da inexistência de prejuízo ao erário.**

**B) Demandará a realização de perícia médica, para verificação da existência ou não do diagnóstico médico, independentemente da falsidade do documento apresentado, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.**

**c) Somente se demonstrado que os documentos beneficiaram o servidor, ou seja, caso a licença-saúde tenha sido concedida, é que não será necessário aguardar a solução do processo criminal.**

**d) Deverá ser decidido pelo sobrestamento do PAD, no aguardo da solução definitiva do processo criminal, tendo em vista que é necessária a prova da autoria da falsificação para a responsabilidade disciplinar também se caracterizar.**

**e) Nada obsta o regular prosseguimento do processo disciplinar, dada a independência entre as instâncias e a demonstrada existência, desde logo, de resíduo disciplinar, como se evidencia pelo ato de apresentação do documento inautêntico, ainda que não venha a ser comprovada a autoria da falsificação.**

### **Comentários**

A resposta correta é a letra E. A questão trata da responsabilidade do servidor público.

A alternativa A está incorreta, pois as instâncias são independentes, consoante Lei 8.112/90: "Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si."

A alternativa B está incorreta, pois não há tal determinação legal. O mero ato de falsificar o documento já se classifica como improbidade administrativa, tendo em vista que a Constituição Federal tem como um dos princípios da administração pública a moralidade administrativa, que se relaciona com os deveres de ética, probidade e honestidade da Administração Pública. Veja o que diz a Lei 8.429/92: "Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)."

A alternativa C está incorreta, pois as instâncias são independentes, consoante Lei 8.112/90: "Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si."

A alternativa D está incorreta, pois as instâncias são independentes, consoante determina Lei 8.112/90, de modo que o PAD e o inquérito poderão ter seguimento. Veja: "Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si."

A alternativa E está correta, pois é o que determina a Lei 8.112/90: "Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si."

**QUESTÃO 20. Município "X" foi notificado da abertura de processo de tombamento de um imóvel de sua propriedade, que integrava o programa de desestatização do ente público, para fins de concessão de uso. Tal situação**

**a) Exige autorização judicial para prosseguimento do processo de contratação, tendo em vista que a provisoriedade da restrição impede a alteração do uso do bem até a definição sobre a imposição da intervenção.**

b) Não representa óbice à desestatização em curso, pois não se trata de tombamento definitivo, mas apenas de ato preparatório, de forma que somente a decisão final sobre a intervenção na propriedade constituirá fato novo, superveniente, apto a alterar os termos da licitação ou implicar consequências em contratação já celebrada.

c) Inviabiliza a outorga de uso pretendida, considerando a natureza de ato administrativo das concessões de uso, o que impede que se exijam investimentos de vulto, a exemplo de obras de restauro.

d) Não impede o prosseguimento da contratação pretendida, cabendo à Administração Pública internalizar, no edital e respectivos anexos pertinentes, a notícia da abertura do processo de tombamento, para conhecimento dos licitantes e, em especial, para que o vencedor do certame não alegue desconhecimento da intervenção na propriedade, cabendo-lhe observar os limites e contornos das restrições, aplicáveis desde o início do referido processo.

e) Impede o prosseguimento da contratação pretendida, em razão da alteração da titularidade do bem, como efeito de eventual tombamento definitivo.

### Comentários

A resposta correta é a **letra D**. A questão trata do Decreto-lei 25/1937, que contém as regras atinentes ao tombamento.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que o tombamento não altera a propriedade de um bem; apenas proíbe sua demolição ou descaracterização, tendo em vista seu valor cultural e histórico, de modo que não impede o prosseguimento da contratação pretendida. É, nas palavras de Rafael Carvalho Rezende Oliveira, uma modalidade de intervenção branda na propriedade: "Intervenções restritivas ou brandas: o Estado impõe restrições e condições à propriedade, sem retirá-la do seu titular (servidão, requisição, ocupação temporária, limitações e tombamento);". (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Método, 2021.)

A alternativa B está incorreta, pois não há tal vedação legal, tendo em vista que a propriedade do imóvel se manterá mesmo com a desapropriação. Veja os efeitos para o proprietário do bem, consoante ensina Rafael Carvalho Rezende Oliveira: "a) efeitos para o proprietário: a.1) dever de proteger o bem tombado, impedindo a sua destruição, demolição ou mutilação do bem; a.2) dever de conservação do bem, exigindo-se a autorização do órgão ou entidade competente para sua reparação, pintura ou restauração, sob pena de multa; a.3) caso não possua recursos para conservar o bem, o proprietário deve notificar o órgão ou entidade competente para realização das obras necessárias (nesse caso, a solução prática, a nosso ver, seria a desapropriação do bem, com o intuito de transferir a propriedade ao Poder Público, que passaria a fazer a conservação regular do bem e o utilizaria para o atendimento do interesse público);45 a.4) o bem móvel tombado não pode deixar o País, salvo quando houver autorização expressa do órgão ou entidade responsável e por prazo determinado; a.5) notificação do Poder Público no caso de furto ou extravio do bem tombado, sob pena de multa." (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Método, 2021.)

A alternativa C está incorreta, pois, conforme acima explicitado, não há tal vedação legal; ademais, a propriedade do imóvel se manterá mesmo com a desapropriação.

A alternativa D está correta, tendo em vista que não haverá interferência no seguimento da contratação pretendida; o tombamento não altera a propriedade de um bem, gerando apenas restrições que visam assegurar seu valor cultural e histórico; é, nas palavras de Rafael Carvalho Rezende Oliveira, uma modalidade de intervenção branda na propriedade: "Intervenções restritivas ou brandas: o Estado impõe restrições e condições à propriedade, sem retirá-la do seu titular (servidão, requisição, ocupação temporária, limitações e tombamento);". (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Método, 2021.)

A alternativa E está incorreta, pois o bem permanecerá na propriedade do ente federado, apenas proibindo sua demolição ou descaracterização a fim de proteger seu valor cultural e histórico, de modo a não impedir o prosseguimento da contratação pretendida. Vejamos o que determina o Decreto-lei 25/1937: "Art. 12. A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado sofrerá as restrições constantes da presente lei."; "Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado."

**QUESTÃO 21. Uma fazenda de titularidade de um ente público é explorada economicamente por meio de plantio de eucalipto. A exploração dessa atividade permite integração com projetos sociais, como educação ambiental, primeiro emprego, dentre outros. O imóvel está localizado em zona de expansão urbana, em região carente, o que acabou propiciando a ocupação irregular, da parte não explorada, por famílias de baixa renda, dando origem a um núcleo urbano informal, consolidado há mais de uma década da parte não explorada. Considerando os fatos expostos e que a área ocupada irregularmente tem grande dimensão, com pretensão do Poder Público de regularizar essas habitações irregulares,**

**a) É possível concluir pela preponderância do interesse público na destinação que enseja exploração econômica e social, tal qual na maior parte do imóvel, o que deve ser expandido, razão pela qual os ocupantes irregulares deverão ser realocados, às expensas da Administração Pública.**

**b) É caso de desmembramento da área e regularização das ocupações por meio de usucapião individual, não se configurando cenário fático passível de acionar regularização fundiária,**

**c) Não há viabilidade de regularização do núcleo habitacional, tendo em vista que a destinação principal do imóvel é rural, não se admitindo individualização para alteração do uso apenas de parte do imóvel original.**

**d) Cabe outorga de legitimações de posse das habitações irregulares, como instrumento de regularização fundiária, independentemente da localização da área e de sua titularidade ser ou não pública.**

**e) É juridicamente viável a regularização fundiária de interesse social do núcleo, cumpridos os parâmetros legais aplicáveis de uso e ocupação do solo, e observado regular processo, com a análise e aprovação dos órgãos competentes.**

### **Comentários**

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata da Lei nº 13.465/2017.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista estarem preenchidos os requisitos da Reurb-S. Veja o que determina a Lei nº 13.465/2017: "Art. 23. A legitimação fundiária constitui forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do poder público, exclusivamente no âmbito da Reurb, àquele que detiver em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado existente em 22 de dezembro de 2016. (...) § 2º Por meio da legitimação fundiária, em qualquer das modalidades da Reurb, o ocupante adquire a unidade imobiliária com destinação urbana livre e desembaraçada de quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições, eventualmente existentes em sua matrícula de origem, exceto quando disserem respeito ao próprio legitimado. § 3º Deverão ser transportadas as inscrições, as indisponibilidades ou os gravames existentes no registro da área maior originária para as matrículas das unidades imobiliárias que não houverem sido adquiridas por legitimação fundiária. § 4º Na Reurb-S de imóveis públicos, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e as suas entidades vinculadas, quando titulares do domínio, ficam autorizados a reconhecer o direito de propriedade aos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado por meio da legitimação fundiária."

A alternativa B está incorreta, tendo em vista estarem preenchidos os requisitos da Reurb-S, conforme acima explicitado.

A alternativa C está incorreta, tendo em vista estarem preenchidos os requisitos da Reurb-S, conforme acima explicitado.

A alternativa D está incorreta, tendo em vista haver a necessidade de preencher os requisitos da Reurb-S, conforme acima explicitado.

A alternativa E está correta, tendo em vista estarem preenchidos os requisitos estipulados pela Lei nº 13.465/2017: "Art. 23. A legitimação fundiária constitui forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do poder público, exclusivamente no âmbito da Reurb, àquele que detiver em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado existente em 22 de dezembro de 2016. § 1º Apenas na Reurb-S, a legitimação fundiária será concedida ao beneficiário, desde que atendidas as seguintes condições: I - o beneficiário não seja concessionário, foreiro ou proprietário exclusivo de imóvel urbano ou rural; (Redação dada pela Lei nº 14.118, de 2021) II - o beneficiário não tenha sido contemplado com legitimação de posse ou fundiária de imóvel urbano com a mesma finalidade, ainda que situado em núcleo urbano distinto; e III - em caso de imóvel urbano com finalidade não residencial, seja reconhecido pelo poder público o interesse público de sua ocupação."

## **QUESTÃO 22. A extinção antecipada de um contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada**

**a) Impõe a apuração e indenização do valor dos investimentos realizados pela concessionária em bens reversíveis, às suas expensas e ainda não amortizados, ressalvada a possibilidade de desconto de valores devidos por ela.**

**b) Sub-roga o poder concedente nos direitos e obrigações que eram titularizados pela concessionária, inclusive na esfera judicial, cabendo-lhe executar o objeto diretamente até a conclusão de novo certame.**

**c) Obriga o poder concedente a executar as garantias contratuais ofertadas pelo concessionário para integral cumprimento do objeto.**

**d) Elide a possibilidade de indenização integral pelos bens reversíveis não amortizados, salvo na hipótese de encampação, por decorrer de decisão discricionária do poder concedente.**

**e) Exige nova licitação da integralidade do objeto, excluindo-se da delegação, quando se tratar de modais de transporte, os trechos cujos investimentos já tiverem sido concluídos.**

### **Comentários**

A resposta correta é a **letra A**. A questão trata da extinção da Concessão Patrocinada.

A alternativa A está correta, pois está em conformidade com a Lei nº 8.987/1995, vejamos: "Art. 35. Extingue-se a concessão por: (...) § 1º Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato. § 2º Extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários. § 3º A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder concedente, de todos os bens reversíveis." "Art. 36. A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido."

A alternativa B está incorreta, pois não há tal previsão na Lei. Vejamos o que ocasionará para o poder concedente: "Art. 35. Extingue-se a concessão por: (...) §1º Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato. §2º Extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários. § 3º A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder concedente, de todos os bens reversíveis."

A alternativa C está incorreta, pois, consoante a Lei nº 8.987/1995, a extinção antecipada do contrato de concessão poderá ocorrer por diversos fatores: "Art. 35. Extingue-se a concessão por: I - advento do termo contratual; (Regulamento) II - encampação; III - caducidade; IV - rescisão; V - anulação; e VI - falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual" de modo que não necessariamente ocorreu o não cumprimento do contrato e, em decorrência disso, a execução das garantias contratuais.

A alternativa D está incorreta, pois haverá a indenização dos bens à concessionária, veja: "Art. 35. Extingue-se a concessão por: (...) § 4º Nos casos previstos nos incisos I e II deste artigo, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à concessionária, na forma dos arts. 36 e 37 desta Lei" bem como: "Art. 37. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior."

A alternativa E está incorreta, pois não há tal exigência legal.

**QUESTÃO 23.** Pessoa jurídica constituída por ente federado, após autorização legislativa, cujo escopo institucional envolve o desenvolvimento de atividades de planejamento urbano, abrangendo programas de implantação de equipamentos públicos comunitários e sociais, pode se apresentar como

- a) Empresa pública, por se tratar de execução de serviço público, na medida em que a participação no capital social de recursos oriundos da iniciativa privada inviabilizaria o modelo.
- b) Fundação autárquica, a qual se aplica regime jurídico de direito privado ou de direito público, a depender do escopo institucional que integre seus atos constitutivos.
- c) Sociedade de economia mista, cujo regime jurídico é de direito privado, mas, como integrante da Administração Pública Indireta, pode executar atividades de interesse público e prestar serviços públicos.
- d) Autarquia, por se tratar de pessoa jurídica que executa atividades, utilidades e serviços públicos, inclusive, no último caso, mediante delegação de titularidade.
- e) Fundação pública, para a qual podem ser delegadas competências constitucionais do ente federado, inclusive, a titularidade de serviços públicos, desde que seja mantida exclusivamente com recursos oriundos do ente que a constituiu.

A resposta correta é a **letra C**. A questão trata das entidades da administração indireta.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que as empresas públicas podem receber recursos oriundos da iniciativa privada. Nas palavras de Rafael Carvalho Rezende Oliveira: "A empresa pública é pessoa jurídica de direito privado, integrante da Administração Indireta, criada por autorização legal, sob qualquer forma societária admitida em direito, cujo capital é formado por bens e valores oriundos de pessoas administrativas, que prestam serviços públicos ou executam atividades econômicas." (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Método, 2021.)

A alternativa B está incorreta, pois a fundação autárquica segue regime de direito público, consoante leciona Ana Luiza Tibúrcio Guimarães, do Estratégia Concursos: "Elas podem ter personalidade jurídica de Direito Público, quando são chamadas de Fundações Autárquicas, submetendo-se ao mesmo regime jurídico das autarquias; ou personalidade jurídica de Direito Privado, possuindo um regime jurídico híbrido, em que predomina o regime privado, com derrogações pelo Direito Público." (GUIMARÃES, Ana Luiza Tibúrcio. Autarquias Especiais e Fundações: Resumos de Direito Administrativo. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/autarquias-especiais-e-fundacoes>. Acesso em: 38 de ago. de 2024).

A alternativa C está correta, pois a sociedade de economia mista se encaixa ao previsto no enunciado em comento; vejamos o que dispõe a CF: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (...) XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação."

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que a autarquia é criada por Lei, consoante dispõe a CF: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (...) XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação."

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que a titularidade da prestação de um serviço público será da Administração Pública, somente podendo ser transferido a um particular a execução do serviço. Nas palavras de Rafael Carvalho Rezende Oliveira: "Quanto à titularidade do serviço, os serviços públicos dividem-se em duas espécies: a) serviços públicos próprios: são de titularidade exclusiva do Estado e a execução pode ser feita diretamente pelo Poder Público ou indiretamente por meio de concessão ou permissão (ex.: transporte público, considerado direito fundamental social, na forma do art. 6.º da CRFB, alterado pela EC 90/2015); e b) serviços públicos impróprios ou virtuais: são as atividades executadas por particulares, que atendem às necessidades da coletividade, mas que não são titularizadas, ao menos com exclusividade, pelo Estado." (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Método, 2021.)

**QUESTÃO 24. Determinada secretaria municipal celebrou contrato de manutenção predial das instalações de sua sede. Próximo a completar um ano de vigência, a Administração Pública percebeu que alguns dos itens que integravam o descritivo dos serviços não seriam necessários, enquanto outros vinham gerando muitas ordens de serviço e demandariam ampliação, pois estavam no limite quantitativo. Diante desses fatos, a Administração Pública pretende aditar o contrato, para fins de majorar o quantitativo dos itens de serviços mais utilizados, o que remontará em acréscimo de 35% (trinta e cinco por cento) do valor original atualizado do contrato. De outro lado, intenta suprimir itens da lista de serviços, resultando redução de 10% do valor original atualizado do contrato. A pretensão da Administração Pública**

**a) Não é viável, pois não se admite compensações entre os índices legais que limitam as alterações quantitativas, devendo-se apreciar as majorações e supressões individualmente, em relação ao valor original do contrato.**

**a) É inviável, porque ensejaria alteração de objeto, sendo que as alterações qualitativas estão submetidas ao limite legal de 15% para majoração e de 10% para supressão.**

**c) É viável, tendo em vista que à somatória dos percentuais de alterações pretendidas não excede o gradiente de 50%, limite legal previsto para tanto.**

**d) É viável, tendo em vista que a redução quantitativa compensou o excedente do percentual de majoração, resultando em acréscimo final de 25%, legalmente permitido.**

**e) É viável, mas acarretará desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, especialmente no que se refere à redução promovida, que frustrou a expectativa de receita do contratado, dando ensejo à indenização.**

**Comentários**

A resposta correta é a **letra A**. A questão trata das alterações unilaterais dos contratos administrativos.

A alternativa A está correta, pois a Lei nº 14.133/2021 estabelece que as alterações quantitativas devem observar o limite de 25% de acréscimo ou supressão no caso de bens e serviços e de 50% de acréscimo no caso de reformas de edifícios ou equipamentos, para a alteração unilateral. Caso as supressões ultrapassem esse limite, a alteração deverá ser consensual. Ademais, o entendimento do TCU é no sentido de vedar tal compensação, veja: "No caso de alteração contratual, não se pode proceder à compensação entre o valor dos acréscimos e supressões ocorridos ao longo da execução." (Plenário. Título. ACÓRDÃO TCU 2914/2012. Data. 24/10/2012).

A alternativa B está incorreta, pois diferem dos limites estipulados pela Lei nº 14.133/2021, que estabelece que as alterações quantitativas devem observar o limite de 25% de acréscimo ou supressão no caso de bens e serviços e de 50% de acréscimo no caso de reformas de edifícios ou equipamentos, para a alteração unilateral: "Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento)." Caso as supressões ultrapassem esse limite, a alteração deverá ser consensual. Ademais, o entendimento do TCU é no sentido de vedar tal compensação, veja: "No caso de alteração contratual, não se pode proceder à compensação entre o valor dos acréscimos e supressões ocorridos ao longo da execução." (Plenário. Título. ACÓRDÃO TCU 2914/2012. Data. 24/10/2012).

A alternativa C está incorreta, pois o entendimento do TCU é no sentido de vedar tal compensação, veja: "No caso de alteração contratual, não se pode proceder à compensação entre o valor dos acréscimos e supressões ocorridos ao longo da execução." (Plenário. Título. ACÓRDÃO TCU 2914/2012. Data. 24/10/2012).

A alternativa D está incorreta, pois o entendimento do TCU é no sentido de vedar tal compensação, veja: "No caso de alteração contratual, não se pode proceder à compensação entre o valor dos acréscimos e supressões ocorridos ao longo da execução." (Plenário. Título. ACÓRDÃO TCU 2914/2012. Data. 24/10/2012).

A alternativa E está incorreta, pois é inviável, na medida em que difere dos limites estipulados pela Lei nº 14.133/2021, que estabelece que as alterações quantitativas devem observar o limite de 25% de acréscimo ou supressão no caso de bens e serviços e de 50% de acréscimo no caso de reformas de edifícios ou equipamentos, para a alteração unilateral. Caso as supressões ultrapassem esse limite, a alteração deverá ser consensual. Ademais, o entendimento do TCU é no sentido de vedar tal compensação, veja: "No caso de alteração contratual, não se pode proceder à compensação entre o valor dos acréscimos e supressões ocorridos ao longo da execução." (Plenário. Título. ACÓRDÃO TCU 2914/2012. Data. 24/10/2012)

**QUESTÃO 25. A edição de um decreto para disciplinar e detalhar programa de auxílio e anistia fiscais implementado por um Município por meio de lei, com vistas a estabelecer os percentuais de desconto dos encargos financeiros em proporção aos valores de entrada e número de parcelas de pagamento do saldo remanescente caracteriza exercício do poder**

**a) De polícia, porque dispõe sobre direitos dos administrados, ainda que se trate de reduzir penalidades impostas anteriormente.**

**b) Disciplinar, porque este é aplicável, além de aos servidores, aos administrados em matéria contratual e sancionatória, para concessão ou restrição de direitos individuais.**

**c) Regulamentar, como faceta do poder normativo, para disciplinar, em caráter geral, aspectos da lei regulamentada que exigem especificação para serem executados.**

**d) Normativo, exercido com exclusividade pelo Chefe do Executivo, para fins de complementação das lacunas legais, instituindo os direitos e obrigações que a lei tiver deixado de fazer.**

**e) Sancionatório, em razão de tratar de desconto e perdão de penalidades impostas aos administrados em geral.**

### **Comentários**

A resposta correta é a **letra C**. A questão trata dos poderes administrativos.

A alternativa A está incorreta, pois ao expedir decreto visando detalhar Lei a administração age em uso do poder regulamentar, conforme leciona Rafael Carvalho Rezende Oliveira: "O poder normativo ou regulamentar é a prerrogativa reconhecida à Administração Pública para editar atos administrativos gerais para fiel execução das leis. O poder normativo da Administração Pública pode ser exercido basicamente por meio da delegação legislativa ou do próprio poder regulamentar. Enquanto a delegação legislativa possibilita a prática de ato normativo primário, com força de lei (ex.: medidas provisórias e leis delegadas, previstas, respectivamente, nos arts. 62 e 68 da CRFB), o poder regulamentar encerra uma atividade administrativa, de cunho normativo secundário." (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Método, 2021.)

A alternativa B está incorreta, pois trata-se do poder regulamentar, conforme acima explicitado. Já o poder disciplinar, nas palavras de Taciana de Oliveira Rummler, do Estratégia Concursos: "(...) é definido como o poder dever de punir as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina de órgãos públicos. Mas, não se confunde o poder punitivo com poder disciplinar. Já que o poder punitivo é mais abrangente, e o poder disciplinar é considerado uma espécie dele." (RUMMLER, Taciana de Oliveira. Resumo dos poderes administrativos. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/poderes-administrativos>. Acesso em: 28 de ago. de 2024).

A alternativa C está correta, pois trata-se do poder regulamentar, que segundo José dos Santos Carvalho Filho: "Poder regulamentar, portanto, é a prerrogativa conferida à Administração Pública de editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação. A prerrogativa, registre-se, é apenas para complementar a lei; não pode, pois, a Administração alterá-la a pretexto de estar regulamentando. Se o fizer, cometerá abuso de poder regulamentar, invadindo a competência do Legislativo. Por essa razão, o art. 49, V, da CF, autoriza o Congresso Nacional a sustar atos normativos que extrapolem os limites do poder de regulamentação." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa D está incorreta, pois o poder regulamentar insere-se no poder normativo, que por sua vez, tem as seguintes prerrogativas, consoante Taciana de Oliveira Rummler, do Estratégia Concursos "Características gerais do poder regulamentar/normativo: editar atos gerais; complementar as leis; permitir a fiel execução da lei; normas derivadas ou secundárias; não podem inovar no ordenamento jurídico."

(RUMMLER, Taciana de Oliveira. Resumo dos poderes administrativos. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/poderes-administrativos>. Acesso em: 28 de ago. de 2024). Ademais, o poder normativo não é exclusividade do chefe do executivo, conforme explica Rafael Carvalho Rezende Oliveira: "A edição de decretos e regulamentos para fiel execução das leis é de competência exclusiva do chefe do Executivo, conforme previsão expressa do art. 84, IV, da Constituição da República. Isso não impede o exercício da função normativa por outros órgãos e entidades administrativas (ex.: edição de resoluções, portarias, regimentos etc.)" (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Método, 2021.)

A alternativa E está incorreta, pois trata-se do poder regulamentar; o poder sancionatório relaciona-se tanto ao poder hierárquico, a fim de aplicar determinada sanções em servidores públicos, como depreendido das palavras de Taciana de Oliveira Rummler, do Estratégia Concursos: "Por isso, muitas vezes, pode-se afirmar que a sanção foi aplicada com base direta no poder disciplinar e indiretamente pelo poder hierárquico" (RUMMLER, Taciana de Oliveira. Resumo dos poderes administrativos. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/poderes-administrativos>. Acesso em: 28 de ago. de 2024) como ao poder de polícia; consoante José dos Santos Carvalho Filho ensina: "Atos sancionatórios são as punições aplicadas àqueles que transgridem normas administrativas. Como diversas são as áreas em que incidem, pode-se dizer que as sanções são agrupáveis em duas categorias: sanções internas e externas. As primeiras são aplicadas em decorrência do regime funcional do servidor público, e como exemplo podemos apontar as penalidades previstas nos estatutos funcionais: advertência, suspensão, demissão etc. As sanções externas decorrem da relação Administração-administrado e incidem quando o indivíduo infringe a norma administrativa. São exemplos a multa de trânsito, a multa tributária, a apreensão de bens, a interdição de atividade, o fechamento de estabelecimentos etc." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

**QUESTÃO 26. Em matéria de controle da Administração Pública pelo Poder Judiciário, diante dos parâmetros de controle postos pelos princípios constitucionais e pelas regras legais, balizadores do exame de atos e contratos administrativos, assim como de contratos regidos pelo direito privado, considera-se correta a seguinte afirmação sobre o controle jurisdicional:**

- a) Os contratos regidos pelo direito privado possuem campo mais restrito de exame de legalidade, ante a não aplicação dos princípios que regem a Administração Pública.**
- b) Os atos discricionários não admitem mais preservação do mérito ante o controle judicial, este que passou a syndicar escolha de economicidade e eficiência.**
- c) Quando se trata de controle de atos cujo impacto atinge direitos difusos, a exemplo do meio ambiente, passou-se a admitir conceito amplo de legalidade, admitindo-se exame de custo e benefício.**
- d) Não mais se estabelece distinção entre legalidade e mérito, tratando-se apenas de conformidade e resultado, de modo que a análise judicial cinge-se a verificar o cumprimento do texto legal e o atingimento dos resultados e objetivos postos na norma, impondo obrigações de fazer e desfazimento quando há verificação de não aderência de algum desses aspectos.**
- e) O princípio da eficiência prepondera como parâmetro de exame de finalidade, admitindo a mitigação da legislação positivada.**

## Comentários

A resposta correta é a **letra C**. A questão trata do controle jurisdicional.

A alternativa A está incorreta, pois os princípios que regem a administração pública aplicam-se também aos contratos regidos pelo direito privado. José dos Santos Carvalho Filho leciona: "Princípios administrativos são os postulados fundamentais que inspiram todo o modo de agir da Administração Pública. Representam cânones pré-normativos, norteando a conduta do Estado quando no exercício de atividades administrativas." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa B está incorreta, pois o controle de mérito é preservado, restringindo-se à própria administração, conforme leciona José dos Santos Carvalho Filho: "O ponto que mais merece atenção nesse tipo de controle reside na competência para exercê-lo. Com efeito, o controle de mérito é privativo da Administração Pública e, logicamente, não se submete à sindicabilidade no Poder Judiciário." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa C está correta, consoante determina a LINDB, que se passou a admitir o conceito amplo de legalidade: "Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018) (Regulamento) Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018) Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018) (Regulamento) Parágrafo único. A decisão a que se refere o caput deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)".

A alternativa D está incorreta, pois, conforme acima explicitado, ambas as formas de controle existem; nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho: "A classificação quanto à natureza do controle é fundada no conteúdo de que se reveste o ato de controle. Nesse aspecto, temos o controle de legalidade e o controle de mérito." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa E está incorreta, pois não há tal preponderância, tampouco mitigação da Lei positivada. De acordo com, José dos Santos Carvalho Filho sobre o controle exercido pelo Judiciário: "O controle legislativo é aquele executado através do Poder Legislativo sobre os atos da Administração Pública. Sendo o Poder de representação popular, não poderia retirar-se a ele a função fiscalizadora das condutas administrativas em geral. Exemplo desse controle é o exercido pelos Tribunais de Contas, órgãos de controle financeiro que integram o Legislativo das diversas esferas da federação. O controle judicial é o levado a efeito pelo Poder Judiciário. Cabe a este Poder a decisão sobre a legalidade, ou não, de atos da Administração em geral, principalmente em casos de conflitos de interesses. Exemplo desse controle é o exercido por meio de ações

judiciais nas quais se discuta sobre a legalidade de atos administrativos." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

**QUESTÃO 27. A realização de um evento esportivo anual, em que se identifique interesse público, sob coordenação e responsabilidade de uma organização da sociedade civil, sem que haja participação do Poder Público na concepção e organização propostas, pode ser viabilizada, nos termos da Lei nº 13.019/2014, por meio de**

**a) Termo de fomento, instrumento de parceria de iniciativa da sociedade civil, em regra precedido de chamamento público, mas que pode admitir dispensa ou inexigibilidade desse procedimento.**

**b) Contrato de cooperação, parceria admitida quando não houver repasse de recursos públicos à entidade, apenas apoio material por parte do Poder Público ou por meio de disponibilização de imóvel público para a realização do evento.**

**c) Acordo de cooperação, que tem lugar por meio de repasse de recursos financeiros, não se admitindo trespasse de bens móveis ou imóveis.**

**d) Termo de cooperação técnica, por meio do qual a Administração Pública repassa recursos financeiros e materiais à entidade privada, para a organização e realização do evento, mediante posterior prestação de contas, podendo ou não ser precedido de chamamento público.**

**e) Termo de colaboração, instrumento que tem lugar quando a organização da sociedade civil propõe a parceria e se responsabiliza por ela.**

### **Comentários**

A resposta correta é a **letra A**. A questão trata das Organizações da Sociedade Civil.

A alternativa A está correta, pois o termo de fomento é de fato o meio adequado a viabilizar tal evento; vejamos o que traz a Lei 13.019/2014 sobre o referido instituto: "Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se: VIII - termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)".

A alternativa B está incorreta, pois o termo de fomento é o meio adequado a viabilizar tal evento, conforme acima explicitado; ademais, a Lei 13.019/2014 traz o acordo de cooperação como o viabilizador da parceria entre a administração pública e a OSC, caso não haja transferência de recursos financeiros, veja: "Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se: VIII-A - acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)."

A alternativa C está incorreta, pois o termo de fomento é o meio adequado a viabilizar tal evento, conforme acima explicitado; ademais, diverge do que determina a Lei 13.019/2014 sobre o acordo de cooperação, veja: "Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se: VIII-A - acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são

formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)".

A alternativa D está incorreta, pois o termo de fomento é o meio adequado a viabilizar tal evento, conforme acima explicitado; ademais, diverge do que determina a Lei 13.019/2014 sobre o acordo/termo de cooperação, veja: "Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se: VIII-A - acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)".

A alternativa E está incorreta, pois o termo de fomento é o meio adequado a viabilizar tal evento, conforme acima explicitado; ademais, diverge do que determina a Lei 13.019/2014 sobre o termo de colaboração, veja: "Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se: VII - termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)".

**QUESTÃO 28. Responde(m) objetivamente, no caso de danos causados a particulares que não tenham vínculo jurídico especial com a Administração Pública,**

- a) O servidor que agir com dolo ou culpa, respeitado o contraditório e a ampla defesa.**
- b) O agente público ocupante de cargo ou função de chefia, em razão de omissão de seu subordinado.**
- c) O ente federado, pelos atos e omissões praticados por seus servidores, após demonstração de nexo de causalidade e, ao menos, de culpa por parte do agente público causador do dano.**
- d) A autarquia, por acidente ocorrido com administrado na porta elétrica de acesso às dependências da entidade, em decorrência de falha de manutenção do equipamento.**
- e) As concessionárias de serviço público, em caráter integral e exclusivo, em razão da delegação de serviço público contratual operada.**

### **Comentários**

A resposta correta é a **letra D**. A questão trata da responsabilidade civil do Estado.

A alternativa A está incorreta, pois a responsabilidade do Estado é objetiva, cabendo aos órgãos públicos e demais entes estatais reparar os danos que seus agentes causarem no exercício da função. Vejamos o que ensina José dos Santos Carvalho Filho sobre o tema: "Na primeira parte do dispositivo, a Constituição regula a relação jurídica entre o Estado e o lesado, sendo aquele considerado civilmente responsável por danos causados a este. O fundamento jurídico dessa relação, como temos visto, reside na responsabilidade objetiva do Estado, dispensada a prova da culpa pelo prejudicado. A parte final do texto, no entanto, faz menção à relação jurídica pertinente ao direito de regresso, dela fazendo parte o Estado e seu agente. Ao dizer que o Estado pode exercer seu direito de regresso contra o agente responsável nos casos de culpa ou dolo, a

Constituição vinculou as partes à teoria da responsabilidade subjetiva ou com culpa." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa B está incorreta, pois, conforme supracitado, a responsabilidade do Estado, no caso em comento, será objetiva com eventual direito de regresso ao servidor. Sobre este direito, Rafael Carvalho Rezende Oliveira esclarece: "De qualquer forma, o Estado, após indenizar a vítima, tem o dever de cobrar, regressivamente, o valor desembolsado perante o respectivo agente público, causador efetivo do dano, que agiu com dolo ou culpa. O direito de regresso do Estado em face do agente público surge com o efetivo pagamento da indenização à vítima. Não basta, portanto, o trânsito em julgado da sentença que condena o Estado na ação indenizatória, pois o interesse jurídico na propositura da ação regressiva depende do efetivo desfalque nos cofres públicos. A propositura da ação regressiva antes do pagamento poderia ensejar enriquecimento sem causa do Estado. A cobrança regressiva em face do agente público deve ocorrer, inicialmente, na esfera administrativa. No caso de acordo administrativo, o agente providenciará o ressarcimento aos cofres públicos. Ausente o acordo, o Poder Público deverá propor a ação regressiva em face do agente público culpado." (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Método, 2021.)

A alternativa C está incorreta, pois, nesse caso, a responsabilidade do ente ocorrerá de forma objetiva e independente de culpa; vejamos o que ensina José dos Santos Carvalho Filho: "A marca característica da responsabilidade objetiva é a desnecessidade de o lesado pela conduta estatal provar a existência da culpa do agente ou do serviço. O fator culpa, então, fica desconsiderado como pressuposto da responsabilidade objetiva." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa D está correta, pois as autarquias sujeitam-se à responsabilidade civil objetiva, consoante art. 37, §6º da CRFB, veja: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (...) § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa."

A alternativa E está incorreta, pois a responsabilidade das concessionárias será objetiva, de forma que as empresas prestam o serviço por sua conta e risco; mas o Estado responde por eventuais danos causados pelas concessionárias de forma subsidiária. Vejamos a lição de José dos Santos Carvalho Filho: "Em todos esses casos, a responsabilidade primária deve ser atribuída à pessoa jurídica a que pertence o agente autor do dano. Mas, embora não se possa atribuir responsabilidade direta ao Estado, o certo é que também não será lícito eximi-lo inteiramente das consequências do ato lesivo. Sua responsabilidade, porém, será subsidiária, ou seja, somente nascerá quando o responsável primário não mais tiver forças para cumprir a sua obrigação de reparar o dano." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

**QUESTÃO 29. Considere que Maria prestou concurso público para provimento de um dos 50 cargos de oficial administrativo da Secretaria de Administração de determinado Município e foi classificada em 65º lugar. Passado mais de um ano desde a homologação do resultado do concurso que tem validade de dois anos, e nomeados e empossados 55 dos aprovados, observada a ordem de classificação, Maria ingressou**

com ação judicial para exigir sua nomeação. Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, Maria

a) Não tem direito subjetivo à posse, mas apenas à nomeação, porque aprovada fora do número de vagas previstas no edital, ficando, pois, o início do exercício sob condição suspensiva, qual seja, a disponibilidade orçamentário-financeira.

b) Tem direito subjetivo à nomeação caso demonstre a existência de recursos financeiros para fazer frente ao incremento das despesas de pessoal.

c) Tem direito subjetivo à nomeação, tendo em vista que a Administração Pública já nomeou candidatos aprovados fora do número de vagas abertas no edital do concurso, ressalvada a existência de recursos orçamentários.

d) Tem direito subjetivo à nomeação, ainda que superado o número de vagas do edital, desde que ajuizada a ação antes de decorrido o prazo de validade do concurso.

e) Não faz jus à pretensão, tendo em vista que o direito subjetivo à nomeação está limitado ao número de vagas previstas no edital, para as quais deve haver previsão orçamentário-financeira por parte do ente público.

### Comentários

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata do direito subjetivo à nomeação decorrente de concurso público.

A alternativa A está incorreta, pois não há tal direito consoante Tese fixada no Tema 784 do STF, que versa sobre o direito subjetivo à nomeação: "(...) Assim, o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge nas seguintes hipóteses: I – Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital; II – Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação; III – Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima."

A alternativa B está incorreta, pois não há tal direito, consoante Tese fixada no Tema 784 do STF, que versa sobre o direito subjetivo à nomeação: "(...) Assim, o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge nas seguintes hipóteses: I – Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital; II – Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação; III – Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima."

A alternativa C está incorreta, pois não há tal direito, consoante Tese fixada no Tema 784 do STF, que versa sobre o direito subjetivo à nomeação: "(...) Assim, o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge nas seguintes hipóteses: I – Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital; II – Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação; III – Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame

anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima."

A alternativa D está incorreta, pois o número de vagas do edital é um dos requisitos para tal pleito; veja trecho da Tese fixada no Tema 784 do STF, que versa sobre o direito subjetivo à nomeação: "(...) Assim, o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge nas seguintes hipóteses: I – Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital; II – Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação; III – Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima."

A alternativa E está correta, pois conforme Tese fixada no Tema 784 do STF, que versa sobre o direito subjetivo à nomeação, Maria não faz jus à pretensão, vejamos: "(...) Assim, o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge nas seguintes hipóteses: I – Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital; II – Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação; III – Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima."

**QUESTÃO 30. A ampliação de um modal de transporte por determinado ente público implicará a necessidade de desapropriação de áreas ao longo da extensão do trajeto. Em determinado trecho, há sobreposição do perímetro projetado para as obras de ampliação da rodovia com ocupação irregular de famílias de baixa renda, o que, nos termos do que dispõe o Decreto-lei nº 3.365/1941, implicará**

**a) A realização de cadastro dos ocupantes pelo ente expropriante, aos quais será devida a indenização das benfeitorias e da terra nua, dada a caracterização de usucapião da área ocupada irregularmente.**

**b) O ajuizamento de ação para desobstrução da área, combinada com a propositura da ação de desapropriação, no bojo da qual será efetuada a oferta pela integralidade do imóvel, cabendo aos ocupantes habilitarem-se no juízo para recebimento dos respectivos créditos.**

**c) A necessidade de autorização legislativa para edição do decreto de declaração de utilidade pública, em razão do impacto social decorrente da expropriação, cabendo ao ato normativo estabelecer medidas de compensação financeira em favor dos proprietários de baixa renda.**

**d) Providências de caráter mitigatório dos impactos da expropriação, cabendo ao ente expropriante ofertar, aos ocupantes incluídos em cadastro próprio, exemplificativamente, solução habitacional alternativa ou indenização pelas benfeitorias constatadas no local.**

**e) A obrigação de prévia e justa indenização aos proprietários do trecho irregularmente ocupado, sendo imperiosa a via judicial para o depósito da oferta, a fim de aferir eventual colidência com direito dominial dos ocupantes.**

#### **Comentários**

A resposta correta é a **letra D**. A questão trata do Decreto-lei nº 3.365/1941.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que a situação em comento implicará em providências de caráter mitigatório dos impactos da expropriação, consoante Decreto-lei nº 3.365/1941, veja: "Art. 4º-A. Quando o imóvel a ser desapropriado caracterizar-se como núcleo urbano informal ocupado predominantemente por população de baixa renda, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e seu regulamento, o ente expropriante deverá prever, no planejamento da ação de desapropriação, medidas compensatórias. (Incluído pela Lei nº 14.620, de 2023)".

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que, conforme supracitado, a situação em comento implicará em providências de caráter mitigatório dos impactos da expropriação, consoante Decreto-lei nº 3.365/1941, veja: "Art. 4º-A. Quando o imóvel a ser desapropriado caracterizar-se como núcleo urbano informal ocupado predominantemente por população de baixa renda, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e seu regulamento, o ente expropriante deverá prever, no planejamento da ação de desapropriação, medidas compensatórias. (Incluído pela Lei nº 14.620, de 2023)".

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que a situação em comento implicará em providências de caráter mitigatório dos impactos da expropriação, consoante Decreto-lei nº 3.365/1941, veja: "Art. 4º-A. Quando o imóvel a ser desapropriado caracterizar-se como núcleo urbano informal ocupado predominantemente por população de baixa renda, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e seu regulamento, o ente expropriante deverá prever, no planejamento da ação de desapropriação, medidas compensatórias. (Incluído pela Lei nº 14.620, de 2023)".

A alternativa D está correta, pois é o que determina o Decreto-lei nº 3.365/1941, veja: "Art. 4º-A. Quando o imóvel a ser desapropriado caracterizar-se como núcleo urbano informal ocupado predominantemente por população de baixa renda, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e seu regulamento, o ente expropriante deverá prever, no planejamento da ação de desapropriação, medidas compensatórias. (Incluído pela Lei nº 14.620, de 2023) § 1º As medidas compensatórias a que se refere o caput incluem a realocação de famílias em outra unidade habitacional, a indenização de benfeitorias ou a compensação financeira suficiente para assegurar o restabelecimento da família em outro local, exigindo-se, para este fim, o prévio cadastramento dos ocupantes. (Incluído pela Lei nº 14.620, de 2023) § 2º Poderá ser equiparada à família ou à pessoa de baixa renda aquela ocupante da área que, por sua situação fática específica, apresente condição de vulnerabilidade, conforme definido pelo expropriante."

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que a situação em comento resultará nas providências previstas no Decreto-lei nº 3.365/1941, veja: "Art. 4º-A. Quando o imóvel a ser desapropriado caracterizar-se como núcleo urbano informal ocupado predominantemente por população de baixa renda, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e seu regulamento, o ente expropriante deverá prever, no planejamento da ação de desapropriação, medidas compensatórias. (Incluído pela Lei nº 14.620, de 2023) § 1º As medidas compensatórias a que se refere o caput incluem a realocação de famílias em outra unidade habitacional, a indenização de benfeitorias ou a compensação financeira suficiente para assegurar o restabelecimento da família em outro local, exigindo-se, para este fim, o prévio cadastramento dos ocupantes. (Incluído pela Lei nº 14.620, de 2023) § 2º Poderá ser equiparada à família ou à pessoa de baixa renda aquela ocupante da área que, por sua situação fática específica, apresente condição de vulnerabilidade, conforme definido pelo expropriante. (Incluído pela Lei nº 14.620, de 2023)".

**QUESTÃO 31. A propósito dos meios alternativos de solução de controvérsias em matéria de concessão de serviços públicos, a Administração Pública**

a) Deve submeter-se à arbitragem, mediante subscrição de compromisso arbitral, independentemente de prévia estipulação legal ou contratual nesse sentido, desde que se mostre medida célere para o encerramento do eventual conflito entre as partes, em prol do princípio da continuidade do serviço público.

b) Pode valer-se da arbitragem, no que concerne a conflitos relativos a aspectos patrimoniais disponíveis, na hipótese de ter constado cláusula compromissória do edital de licitação e decorrente contrato de concessão de serviço público.

c) Pode dispensar o regime de precatórios, após a conclusão do procedimento de arbitragem, tendo havido consenso entre as partes, procedendo-se ao pagamento dos valores acordados, quando em desfavor do ente público, diretamente à contratada.

d) Pode aplicar a arbitragem por equidade nos casos de conflitos decorrentes de contratos celebrados por meio de licitações internacionais, com vistas à aplicação de solução que melhor se aproxime da disciplina jurídica das jurisdições das partes, poder concedente e concessionária.

e) Deve propor a instauração de arbitragem somente após trâmite de processo de conciliação e mediação, tendo em vista que referida instauração ensejará a derrogação do regime jurídico de direito público e, como tal, somente pode ter lugar em caráter excepcional.

### Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata dos meios alternativos de solução de controvérsias em matéria de concessão de serviços públicos.

A alternativa A está incorreta, pois a submissão à arbitragem é uma faculdade. Veja o que dispõe a Lei 14.133 sobre o tema: "Art. 151. Nas contratações regidas por esta Lei, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem. Parágrafo único. Será aplicado o disposto no caput deste artigo às controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, como as questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes e ao cálculo de indenizações."

A alternativa B está correta, pois é o que determina o art. 151 da Lei 14.133/21, veja: "Nas contratações regidas por esta Lei, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem. Parágrafo único. Será aplicado o disposto no caput deste artigo às controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, como as questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes e ao cálculo de indenizações."

A alternativa C está incorreta, pois não há tal previsão na Lei.

A alternativa D está incorreta, pois a arbitragem envolvendo a Administração Pública deve se pautar pelo direito, não sendo permitida a aplicação da arbitragem por equidade; veja o que determina a Lei 14.133/21: "Art. 152. A arbitragem será sempre de direito e observará o princípio da publicidade."

A alternativa E está incorreta, pois a referida Lei não faz tal predileção, vejamos: "Art. 151. Nas contratações regidas por esta Lei, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem. Parágrafo único. Será aplicado o disposto no caput deste artigo às controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, como as questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes e ao cálculo de indenizações."

**QUESTÃO 32. A Lei nº 13.655/2018 introduziu dispositivos na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, para disciplinar que a decisão administrativa de invalidação de "ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa" deve indicar as consequências jurídicas e administrativas advindas daquela decisão, assim como, "se o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais", vedando a imposição de ônus ou perdas anormais ou excessivos, de acordo com as peculiaridades do caso. Considerando as disposições legais mencionadas, no que se refere à anulação e revogação de atos administrativos, a alteração legislativa**

**a) Restringiu a esfera de discricionariedade da Administração Pública no reexame dos atos dessa natureza, que passam a suscitar revogação apenas diante da presença de vícios de competência, forma e finalidade, precedida da dosimetria de impacto sobre as consequências da invalidação.**

**b) Confere efetividade ao princípio da segurança jurídica, abrangendo os fatos e fundamentos jurídicos da decisão, além de refletir os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade no que se refere aos efeitos dela.**

**c) Reduziu a diferença entre as duas espécies de invalidação de atos, deslocando a análise para os eixos de motivação, consequências jurídicas, sanções e efeitos.**

**d) Promoveu alteração nos critérios de revisão dos atos administrativos, impondo condição resolutiva às decisões de anulação.**

**e) Passou a exigir a modulação dos efeitos das decisões invalidatórias, sob pena de nulidade destas e possibilidade de submissão a controle de legalidade.**

### **Comentários**

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata das inovações introduzidas pela Lei nº 13.655/2018.

A alternativa A está incorreta, pois não houve tal restrição. A referida Lei buscou trazer maior segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público: "Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas. Parágrafo único. A decisão a que se refere o caput deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos." Nas palavras de Gabriel Rocha da Graça, do Estratégia Concursos: "A princípio, Estrategista, o legislador – ao inserir os dispositivos que tratam do direito público na LINDB – buscou dar maior segurança jurídica e eficiência no fomento e criação desse ramo do direito." (GRAÇA, Gabriel Rocha

da. LINDB para TJ-RN: normas gerais de direito público. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/lindb-tj-rn-direito-publico>. Acesso em: 28 de ago. de 2024).

A alternativa B está correta, tendo em vista que a referida Lei traz disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público. Nas palavras de Gabriel Rocha da Graça, do Estratégia Concursos: "A princípio, Estrategista, o legislador – ao inserir os dispositivos que tratam do direito público na LINDB – buscou dar maior segurança jurídica e eficiência no fomento e criação desse ramo do direito. (...) Nas esferas administrativa, controladora e judicial: não se decide com base em valores jurídicos abstratos, sem a consideração das consequências práticas da decisão. Por conseguinte, levando-se em consideração as consequências práticas (concretas), pode-se decidir com fundamento em valores jurídicos abstratos;". (GRAÇA, Gabriel Rocha da. LINDB para TJ-RN: normas gerais de direito público. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/lindb-tj-rn-direito-publico>. Acesso em: 28 de ago. de 2024).

A alternativa C está incorreta, pois não houve tal alteração. A referida Lei buscou trazer maior segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público. Nas palavras de Gabriel Rocha da Graça, do Estratégia Concursos: "A princípio, Estrategista, o legislador – ao inserir os dispositivos que tratam do direito público na LINDB – buscou dar maior segurança jurídica e eficiência no fomento e criação desse ramo do direito." (GRAÇA, Gabriel Rocha da. LINDB para TJ-RN: normas gerais de direito público. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/lindb-tj-rn-direito-publico>. Acesso em: 28 de ago. de 2024).

A alternativa D está incorreta, pois não houve tal alteração. A referida Lei buscou trazer maior segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público. Nas palavras de Gabriel Rocha da Graça, do Estratégia Concursos: "A princípio, Estrategista, o legislador – ao inserir os dispositivos que tratam do direito público na LINDB – buscou dar maior segurança jurídica e eficiência no fomento e criação desse ramo do direito." (GRAÇA, Gabriel Rocha da. LINDB para TJ-RN: normas gerais de direito público. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/lindb-tj-rn-direito-publico>. Acesso em: 28 de ago. de 2024).

A alternativa E está incorreta, pois não houve tal alteração. A referida Lei buscou trazer maior segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público. Nas palavras de Gabriel Rocha da Graça, do Estratégia Concursos: "A princípio, Estrategista, o legislador – ao inserir os dispositivos que tratam do direito público na LINDB – buscou dar maior segurança jurídica e eficiência no fomento e criação desse ramo do direito." (GRAÇA, Gabriel Rocha da. LINDB para TJ-RN: normas gerais de direito público. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/lindb-tj-rn-direito-publico>. Acesso em: 28 de ago. de 2024).

**QUESTÃO 33. João é domiciliado em Recife, mas tem a posse de imóvel situado em Olinda, o qual foi invadido por Pedro, domiciliado em Jaboatão dos Guararapes. De acordo com o Código de Processo Civil, se visar apenas à proteção possessória, João deverá propor a ação em**

**a) Olinda, cujo juízo tem competência absoluta.**

**b) Recife, Jaboatão dos Guararapes ou Olinda, cujos juízos têm competência relativa.**

**c) Olinda, cujo juízo tem competência relativa.**

**d) Jaboatão dos Guararapes, cujo juízo tem competência absoluta.**

**e) Jaboatão dos Guararapes ou Olinda, cujos juízos têm competência relativa.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata das regras relativas à fixação de competência.

A alternativa A está correta. Independentemente de a ação possessória imobiliária ser considerada um direito real ou um direito pessoal, a legislação civil estabelece que ela deve ser proposta no foro de situação do imóvel (ou seja, no foro em que o imóvel está situado), e esse juízo possui competência absoluta. Isso está expresso no §2º do art. 47 do CPC: “A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta”.

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa A.

### QUESTÃO 34. De acordo com o Código de Processo Civil, a desistência da ação

- a) não obsta o prosseguimento do processo em relação à reconvenção.
- b) independe, em qualquer caso, do consentimento do réu.
- c) implica, quando homologada, extinção do processo com resolução de mérito.
- d) produz efeitos independentemente de homologação judicial.
- e) pode ser apresentada apenas até a contestação.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata das regras relativas à reconvenção.

A alternativa A está correta. Apesar de tramitar no mesmo processo, a reconvenção é considerada como uma ação autônoma, pois se trata de uma demanda proposta pelo réu (reconvinte) contra o autor (reconvindo), que realiza uma ampliação objetiva do processo (ou seja, produz o acréscimo de pedidos ao processo). Por isso, a desistência da ação principal não impede o exame do mérito da reconvenção (art. 343, §2º, CPC).

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa A.

### QUESTÃO 35. De acordo com o Código de Processo Civil, a extinção do processo por abandono

- a) verifica-se quando a causa permanece paralisada, por pelo menos 90 dias, em razão de fato imputável à parte ou à demora no cumprimento das decisões judiciais.
- b) impede que o autor alegue em defesa a matéria que foi objeto da ação.
- c) deve ser precedida de intimação pessoal para suprimimento da falta, no prazo de 5 dias.
- d) independente, em qualquer caso, de requerimento do réu, tratando-se de matéria cognoscível de ofício.

**e) acarreta a extinção do processo com resolução de mérito.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da extinção do processo por abandono da causa. A alternativa C está correta. A extinção do processo por abandono da causa está prevista no art. 485, III, do CPC, e consiste em uma situação na qual o autor abandona a causa por mais de 30 dias, não promovendo os atos e as diligências que lhe incumbiam. Nesse caso, a legislação exige que, para que possa ocorrer a extinção do processo, o autor seja intimado pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 dias (art. 485, §1º, CPC).

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa C.

**QUESTÃO 36. Carlos é casado com Lígia no regime da comunhão parcial de bens e adquiriu um imóvel cuja propriedade é reivindicada por Leila, casada com Orlando no regime da separação absoluta de bens. De acordo com o Código de Processo Civil, para propor ação real imobiliária, Leila**

**a) não necessita do consentimento de Orlando, mas deve formar o polo passivo com Carlos e Lígia, em litisconsórcio passivo necessário.**

**b) necessita do consentimento de Orlando e precisará formar o polo passivo com Carlos e Lígia apenas se o imóvel se tratar de bem comum.**

**c) necessita do consentimento de Orlando, mas pode optar, na formação do polo passivo, por demandar isoladamente Carlos ou Lígia, cujo litisconsórcio é facultativo.**

**d) necessita do consentimento de Orlando e deve formar o polo passivo com Carlos e Lígia, em litisconsórcio passivo necessário.**

**e) não necessita do consentimento de Orlando e pode optar, na formação do polo passivo, por demandar isoladamente Carlos ou Lígia, cujo litisconsórcio é facultativo.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da capacidade processual.

A alternativa A está correta. Para propor a ação, Leila não necessita do consentimento de seu cônjuge, tendo em vista que ela é casada pelo regime da separação absoluta de bens e, portanto, se encaixa na exceção prevista no *caput* do art. 73. Por outro lado, quanto ao polo passivo, pelo fato de a ação envolver direito real imobiliário, ela deverá, obrigatoriamente, citar os cônjuges Carlos e Lígia, pois eles são casados em comunhão parcial de bens e, nessa situação, a legislação exige o litisconsórcio passivo necessário de ambos (art. 73, §1º, I, CPC).

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa A.

**QUESTÃO 37. Rogério vendeu e entregou a Roberto um bem móvel cuja propriedade pertence a Lenice. Esta, ao saber da venda, acionou judicialmente Roberto reivindicando o bem. De acordo com o Código de Processo Civil, Roberto poderá promover**

a) a denunciação da lide a Rogério, a qual deverá ser apreciada ainda que o denunciante seja vencedor na ação principal.

b) o chamamento ao processo, devendo promover a citação de Rogério, para integrar o polo passivo na qualidade de litisconsorte, no prazo de 15 dias.

c) a denunciação da lide a Rogério, requerendo sua citação na contestação.

d) apenas ação autônoma para exercício de direito de regresso, não podendo se valer das modalidades de intervenção de terceiros.

e) o chamamento ao processo, devendo promover a citação de Rogério, para integrar o polo passivo na qualidade de litisconsorte, no prazo de 90 dias.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da denunciação à lide. A alternativa C está correta. O caso narrado se amolda perfeitamente à hipótese de evicção, que consiste, em suma, em uma garantia que prevê àquele que adquirir de outrem a propriedade ou a posse de um bem o direito de receber, do alienante, perdas e danos na eventualidade de que ele venha a perder sua posse ou sua propriedade judicialmente. Essa hipótese está expressamente prevista na legislação como uma das situações autorizadoras da denunciação à lide, que, nesse caso, pode ser promovida por Roberto em desfavor de Rogério (art. 125, I, CPC).

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa C.

### QUESTÃO 38. De acordo com o Código de Processo Civil, o valor da causa será

a) dispensado, se a causa não tiver conteúdo econômico imediatamente aferível.

b) corrigido de ofício e por arbitramento quando o juiz verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor.

c) impugnado pelo réu em incidente autônomo, distribuído por dependência ao processo principal.

d) o valor do pedido principal, na ação em que houver pedidos alternativos.

e) a quantia correspondente à somatória do pedido principal com o subsídio nas ações em que este for formulado.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata das regras relativas ao valor da causa.

A alternativa A está incorreta. Mesmo que a causa não tenha um conteúdo econômico imediatamente aferível, ela ainda deverá receber um valor certo (art. 291, CPC).

A alternativa B está correta. Nas hipóteses em que o autor indicar um valor da causa que não seja correspondente à realidade, o juiz irá, de ofício e por arbitramento, corrigir o respectivo valor e determinar que ele realize o recolhimento das custas correspondentes (art. 292, §3º, CPC).

A alternativa C está incorreta. A impugnação do valor da causa deve ser feita em preliminar de contestação (art. 337, IV, CPC) e, portanto, deve tramitar nos mesmos autos, sendo certo que ela será julgada antes da decisão definitiva a respeito do mérito da ação. Não há a instauração de um incidente apartado ao processo principal.

A alternativa D está incorreta. Na verdade, na situação em que houver pedidos alternativos formulados dentro de um mesmo processo, o valor da causa irá corresponder ao pedido de maior valor (art. 292, VII, CPC).

A alternativa E está incorreta. Apesar de a banca ter usado a palavra “subsídio”, acreditamos que se tratou de um erro na elaboração da questão, pois, na verdade, a palavra adequada seria “subsidiário”. De todo modo, a alternativa permanece incorreta, pois, quando houver a formulação de um pedido subsidiário em um determinado processo, o valor da causa corresponderá ao valor do pedido principal (art. 292, VIII, CPC).

### **QUESTÃO 39. De acordo com o Código de Processo Civil, os honorários advocatícios**

**a) serão devidos sempre pelo autor, nos casos de perda do objeto.**

**b) não serão devidos quando o advogado atuar em causa própria.**

**c) serão fixados, nas causas em que a Fazenda Pública for parte, entre dez e vinte por cento, independentemente do valor da condenação ou do proveito econômico obtido.**

**d) não são devidos na reconvenção.**

**e) constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata dos honorários advocatícios.

A alternativa A está incorreta. Na verdade, ocorrendo a perda do objeto de uma determinada ação, os honorários serão devidos por aquele que deu causa ao processo (art. 85, §10, CPC), ou seja, não serão sempre devidos por parte do autor.

A alternativa B está incorreta. Mesmo que o advogado atue em causa própria, os honorários advocatícios, que são verbas de natureza alimentar, ainda serão devidos a ele (art. 85, §17, CPC).

A alternativa C está incorreta. Para as situações em que a Fazenda Pública for parte, os honorários advocatícios deverão ser fixados em percentuais que variam de acordo com o valor da condenação ou do proveito econômico obtido (art. 85, §3º, CPC). Portanto, eles não permanecerão sempre no patamar de 10% a 20%, ao contrário do que ocorre com as demais ações.

A alternativa D está incorreta. A reconvenção é uma ação autônoma que tramita nos mesmos autos, razão pela qual os honorários advocatícios também deverão ser fixados no julgamento da reconvenção (art. 85, §1º, CPC).

A alternativa E está correta. O CPC é expresso ao afirmar que os honorários advocatícios, que são créditos pertencentes ao próprio advogado, têm natureza alimentar e, mais ainda, têm os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo absolutamente vedada a sua compensação na hipótese de sucumbência parcial (art. 85, §14, CPC).

**QUESTÃO 40. Considere as proposições abaixo, acerca dos embargos de terceiro:**

**I. Os embargos de terceiros podem ser opostos pelo terceiro possuidor ou pelo proprietário, incluindo o fiduciário.**

**II. Considera-se terceiro aquele que sofre constrição judicial de seus bens por força de desconsideração da personalidade jurídica de cujo incidente não fez parte.**

**III. Não cabem embargos de terceiro na fase de conhecimento.**

**IV. A citação do embargado será pessoal, ainda que tenha procurador constituído nos autos da ação principal.**

**De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma APENAS em**

**a) I e III.**

**b) I e IV.**

**c) I e II.**

**d) II e III.**

**e) III e IV.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**, pois apenas os itens I e II estão corretos. A questão trata dos embargos de terceiro.

O item I está correto. Quanto à legitimidade ativa para a propositura dos embargos de terceiro, o CPC é claro ao afirmar que ela pertence ao terceiro que seja proprietário do bem em questão, inclusive fiduciário, ou possuidor (art. 674, §1º, CPC), razão pela qual o item está correto.

O item II está correto. A legislação estabelece algumas hipóteses nas quais uma determinada pessoa poderá ser considerada como “terceiro”, para fins de ajuizamento dos embargos. Uma dessas hipóteses é, justamente, a situação em que a pessoa sofre uma constrição judicial de algum bem seu (por exemplo, uma

penhora) por força de decisão proferida em um incidente de desconsideração da personalidade jurídica do qual não participou (art. 674, §2º, III, CPC).

O item III está incorreto. Na verdade, os embargos de terceiro podem ser utilizados tanto na fase de conhecimento quanto no cumprimento de sentença ou no processo de execução (art. 675, CPC).

O item IV está incorreto. A citação do embargado somente será realizada de forma pessoal se ele não tiver procurador constituído nos autos da ação principal (art. 677, §3º, CPC).

**QUESTÃO 41. De acordo com o Código de Processo Civil, em ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação em prestações sucessivas,**

**a) as prestações vincendas estão incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor, ao contrário do que se dá com os juros legais, com a correção monetária e com as verbas de sucumbência, os quais devem ser objeto de pedido expresso, sob pena de preclusão.**

**b) o autor deve requerer expressamente a condenação do réu ao pagamento das prestações vincendas, ao contrário do que se dá com os juros legais, com a correção monetária e com as verbas de sucumbência, os quais estão compreendidos no principal.**

**c) o autor deve requerer expressamente a condenação do réu ao pagamento das prestações vincendas, dos juros legais, da correção monetária e das verbas de sucumbência, sob pena de preclusão.**

**d) as prestações vincendas estão incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor, assim como no principal se compreendem os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência.**

**e) as prestações não vencidas quando do ajuizamento da ação devem ser objeto de ação autônoma, tendo em vista não se admitir pedido incerto.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata dos pedidos das ações que tratem de prestações sucessivas. A alternativa D está correta. De fato, quando o autor promover uma ação que vise condenar o réu ao cumprimento de uma obrigação que possua prestações sucessivas, essas prestações serão consideradas incluídas no pedido e serão incluídas na condenação, independentemente de qualquer pedido expresso por parte do autor a respeito disso (art. 323, CPC). Além disso, no pedido sempre serão compreendidos os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, que são tratados como pedidos implícitos pela legislação processual civil (art. 322, §1º, CPC).

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa D.

**QUESTÃO 42.** Bruno ajuizou ação contra Aldo reivindicando imóvel que este alienou, no curso do processo, para Bento. De acordo com o Código de Processo Civil, esta alienação

- a) autoriza que Bento suceda Aldo, independentemente da concordância de Bruno.
- b) altera a legitimidade das partes, com a formação de litisconsórcio passivo entre Aldo e Bruno.
- c) não altera a legitimidade das partes nem permite a intervenção do adquirente como assistente litisconsorcial.
- d) não altera a legitimidade das partes, mas permite que Bento intervenha no processo como assistente litisconsorcial de Aldo.
- e) altera a legitimidade das partes, com a substituição de Aldo por Bento no polo passivo.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da alienação de bem litigioso.

A alternativa D está correta. O mero fato de Aldo ter, durante o curso do processo judicial, alienado para Bento o bem que estava sendo discutido no processo não promove a alteração da legitimidade das partes, de modo que Aldo continuará sendo o sujeito passivo da ação movida por Bruno (art. 109, *caput*, CPC). Todavia, a legislação admite que o adquirente do bem, Bento, intervenha no processo como assistente litisconsorcial do alienante, independentemente da concordância da parte contrária (art. 109, §2º, CPC).

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa D.

**QUESTÃO 43.** Celso invadiu imóvel de Fernanda e esta, dentro de ano e dia, ajuizou ação de manutenção de posse, provando, com documentos, a existência da posse e a ocorrência do esbulho. De acordo com o Código de Processo Civil, julgando estar devidamente instruída a petição inicial, o juiz

- a) designará audiência de justificação prévia, para a qual Celso não precisará ser citado.
- b) deferirá, sem ouvir Celso, a expedição de mandado de reintegração.
- c) determinará a citação de Celso, e, após a contestação, deferirá a expedição de mandado de manutenção de posse.
- d) determinará que Fernanda, no prazo de 15 dias, emende a petição inicial, alterando o pedido para o de reintegração de posse.
- e) indeferirá de plano a petição inicial, tendo em vista que, com a ocorrência do esbulho, seria cabível não a manutenção, mas a reintegração de posse.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata das ações possessórias.

A alternativa A está incorreta. Como será comentado na alternativa B, a audiência de justificação prévia está prevista na legislação para as hipóteses em que o conjunto probatório apresentado junto à petição inicial não está adequado e, portanto, não é capaz de fundamentar a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração de posse (art. 562, CPC). Se essa audiência for realizada, o réu deverá obrigatoriamente ser citado para participar dela.

A alternativa B está correta. Pelo fato de Fernanda ter se utilizado da ação possessória dentro de ano e dia da data do esbulho, ela poderá se valer do rito específico das ações possessórias, que está previsto nos arts. 560 a 566 do CPC (caso contrário, ela teria de promover a ação pelo procedimento comum). Nesse caso, de acordo com a legislação, se o magistrado, ao analisar a petição inicial, entender que ela está devidamente instruída, ele poderá expedir o mandado liminar de manutenção ou de reintegração de posse, que será cumprido antes de qualquer manifestação por parte do réu (art. 562, CPC).

A alternativa C está incorreta. Como comentado na alternativa B, estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz não precisará determinar a citação de Celso antes de expedir o mandado de manutenção ou de reintegração de posse (art. 562, CPC).

A alternativa D está incorreta. De fato, considerando que Fernanda foi esbulhada da sua posse, ela deveria ter ajuizado uma ação de reintegração de posse (a ação de manutenção de posse é reservada para as hipóteses de turbacão). Todavia, esse erro formal não impede que o juiz conheça da ação incorreta como se efetivamente fosse a correta, pois a legislação expressamente prevê a fungibilidade das ações possessórias (art. 554, CPC).

A alternativa E está incorreta. Como comentado na alternativa D, a fungibilidade existente entre as ações possessórias permite que o magistrado analise a ação proposta por Fernanda e conceda a ela a proteção legal correspondente à ação de reintegração de posse (art. 554, CPC).

#### **QUESTÃO 44. De acordo com o Código de Processo Civil, o cumprimento de sentença**

**a) pode se dar a título provisório, correndo, neste caso, por iniciativa e responsabilidade do exequente, que se obriga, em caso de reforma da sentença, a reparar os danos que o executado houver sofrido.**

**b) é iniciado de ofício, após publicação da sentença.**

**c) pode ser promovido em face do fiador, do coobrigado e do corresponsável, ainda que não tenham participado da fase de conhecimento.**

**d) é iniciado de ofício, após certificação do trânsito em julgado.**

**e) será efetuado perante o juízo criminal, quando se tratar de sentença penal condenatória que tenha fixado dever de indenizar e arbitrado o valor mínimo da indenização.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do cumprimento de sentença. A alternativa A está correta. De fato, a legislação autoriza que o cumprimento de sentença seja realizado a título provisório quando a sentença for impugnada por um recurso desprovido de efeito suspensivo. Nesses casos, o cumprimento irá

tramitar por iniciativa e responsabilidade do credor exequente, que, na eventualidade de reforma da sentença, estará obrigado a reparar todos os danos que tenham sido sofridos pelo executado em decorrência do cumprimento provisório (art. 520, I, CPC).

A alternativa B está incorreta. Não é possível afirmar que o cumprimento de sentença sempre se inicia de ofício, pois, por exemplo, nas obrigações de pagar quantia certa, a legislação exige o requerimento do exequente, como se vê da leitura do art. 513, §1º, CPC: “O cumprimento da sentença que reconhece o dever de pagar quantia, provisório ou definitivo, far-se-á a requerimento do exequente”.

A alternativa C está incorreta. Na verdade, o CPC estabelece exatamente o contrário. Veja o que diz o seu art. 513, §5º: “O cumprimento da sentença não poderá ser promovido em face do fiador, do coobrigado ou do corresponsável que não tiver participado da fase de conhecimento”.

A alternativa D está incorreta. As questões relativas à legitimidade para iniciar o cumprimento de sentença foram tratadas nos comentários da alternativa B.

A alternativa E está incorreta. A sentença penal condenatória deverá ser executada no juízo cível, por expressa disposição do CPC: “Art. 516. O cumprimento da sentença efetuar-se-á perante: [...] III - o juízo cível competente, quando se tratar de sentença penal condenatória, de sentença arbitral, de sentença estrangeira ou de acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo”.

#### **QUESTÃO 45. De acordo com o Código de Processo Civil, a apelação**

**a) recebe duplo juízo de admissibilidade, em primeiro e segundo graus.**

**b) tem efeito suspensivo, mas não obsta, via de regra, que comece a produzir efeitos, imediatamente após sua publicação, a sentença que confirma, concede ou revoga tutela provisória.**

**c) é apreciada e julgada sempre de maneira colegiada.**

**d) deve ser interposta por petição dirigida diretamente ao tribunal competente para seu julgamento.**

**e) não comporta recurso adesivo.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da apelação.

A alternativa A está incorreta. Na sistemática atualmente estabelecida pelo CPC, a apelação não conta com duplo juízo de admissibilidade. Ela deve ser apresentada perante o magistrado prolator da decisão recorrida, mas, após a apresentação das contrarrazões por parte do recorrido, ela será imediatamente remetida ao Tribunal, sem a realização de qualquer juízo de admissibilidade (que somente será feito pelo Tribunal), conforme estabelece o art. 1.010, §3º, do CPC.

A alternativa B está correta. A apelação é um dos poucos recursos previstos na legislação processual civil que, como regra, possui efeito suspensivo (art. 1.012, *caput*, CPC). Todavia, há certas situações nas quais a

própria legislação afasta esse efeito, e uma dessas situações é a prolação de sentença que confirma, concede ou revoga tutela provisória (art. 1.012, §1º, V, CPC).

A alternativa C está incorreta. A apelação não será sempre julgada de maneira colegiada. A legislação autoriza que, em certas situações, o relator do recurso no Tribunal realize o julgamento monocrático (art. 1.011, I, c/c art. 932, ambos do CPC).

A alternativa D está incorreta. A apelação é um recurso que deve ser sempre interposto perante o juízo *a quo*, ou seja, perante o magistrado prolator da decisão recorrida, que ficará responsável por intimar o apelado para apresentar contrarrazões e, posteriormente, encaminhará o processo ao Tribunal (art. 1.010, CPC).

A alternativa E está incorreta. A apelação é um dos poucos recursos que, na sistemática atual da legislação processual civil, admite a utilização da técnica do recurso adesivo, o que significa dizer que, no prazo de contrarrazões, o apelado pode optar por interpor uma apelação adesiva (art. 1.010, §2º, CPC).

**QUESTÃO 46. De acordo com o Código de Processo Civil, na execução para entrega de coisa certa,**

**a) o devedor será citado para satisfazer a obrigação ou depositar o equivalente em dinheiro, sob pena de multa de 10% sobre o valor estimado da obrigação.**

**b) pode o executado, em embargos à execução, alegar retenção apenas por benfeitorias necessárias.**

**c) constatada a perda ou deterioração da coisa, os prejuízos deverão ser apurados em ação autônoma, pelo procedimento comum.**

**d) alienada a coisa quando já litigiosa, o juiz ouvirá o terceiro adquirente e depois decidirá sobre sua entrega.**

**e) pode o executado, em embargos à execução, alegar retenção por benfeitorias necessárias ou úteis.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata das regras relativas ao processo de execução para a entrega de coisa certa.

A alternativa A está incorreta. Na verdade, de acordo com o CPC, na execução para a entrega de coisa certa, o devedor será citado para satisfazer a obrigação em 15 dias, sendo possível que o magistrado fixe multa por dia de atraso (art. 806, *caput* e §1º, CPC). Não há previsão de multa de 10% sobre o valor da obrigação, tampouco há a previsão de depósito do equivalente em dinheiro.

A alternativa B está incorreta. Nos procedimentos de execução para entrega de coisa certa, é possível que o executado alegue retenção por benfeitorias necessárias e úteis (ou seja, não é somente para as benfeitorias necessárias), conforme expressamente autoriza o art. 917, IV, do CPC.

A alternativa C está incorreta. Na hipótese de perda ou deterioração da coisa certa que deveria ser entregue, o exequente tem direito a receber o valor da coisa, além de perdas e danos, a título de reparação. Essa

reparação deverá ter o seu montante apurado em liquidação (art. 809, *caput* e §2º, CPC), ou seja, não há necessidade de ajuizar uma ação autônoma pelo procedimento comum.

A alternativa D está incorreta. Se, no processo de execução para a entrega de coisa certa, for constatado que o bem em questão foi alienado para um terceiro quando já era litigioso, o juiz irá determinar a expedição de mandado para a entrega da coisa, e o terceiro somente poderá se manifestar no processo após depositar o bem em juízo (art. 808, CPC).

A alternativa E está correta. Como exposto nos comentários da alternativa B, a legislação permite que, nessas situações, o executado alegue retenção por benfeitorias necessárias e úteis (art. 917, IV, CPC), o que torna o item correto.

#### **QUESTÃO 47. Em relação à prova testemunhal, dispõe o Código de Processo Civil que**

- a) o juiz poderá inquirir a testemunha tanto antes quanto depois da inquirição feita pelas partes.**
- b) a inquirição das testemunhas é realizada sempre por intermédio do juiz, que não admitirá perguntas diretas ou que possam induzir a resposta.**
- c) a intimação das testemunhas deve ser realizada, via de regra, por carta precatória ou mandado, conforme residam ou não na comarca em que tramita o processo.**
- d) a parte pode requerer a substituição imotivada da testemunha, desde que o faça no prazo de 15 dias da decisão saneadora.**
- e) o juiz inquirirá primeiro as testemunhas do autor e depois as do réu, não podendo alterar esta ordem, ainda que a pedido ou com a concordância das partes.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata das regras relativas à produção da prova testemunhal. A alternativa A está correta. Essa alternativa se coaduna perfeitamente ao §1º do art. 459 do CPC, que permite ao juiz a faculdade de inquirir a testemunha antes ou depois da inquirição realizada pelas partes.

A alternativa B está incorreta. Na verdade, as testemunhas são inquiridas diretamente pelas próprias partes (ou seja, pelos seus advogados), que formularão as perguntas de modo direto a cada testemunha, como prevê o art. 459 do CPC.

A alternativa C está incorreta. Como regra geral, a intimação das testemunhas deve ser feita pelos advogados das próprias partes, que têm a incumbência de informar a elas o dia, a hora e o local da audiência designada, independentemente de qualquer intimação por parte do Poder Judiciário (art. 455, *caput*, CPC).

A alternativa D está incorreta. Na verdade, uma vez apresentado o rol de testemunhas, a legislação estabelece apenas algumas situações muito específicas nas quais uma determinada testemunha pode ser substituída, e todas essas situações estão expostas nos incisos do art. 451 do CPC, não havendo previsão de substituição imotivada.

A alternativa E está incorreta. Como regra geral, de fato, as testemunhas do autor serão ouvidas por primeiro, enquanto as testemunhas do réu serão ouvidas depois. Todavia, a legislação autoriza que essa ordem seja alterada pelo magistrado, desde que haja a concordância das partes (art. 456, parágrafo único, CPC).

**QUESTÃO 48. De acordo com o Código Civil, a propriedade do solo abrange a do**

**a) subsolo correspondente, sem limite de profundidade, bem como a do espaço aéreo correspondente, em altura útil ao seu exercício.**

**b) espaço aéreo e subsolo correspondentes, em altura e profundidade úteis ao seu exercício.**

**c) espaço aéreo correspondente, em altura útil ao seu exercício, mas não a do subsolo.**

**d) espaço aéreo e subsolo correspondentes, sem limite de altura ou profundidade.**

**e) subsolo correspondente, em profundidade útil ao seu exercício, mas não a do espaço aéreo correspondente.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a propriedade do solo, especificamente, exigindo do candidato o conhecimento do Art. 1.229 do Código Civil.

A alternativa A está incorreta. O subsolo será aquele correspondente a profundidade úteis ao exercício, nos termos do art. 1.229 do CC.

A alternativa B está correta. A alternativa está de acordo com o Art. 1.229 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. Também abrange ao subsolo, conforme o art. 1.229 do CC.

A alternativa D está incorreta. O subsolo será aquele correspondente a profundidade úteis ao exército, nos termos o art. 1.229 do CC.

A alternativa E está incorreta. O espaço aéreo será aquele correspondente a profundidade úteis ao exército, nos termos o art. 1.229 do CC.

**QUESTÃO 49. De acordo com as normas do Código Civil e as súmulas do Superior Tribunal de Justiça em matéria de fiança,**

- a) o fiador não pode opor as exceções extintivas da obrigação que competem ao devedor, salvo aquelas provenientes da incapacidade deste**
- b) o fiador, desde que solidário, não ficará desobrigado se o credor, sem o seu consentimento, conceder moratória ao devedor.**
- c) a obrigação do fiador não se transmite aos herdeiros, independentemente das forças da herança.**
- d) a obrigação do fiador não se transmite aos herdeiros, independentemente das forças da herança.**
- e) o benefício de ordem aproveita ao fiador mesmo que o devedor seja insolvente ou falido.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre fiança, conforme o entendimento jurisprudencial da matéria. A alternativa D está correta. A mora se deu quando o fiador ainda estava vivo, de modo que persistia a garantia, e o posterior falecimento do devedor apenas transferiu a obrigação aos herdeiros, que devem arcar com a dívida até o limite da cota parte de cada um, relativamente ao patrimônio recebido do fiador falecido. Dessa forma, a obrigação do fiador não se transmite aos herdeiros, independentemente das forças da herança. Colacionamos a seguinte jurisprudência nesse sentido: “Fiança. Locação. Extinção da garantia. Morte do fiador. Responsabilidade dos herdeiros restrita aos débitos vencidos até o óbito. Aplicação do art. 1501 do Código de Processo Civil. - Diante do falecimento do fiador, transmitem-se aos herdeiros, que podem ser demandados dentro das forças da herança, as obrigações advindas da fiança, por elas respondendo até o momento daquela data. (AI 709.637-00/7 - 11ª Câ. Rel. Juiz Artur Marques - j. em 13.08.2001.)”

As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa D.

**QUESTÃO 50.** João agrediu Maria, de 16 anos, e seu filho Miguel, de 2 anos. Quatro anos depois, Maria e Miguel ajuizaram ação indenizatória contra João. Considerando apenas o quanto enunciado e o que dispõe o Código Civil, a pretensão:

a) Prescreveu tanto para Maria quanto para Miguel, pois a prescrição corre contra os relativos e contra os absolutamente incapazes e o prazo, de 3 anos, se ultimou para ambos.

b) Não prescreveu nem para Maria nem para Miguel, pois embora a prescrição corra contra os absolutamente incapazes, o prazo de 5 anos não se ultimou.

c) Está prescrita para Maria mas não para Miguel, tendo em vista que a prescrição corre contra os relativamente capazes mas não contra os absolutamente incapazes, e o prazo, de 3 anos, se ultimou para ela.

d) Não prescreveu nem para Maria nem para Miguel; no caso dele, porque a prescrição não corre contra os absolutamente incapazes, e, no dela, porque, embora sujeita à prescrição, o prazo, de 5 anos, não se ultimou.

e) Não prescreveu nem para Maria nem para Miguel, pois, independentemente do prazo, a prescrição não corre contra os relativos e contra os absolutamente incapazes.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre prescrição. A alternativa C está correta. Não corre prescrição contra os absolutamente incapazes, conforme o teor do art. 198, I do CC. Em relação a Maria, em se tratando de pretensão de reparação civil, prescreve em três anos, conforme assim determina o art. 206, §3º do CC.

As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa C.

**QUESTÃO 51.** Leonardo celebrou um contrato de empreitada com Renato, que se obrigou a construir um edifício, fornecendo os materiais e a mão de obra para a construção. Depois da celebração do contrato, mas antes do início da obra, o preço do material sofreu uma diminuição superior a 20% do preço global convencionado. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, o preço global convencionado

a) poderá ser revisto a pedido de Leonardo apenas se houver previsão contratual nesse sentido, caso em que o abatimento do preço global jamais poderá superar 5% do que fora originalmente convencionado.

b) não poderá ser revisto a pedido de Leonardo, salvo se no contrato houver cláusula autorizando a revisão do preço nessa hipótese, e desde que a redução do preço do material tenha decorrido de circunstâncias imprevisíveis.

c) poderá ser revisto a pedido de Leonardo, mesmo inexistindo previsão contratual expressa a respeito, caso em que o preço global será reduzido da metade do valor da diminuição do preço do material.

d) não poderá ser revisto a pedido de Leonardo, reputando-se nula de pleno direito eventual cláusula autorizando a revisão do preço global nessa hipótese.

e) poderá ser revisto a pedido de Leonardo, mesmo inexistindo previsão contratual expressa a respeito, para que se lhe assegure a diferença apurada.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre revisão de contrato de empreitada. A alternativa E está correta. Em caso de diminuição no preço do material poderá este ser revisto, a pedido do dono da obra, para que se lhe assegure a diferença apurada, conforme assim prevê o art. 620 do CC. Não será necessário previsão contratual que estipule a hipótese de revisão, portanto.

As demais alternativas estão incorretas, de acordo com o comentário da alternativa E.

**QUESTÃO 52.** De acordo com disciplina do Código Civil acerca da posse,

a) ao possuidor de má-fé serão ressarcidas as benfeitorias necessárias que realizar.

b) a posse transmite-se aos herdeiros, mas não aos legatários do possuidor.

c) a alegação de propriedade impede a manutenção de posse.

d) os atos de mera permissão induzem a posse.

e) a posse não pode ser adquirida por representante.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre posse. A alternativa A está correta. Sendo possuidor de má-fé, somente as benfeitorias necessárias serão ressarcidas, nos termos do art. 1.220 do CC.

A alternativa B está incorreta. Também se transmite aos legatários do possuidor (art. 1.206, CC).

A alternativa C está incorreta. Ao contrário, a alegação de propriedade não obsta a manutenção da posse, conforme o art. 1.210 do CC.

A alternativa D está incorreta. Não induzem posse os atos de mera permissão (art. 1.208, CC).

A alternativa E está incorreta. A posse pode ser adquirida pela própria pessoa que a pretende ou por seu representante, nos termos do art. 1.205, I, CC.

**QUESTÃO 53.** João celebrou contrato com Paulo em que foi estabelecida cláusula penal para o caso de mora de qualquer das partes quanto ao desempenho da obrigação principal. De acordo com o Código Civil, se Paulo incorrer em mora injustificadamente, João terá o direito de exigir

a) o desempenho da obrigação principal cumulativamente com a satisfação da pena cominada, mas esta só será devida se houver demonstração de prejuízo.

b) o desempenho da obrigação principal cumulativamente com a satisfação da pena cominada, que será devida independentemente da demonstração de prejuízo.

c) a satisfação da pena cominada, independentemente da demonstração de prejuízo, mas não o desempenho da obrigação principal.

d) o desempenho da obrigação principal ou, alternativamente, a satisfação da pena cominada, que será devida independentemente da demonstração de prejuízo.

e) o desempenho da obrigação principal ou, alternativamente, a satisfação da pena cominada, mas esta só será devida se houver demonstração de prejuízo.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata acerca da cláusula penal, especificamente em caso de mora injustificada. A alternativa B está correta. A resposta para esta questão encontra amparo no art. 411 do Código Civil: “Quando se estipular a cláusula penal para o caso de mora, ou em segurança especial de outra cláusula determinada, terá o credor o arbítrio de exigir a satisfação da pena cominada, juntamente com o desempenho da obrigação principal.”

Portanto, as demais alternativas estão incorretas.

**QUESTÃO 54.** De acordo com disciplina do Código Civil acerca da cessão de crédito,

- a) o cessionário de crédito hipotecário não tem o direito de fazer averbar a cessão no registro do imóvel.
- b) o cedente responde pela solvência do devedor, reputando-se nula eventual convenção em sentido contrário.
- c) o devedor não poderá opor ao cessionário nenhuma exceção que tinha contra o cedente.
- d) ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que se completar com a tradição do título do crédito cedido.
- e) o cessionário somente poderá exercer os atos conservatórios do direito cedido depois de dar conhecimento da cessão ao devedor.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre cessão de crédito.

A alternativa A está incorreta. O cessionário de crédito hipotecário tem o direito de fazer averbar a cessão no registro do imóvel, nos termos do art. 289 do CC.

A alternativa B está incorreta. O cedente irá receber no limite do que daquele recebeu, conforme o art. 297 assim prevê.

A alternativa C está incorreta. O devedor pode opor ao cessionário as exceções que lhe competirem, nos termos do art. 294 do CC.

A alternativa D está correta. Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que se completar com a tradição do título do crédito cedido, assim prevê o art. 291 do CC.

A alternativa E está incorreta. Independentemente do conhecimento da cessão pelo devedor, pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido, conforme autoriza o art. 293 do CC.

**QUESTÃO 55. Patrícia morreu deixando três filhas. Por ocasião da abertura do seu inventário, apurou-se que Patrícia havia feito um testamento por meio do qual constituía um legado de dois terços de todos os seus bens em favor da sua cuidadora, que não era herdeira necessária. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, a referida disposição testamentária é**

**a) ineficaz somente naquilo que exceder a metade da herança, devendo o legado ser reduzido a esse limite.**

**b) nula de pleno direito e não produz efeito nenhum, porque, havendo herdeiros necessários, Patrícia não poderia constituir legado em favor de terceiro.**

**c) plenamente eficaz, porque foi respeitada a fração da herança de que Patrícia poderia dispor em testamento.**

**d) plenamente eficaz, porque, atualmente, assiste ao testador o direito de dispor sobre a totalidade da sua herança, mesmo que possua herdeiros necessários.**

**e) nula de pleno direito e não produz efeito nenhum, porque desrespeitada a fração da herança de que Patrícia poderia dispor em testamento.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A alternativa A está correta. Nos termos do art. 1.846 do CC, Patrícia só poderia dispor livremente de até 50% de seus bens. Logo, deverá ocorrer a redução a este percentual.

A alternativa B está incorreta. A disposição testamentária não é nula, mas deve ser ajustada para respeitar a legítima, nos termos do art. 1.846 do CC.

A alternativa C está incorreta. Não é plenamente eficaz. Veja, o legado de dois terços excede a fração de 50% que Patrícia poderia dispor livremente, portanto, não foi respeitada a fração correta. Portanto, há de ocorrer a redução.

A alternativa D está incorreta. Não poderá dispor totalmente sobre sua herança. Há de se respeitar a limitação correspondendo a metade dos bens da herança (Art. 1.846).

A alternativa E está incorreta. A disposição testamentária não é nula de pleno direito, mas deve ser ajustada para respeitar a legítima dos herdeiros necessários, conforme assim determina o art. 1.846 do CC.

**QUESTÃO 56. A ação cautelar fiscal é um procedimento judicial específico da Fazenda Pública, previsto na Lei Federal nº 8.397/1992 e destinado a garantir recebimento de créditos tributários ou não. Nos termos desta lei,**

**a) a ação cautelar fiscal antecedente poderá ser proposta excepcionalmente antes mesmo da constituição do crédito tributário.**

**b) no caso de concessão de medida cautelar em ação cautelar fiscal antecedente, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data do ajuizamento da ação cautelar, sob pena de cessação da eficácia da medida.**

**c) haja vista o estreito âmbito de cognição da ação cautelar fiscal, seu indeferimento por qualquer fundamento não faz coisa julgada relativamente à execução judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.**

**d) a ação cautelar fiscal incidental deve ser dirigida ao juiz original da execução fiscal, inclusive se o processo já estiver no Tribunal em grau de recurso.**

**e) a decretação liminar da medida cautelar fiscal poderá ser impugnada unicamente por meio de contestação, cujo prazo de 15 (quinze) dias se inicia da juntada do mandado de citação devidamente cumprido ou da juntada do mandado de execução da medida, o que ocorrer primeiro.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema medida cautelar fiscal. A alternativa A está correta pois a Lei nº 8.397/1992 prevê expressamente a possibilidade de propositura da ação cautelar fiscal antes mesmo da constituição do crédito tributário, em caráter excepcional. Isso está fundamentado no artigo 1º, parágrafo único, da referida lei: “O requerimento da medida cautelar, na hipótese dos incisos V, alínea “b”, e VII, do art. 2º, independe da prévia constituição do crédito tributário.”

A alternativa B está incorreta pois o prazo para a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa, após a concessão de medida cautelar em ação cautelar fiscal antecedente, é de 60 (sessenta) dias contados da data em que a exigência se tornar irrecorrível na esfera administrativa, e não da data do ajuizamento da ação cautelar. Isso está previsto no artigo 11 da Lei nº 8.397/1992: “Art. 11. Quando a medida cautelar fiscal for concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de sessenta dias, contados da data em que a exigência se tornar irrecorrível na esfera administrativa.”

A alternativa C está incorreta pois o indeferimento da ação cautelar fiscal, embora não faça coisa julgada em relação à execução judicial da Dívida Ativa, como regra, haverá tal possibilidade nos casos em que reconhecida a extinção do crédito tributário. Isso está em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 8.397/1992: “O indeferimento da medida cautelar fiscal não obsta a que a Fazenda Pública intente a execução judicial da Dívida Ativa, nem influi no julgamento desta, salvo se o juiz, no procedimento cautelar fiscal, acolher alegação de pagamento, de compensação, de transação, de remissão, de prescrição ou decadência, de conversão do depósito em renda, ou qualquer outra modalidade de extinção da pretensão deduzida.”

A alternativa D está incorreta pois se execução fiscal estiver em trâmite perante o Tribunal, o pedido de medida cautelar fiscal deverá ser dirigido ao relator do recurso, conforme art. 5º, parágrafo único da Lei nº 8.397/1992: “Se a execução judicial estiver em Tribunal, será competente o relator do recurso”.

A alternativa E está incorreta pois da decisão que conceder liminarmente a medida cautelar caberá agravo de instrumento, conforme art. 7º, parágrafo único da Lei nº 8.397/1992: “Do despacho que conceder liminarmente a medida cautelar caberá agravo de instrumento”.

**QUESTÃO 57. Francisco está cheio de dívidas. Ele foi condenado, em uma ação judicial, a pagar a Rufino o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em virtude de um empréstimo realizado há cerca de 10 (dez) anos antes e nunca adimplido. Além disso, Francisco deve: R\$ 10.000,00 (dez mil reais) de ISS ao Município, referente ao exercício de 2020; R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) de IPVA ao Estado, referente ao exercício de 2021; e mais R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) de Imposto de Renda à União, referente ao exercício de 2022. Todos estes créditos já se encontram inscritos em dívida ativa e devidamente ajuizados.**

**No cumprimento de sentença movido por Rufino, foi penhorado e leilado imóvel pertencente a Francisco pelo valor de R\$ 70.000,00 (setenta e mil reais). Antes do levantamento, porém, o Estado obteve uma ordem de penhora no rosto dos autos do cumprimento de sentença movido por Rufino. Nos dias subsequentes, primeiro o Município e depois a União obtiveram ordens semelhantes em suas respectivas execuções fiscais.**

**Nos termos do Código Tributário Nacional e da jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal,**

a) terão preferência, nessa ordem, os créditos da União, do Estado e do Município; só depois o crédito de Rufino poderá ser satisfeito.

b) terão preferência, nessa ordem, os créditos do Município, do Estado e da União; só depois o crédito de Rufino poderá ser satisfeito.

c) o crédito de Rufino terá preferência, em virtude de sua natureza quirografária; em seguida devem ser adimplidos, nessa ordem, os créditos da União, do Estado e do Município.

d) o crédito de Rufino terá preferência, por ser mais antiga a data de sua constituição; em seguida devem ser adimplidos, nessa ordem, os créditos da União, do Estado e do Município.

e) terão preferência, nessa ordem, os créditos do Estado, do Município e da União; só depois o crédito de Rufino poderá ser satisfeito.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o tema preferência do crédito tributário.

A alternativa A está incorreta pois o art. 187, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 29, parágrafo único, da Lei nº 6.830/1980, que previam a ordem de preferência da União, Estados e Distrito Federal, e estes em relação aos Municípios, foram considerados não recepcionados pela Constituição de 1988, conforme entendimento firmado pelo STF na ADPF 357: “3. A definição de hierarquia na cobrança judicial dos créditos da dívida pública da União aos Estados e Distrito Federal e esses aos Municípios descumpe o princípio federativo e contraria o inc. III do art. 19 da Constituição da República de 1988. (ADPF 357, Relator(a): CÂRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 24-06-2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-200 DIVULG 06-10-2021 PUBLIC 07-10-2021)

A alternativa B está incorreta pois, da mesma forma que a alternativa anterior, contraria o princípio da isonomia entre os entes federativos. A ordem de preferência entre os entes federativos, prevista no art. 187, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e no art. 29, parágrafo único, da Lei nº 6.830/1980, foi considerada inconstitucional pelo STF na ADPF 357.

A alternativa C está incorreta pois o CTN prevê a preferência do crédito tributário em relação ao quirografário: “Art. 186. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.”

A alternativa D está incorreta pois o CTN prevê a preferência do crédito tributário em relação ao quirografário: “Art. 186. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.”

A alternativa E está correta pois, de acordo com o entendimento do STF na ADPF 357 (vide comentários à alternativa a), não há preferência entre os entes federativos no caso de concurso de credores. Assim, deve ser observada a anterioridade da penhora, conforme art. 908, § 2º, do CPC: “Não havendo título legal à

preferência, o dinheiro será distribuído entre os concorrentes, observando-se a anterioridade de cada penhora”.

**QUESTÃO 58. A Emenda Constitucional nº 132/23 trouxe a maior reforma do Sistema Tributário Nacional desde a promulgação da Constituição Federal. Seu objetivo principal foi a simplificação da cobrança de tributos sobre o consumo, com vistas a incentivar o crescimento econômico. No que concerne à competência tributária dos Municípios, a principal alteração é a extinção do ISS e a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Nos termos da Constituição (e do ato das Disposições Constitucionais Transitórias), com a redação dada pela EC nº 132/2023**

**a) o Senado Federal fixará, por meio de resolução, a alíquota máxima de referência do IBS, a qual terá de ser observada por Estados e Municípios.**

**b) o IBS começará a ser cobrado em 2033, ano em que o ISS será extinto.**

**c) cada Município poderá fixar, por meio de lei, suas próprias alíquotas para o IBS e a alíquota final do imposto será a soma da alíquota municipal e da alíquota estadual.**

**d) o IBS terá alíquotas uniformes em todo o território nacional, com vistas à simplificação do sistema tributário.**

**e) o IBS começará a ser cobrado em 2027, ano em que o ISS será extinto.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema reforma tributária.

A alternativa A está incorreta pois o Senado Federal fixará a alíquota de referência, mas não a alíquota máxima, conforme art. 156-A, § 1º, XII, da CF: “resolução do Senado Federal fixará alíquota de referência do imposto para cada esfera federativa, nos termos de lei complementar, que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo”.

A alternativa B está incorreta pois o IBS será cobrado a partir de 2026, conforme art. 125 do ADCT: “Em 2026, o imposto previsto no art. 156-A será cobrado à alíquota estadual de 0,1% (um décimo por cento), e a contribuição prevista no art. 195, V, ambos da Constituição Federal, será cobrada à alíquota de 0,9% (nove décimos por cento)”.

A alternativa C está correta pois revela o teor dos incisos V e VII do parágrafo 1º do art. 156-A da CF: “Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. § 1º O imposto previsto no **caput** será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte: (...) V - cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica; (...) VII - será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação”.

A alternativa D está incorreta pois cada ente federativo poderá fixar sua alíquota própria, conforme comentários à alternativa C.

A alternativa E está incorreta pois o IBS será cobrado a partir de 2026, conforme comentários à alternativa B e o ISS será extinto em 2033, conforme art. 129 do ADCT: “Ficam extintos, a partir de 2033, os impostos previstos nos arts. 155, II, e 156, III, da Constituição Federal”.

**QUESTÃO 59. Constitui aspecto do modelo federal brasileiro o chamado Federalismo Fiscal, que se caracteriza pela repartição das receitas de impostos instituídos pela União com Estados e Municípios e de impostos instituídos pelos Estados com os Municípios localizados em seu território. Nos termos da Constituição e da jurisprudência vinculante do STF,**

**a) pertence ao Município em que ocorrida a operação relativa à circulação de mercadorias, vinte e cinco por cento do produto do respectivo ICMS incidente arrecadado.**

**b) após 2033, pertencerá ao Município em que ocorrer a operação relativa à circulação de mercadorias, vinte e cinco por cento do produto do respectivo IBS incidente arrecadado.**

**c) pertence aos Municípios a integralidade do imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por suas autarquias e fundações a pessoas jurídicas contratadas para a prestação de bens e serviços.**

**d) pertence aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do ITR, relativamente aos imóveis neles situados, caso o Município opte por fiscalizar e cobrar o imposto.**

**e) pertence aos Municípios cinquenta por cento do IPVA relativo aos veículos automotores, aquáticos e aéreos licenciados em seus territórios.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema repartição de receitas tributárias.

A alternativa A está incorreta, pois, embora 25% do ICMS pertença aos Municípios, a distribuição não é feita exclusivamente ao Município onde ocorreu a operação. O artigo 158, IV, a, e § 1º da Constituição Federal estabelece um critério mais complexo de distribuição: "Art. 158. Pertencem aos Municípios: IV - vinte e cinco por cento: a) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. (...) § 1º As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, "a", serão creditadas conforme os seguintes critérios: I - 65% (sessenta e cinco por cento), no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios; II - até 35% (trinta e cinco por cento), de acordo com o que dispuser lei estadual, observada, obrigatoriamente, a distribuição de, no mínimo, 10 (dez) pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos."

A alternativa B está incorreta, pois embora 25% do IBS pertença aos Municípios, a distribuição não é feita exclusivamente ao Município onde ocorreu a operação, conforme art. 158, § 2º, da CF: “As parcelas de receita pertencentes aos Municípios mencionadas no inciso IV, "b", serão creditadas conforme os seguintes critérios: I - 80% (oitenta por cento) na proporção da população; II - 10% (dez por cento) com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos, de acordo com o que dispuser lei estadual; III - 5% (cinco por cento) com

base em indicadores de preservação ambiental, de acordo com o que dispuser lei estadual; IV - 5% (cinco por cento) em montantes iguais para todos os Municípios do Estado”.

A alternativa C está correta, pois está de acordo com o artigo 158, I da Constituição Federal, que estabelece: "Art. 158. Pertencem aos Municípios: I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;" Nesse sentido, foi fixada tese no tema 1.130 de repercussão geral: “Pertence ao Município, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, conforme disposto nos arts. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal”.

A alternativa D está incorreta, pois a Constituição Federal estabelece que 100% (e não 50%) do ITR pertence aos Municípios caso optem por fiscalizar e cobrar o imposto. O artigo 158, II, da CF determina: "Art. 158. Pertencem aos Municípios: II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III;"

A alternativa E está incorreta, pois, conforme a CF, em relação aos veículos aquáticos e aéreos, o aspecto local do IPVA é o domicílio do proprietário: "Art. 158. Pertencem aos Municípios: 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios e, em relação a veículos aquáticos e aéreos, cujos proprietários sejam domiciliados em seus territórios".

**QUESTÃO 60. Bernardo é proprietário de um terreno localizado na zona urbana do Município e celebrou com Ângelo compromisso irretratável de compra e venda deste imóvel, avença esta que foi devidamente registrada. Muito embora Ângelo já tenha completado o pagamento das parcelas contratuais, as partes ainda não lavraram a devida escritura de transferência.**

**Iniciado um novo ano, as autoridades fazendárias municipais, seguindo o que estabelece a lei local, enviam o carnê de IPTU tanto a Bernardo quanto a Ângelo. A data do vencimento do imposto é 31 de janeiro, mas o carnê enviado dá aos contribuintes a faculdade de pagar o IPTU em 10 parcelas mensais e consecutivas, tendo a última o dia 31 de outubro como data de vencimento. Neste cenário e à luz da jurisprudência vinculante do STJ, no caso de não pagamento do imposto, o Município poderá promover execução fiscal**

**a) exclusivamente contra Ângelo. O prazo de prescrição para a cobrança judicial da dívida se inicia em 1º de novembro.**

**b) contra Bernardo e contra Ângelo. O prazo de prescrição para a cobrança judicial da dívida se inicia em 1º de janeiro do ano seguinte.**

**c) contra Bernardo e contra Ângelo. O prazo de prescrição para a cobrança judicial da dívida se inicia em 1º de novembro.**

**d) exclusivamente contra Ângelo. O prazo de prescrição para a cobrança judicial da dívida se inicia em 1º de fevereiro.**

**e) contra Bernardo e contra Ângelo. O prazo de prescrição para a cobrança judicial da dívida se inicia em 1º de fevereiro.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**, conforme entendimento do STJ ao fixar tese nos temas repetitivos 122 e 980: “1-Tanto o promitente comprador (possuidor a qualquer título) do imóvel quanto seu proprietário/promitente vendedor (aquele que tem a propriedade registrada no Registro de Imóveis) são contribuintes responsáveis pelo pagamento do IPTU;2-cabe à legislação municipal estabelecer o sujeito passivo do IPTU.” e “(i) O termo inicial do prazo prescricional da cobrança judicial do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU inicia-se no dia seguinte à data estipulada para o vencimento da exação; (ii) o parcelamento de ofício da dívida tributária não configura causa interruptiva da contagem da prescrição, uma vez que o contribuinte não anuiu”.

A questão aborda o tema Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

As alternativas A, B, C e D não espelham o entendimento do STJ, motivo pelo qual estão incorretas.

**QUESTÃO 61. As imunidades constituem limitações constitucionais ao exercício das competências tributárias instituídas pela própria Constituição. É dizer, ao mesmo tempo que a Constituição autoriza que um determinado ente público institua um tributo sobre um certo fenômeno econômico, ela já prevê barreiras ao exercício desta competência, de modo que sequer chega a surgir no mundo jurídico a possibilidade de tributação daquelas específicas situações. Nos termos da Constituição e da jurisprudência vinculante do STF.**

**a) segue sendo imune ao IPTU imóvel de propriedade da União cedido a particular para fins de exploração de atividade lucrativa.**

**b) são imunes ao ITR as pequenas propriedades rurais, assim definidas em lei, exploradas por proprietários que não possuam outros imóveis.**

**c) são imunes ao IPTU os imóveis de propriedade de entidades religiosas utilizados para fins de culto, não o sendo, porém, os imóveis locados por estas entidades para os mesmos fins.**

**d) empresas estatais delegatárias de serviços públicos essenciais são beneficiárias da imunidade tributária recíproca, ainda que distribuam lucros a acionistas privados e atuem em regime de concorrência no mercado.**

**e) a imunidade relativa a livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão se estende aos livros eletrônicos (e-books), mas não aos suportes utilizados exclusivamente para fixá-los.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B** A questão aborda o tema imunidade tributária.

A alternativa A está incorreta pois contraria tese fixada pelo STF no Tema de Repercussão Geral nº 385: “A imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, a, da Constituição não se estende a empresa privada

arrendatária de imóvel público, quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos. Nessa hipótese é constitucional a cobrança do IPTU pelo Município”.

A alternativa B está correta pois reflete a inteligência do art. 153, § 4º, II, da CF: “O imposto previsto no inciso VI do caput: não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel”.

A alternativa C está incorreta pois contraria o entendimento do STF: “EMENTA: Recurso extraordinário. 2. Imunidade tributária de templos de qualquer culto. Vedação de instituição de impostos sobre o patrimônio, renda e serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades. Artigo 150, VI, "b" e § 4º, da Constituição. 3. Instituição religiosa. IPTU sobre imóveis de sua propriedade que se encontram alugados. 4. A imunidade prevista no art. 150, VI, "b", CF, deve abranger não somente os prédios destinados ao culto, mas, também, o patrimônio, a renda e os serviços "relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas". 5. O § 4º do dispositivo constitucional serve de vetor interpretativo das alíneas "b" e "c" do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal. Equiparação entre as hipóteses das alíneas referidas. 6. Recurso extraordinário provido (RE 325822, Relator(a): ILMAR GALVÃO, Relator(a) p/ Acórdão: GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 18-12-2002, DJ 14-05-2004 PP-00042 EMENT VOL-02151-02 PP-00246)”

A alternativa D está incorreta pois contraria o entendimento do STF: “3. A jurisprudência desta Corte exige três requisitos para a extensão de prerrogativas da Fazenda Pública a sociedades de economia mista e empresas públicas: (i) a prestação de um serviço público, (ii) sem intuito de lucro e (iii) em regime de exclusividade (i.e., sem concorrência). (ACO 3307 AgR, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 06-12-2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-022 DIVULG 04-02-2022 PUBLIC 07-02-2022)”

A alternativa E está incorreta pois contraria tese fixada pelo STF no Tema de Repercussão Geral nº 593: “A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se ao livro eletrônico (e-book), inclusive aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo”.

**QUESTÃO 62. Nos termos do último relatório "Justiça em Números", publicado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2024 (ano-base 2023), as execuções fiscais correspondem a 31% de todos os processos judiciais pendentes, sendo o principal fator para a taxa global de congestionamento atualmente observada no Poder Judiciário nacional. Nos termos da jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal sobre o tema,**

**a) é inconstitucional o artigo da Lei de Execuções Fiscais (Lei nº 6.830/1980) que afirma incabível apelação em casos de execuções fiscais cujo valor seja inferior a 50 ORTN, haja vista o princípio do duplo grau de jurisdição.**

**b) tem natureza infraconstitucional e, portanto, não tem repercussão geral a questão relativa à obrigatoriedade de a execução fiscal ser proposta no foro do domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado, mesmo quando isso implique o ajuizamento e processamento da ação executiva em outro Estado da Federação.**

**c) é ilegítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir com fundamento no princípio constitucional da eficiência administrativa.**

**d) o ajuizamento de novas execuções fiscais dependerá, como regra, de prévio protesto da certidão de dívida ativa, salvo comprovação de que esta medida é inadequada, porquanto contrária à eficiência administrativa.**

**e) é inconstitucional a previsão de suspensão do prazo prescricional pelo período de um ano, constante do art. 40 da Lei nº 6.830/1980, pois, nos termos da Constituição, cabe à lei complementar estabelecer normas gerais sobre prescrição e decadência.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema execução fiscal.

A alternativa A está incorreta pois contraria tese fixada no tema de repercussão geral nº 408: “É compatível com a Constituição o art. 34 da Lei 6.830/1980, que afirma incabível apelação em casos de execução fiscal cujo valor seja inferior a 50 ORTN”.

A alternativa B está incorreta pois contraria tese fixada no tema de repercussão geral nº 1.204: “A aplicação do art. 46, § 5º, do CPC deve ficar restrita aos limites do território de cada ente subnacional ou ao local de ocorrência do fato gerador”.

A alternativa C está incorreta pois contraria tese fixada no tema de repercussão geral nº 1.184: “1. É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado”.

A alternativa D está correta pois vai ao encontro da tese fixada no tema de repercussão geral nº 1.184: “2. O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia adoção das seguintes providências: a) tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa; e b) protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida”.

A alternativa E está incorreta pois contraria tese fixada no tema de repercussão geral nº 390: “É constitucional o art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (Lei de Execuções Fiscais – LEF), tendo natureza processual o prazo de 1 (um) ano de suspensão da execução fiscal. Após o decurso desse prazo, inicia-se automaticamente a contagem do prazo prescricional tributário de 5 (cinco) anos”.

**QUESTÃO 63. O IPTU é o imposto de competência dos Municípios que tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana. Acerca de sua base de cálculo, é INCORRETO afirmar:**

**a) Para sua determinação, não se considera o valor dos bens móveis mantidos em caráter permanente no imóvel.**

**b) Sua majoração depende necessariamente da edição de lei municipal, mas sua mera atualização pelos índices inflacionários anuais de correção monetária pode se dar por meio de decreto.**

**c) Para imóveis novos não previstos na Planta Genérica de Valores, não é possível que a lei municipal atribua ao Poder Executivo a avaliação individualizada para fins de cobrança do IPTU.**

**d) É o valor venal do imóvel, apurado, como regra, a partir da Planta Genérica de Valores (PGV).**

**e) Sua fixação deve se dar por meio de lei, cujos efeitos não estão sujeitos à regra constitucional da anterioridade nonagesimal.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

A alternativa A está incorreta pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 33, parágrafo único, do CTN: “Na determinação da base de cálculo, não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade”.

A alternativa B está incorreta pois revela uma assertiva verdadeira, conforme interpretação *contrariu sensu* da súmula 160 do STJ: “É defeso, ao Município, atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária”. Ou seja, para atualização até o índice oficial de correção monetária é legal a utilização do decreto.

A alternativa C está correta pois revela uma assertiva falsa, conforme tese fixada no Tema de Repercussão Geral nº 1.084: “É constitucional a lei municipal que delega ao Poder Executivo a avaliação individualizada, para fins de cobrança do IPTU, de imóvel novo não previsto na Planta Genérica de Valores, desde que fixados em lei os critérios para a avaliação técnica e assegurado ao contribuinte o direito ao contraditório”.

A alternativa D está incorreta pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 33, *caput*, do CTN: “A base do cálculo do imposto é o valor venal do imóvel”. Nesse sentido, o STJ entende válida a sistemática de apuração da base de cálculo com esteio na planta genérica de valores: “PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IPTU. PLANTA GENÉRICA DE VALORES. BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO. PUBLICAÇÃO OFICIAL COMO REQUISITO INDISPENSÁVEL DA LEI TRIBUTÁRIA. DISCUSSÃO COM BASE EM LEGISLAÇÃO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. O Tribunal de origem concluiu que o cálculo do valor venal foi feito com base nos critérios estabelecidos na Lei Municipal 5.015/01, a qual instituiu a nova Planta Genérica de Valores do Município. A referida lei estabeleceu a metodologia de cálculo do valor unitário do metro quadrado de construção e de terreno, os quais devem ser considerados na apuração do valor venal do imóvel, servindo este como base de cálculo do IPTU. (...) o valor da base de cálculo do IPTU foi apurado de acordo com os critérios estabelecidos em lei, em Planta Genérica, e não se distancia do determinado pelo Código Tributário Nacional que, em seu art. 33, dispõe que a base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel (fls. 315 e 356). 2. Exame da controvérsia demanda, necessariamente, o exame da legislação local (Lei 5.015/2001, do Município de São Bernardo do Campo/SP), medida vedada na via do Recurso Especial, a teor da Súmula 280/STF, aplicável por analogia. Precedentes: AgInt no REsp. 1.575.915/SP, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 5.10.2016; AgRg no REsp. 1.511.964/SP, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 10.11.2015. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento (AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.238.619/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 18/11/2019, DJe de 26/11/2019.)”

A alternativa E está incorreta pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 150, III, c, c/c § 1º, da CF: “Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (...) III - cobrar tributos: (...) c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; (...) § 1º A vedação do inciso III, b, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, c, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I.

**QUESTÃO 64. Constitui princípio que deve ser observado pelo Sistema Tributário Nacional, de acordo com dispositivo inserido pela EC no 132/2023, a**

- a) busca do pleno emprego.
- b) redução das desigualdades sociais e regionais.
- c) neutralidade.
- d) defesa do meio ambiente.
- e) justiça federativa.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema princípios tributários. Revela um princípio tributário inserido pela Emenda Constitucional nº 132/2023, conforme art. 145, §3º, da CF: “O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente”.

As alternativas A, B, C e E, não revelam princípios do Sistema Tributário Nacional, motivo pelo qual estão incorretas.

**QUESTÃO 65. O pagamento é uma das modalidades de extinção do crédito tributário. O pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido gera para o sujeito passivo direito à restituição. Nos termos do Código Tributário Nacional (CTN).**

- a) a restituição total ou parcial do tributo dá lugar sempre à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias.
- b) prescreve em 5 (cinco) anos a ação anulatória da decisão administrativa que indeferir pedido de restituição.
- c) se a legislação específica não fixar data para o pagamento do tributo, o vencimento do crédito se dará 15 (quinze) dias úteis após a data da notificação do sujeito passivo acerca do lançamento.
- d) se o sujeito passivo não concordar com a incidência do tributo, poderá consignar judicialmente o crédito tributário.

**e) extingue-se em 5 (cinco) anos, contados da data do pagamento espontâneo indevido, o direito de pleitear a restituição.**

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda os temas extinção do crédito tributário e repetição do indébito tributário.

A alternativa A está incorreta pois o CTN estabelece que a restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição, conforme artigo 167 do CTN: "A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição."

A alternativa B está incorreta pois o prazo prescricional para a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição é de 2 (dois) anos, e não 5 (cinco) anos, conforme artigo 169 do CTN: "Prescreve em dois anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição."

A alternativa C está incorreta pois o prazo para pagamento do tributo, quando não fixado em legislação específica, é de 30 (trinta) dias após a notificação do lançamento, e não 15 (quinze) dias úteis, conforme artigo 160 do CTN: "Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento."

A alternativa D está incorreta pois o CTN não prevê a possibilidade de consignação em pagamento nos casos em que o sujeito passivo propuser ação anulatória do crédito tributário. A consignação em pagamento está prevista no artigo 164 do CTN: "A importância de crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos: I - de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória; II - de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal; III - de exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.". No caso, discordando do tributo devido, o contribuinte deverá ajuizar ação anulatória de débito ou declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária e, caso haja crédito tributário constituído, poderá efetuar o depósito do montante integral, a fim de suspender sua exigibilidade. Resta salientar, que, na consignação em pagamento, o contribuinte concorda com o débito, apenas deposita a quantia para discussão de quem ou como deverá se dar o recebimento.

A alternativa E está correta pois o CTN estabelece que o direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados da data do pagamento indevido, conforme artigo 168 do CTN: "O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados: I - nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 165, da data da extinção do crédito tributário; II - na hipótese do inciso III do artigo 165, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória."

**QUESTÃO 66. O Código Tributário Nacional (CTN) traz uma série de dispositivos relativos à aplicação, à interpretação e à integração da legislação tributária. Nos termos do CTN, é INCORRETO afirmar.**

a) A legislação tributária se aplica a ato pretérito não definitivamente julgado quando deixe de defini-lo como infração.

b) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão do crédito tributário.

c) Interpreta-se da maneira mais favorável ao contribuinte a legislação tributária que disponha sobre a dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

d) A legislação tributária aplica-se imediatamente a fatos geradores pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha se iniciado, mas ainda não esteja completa.

e) Em determinadas hipóteses, a autoridade tributária deverá se utilizar da analogia para aplicar a legislação tributária, desde que seu emprego não resulte na exigência de tributo não previsto em lei.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema interpretação e integração da legislação tributária.

A alternativa A está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme o artigo 106, inciso II, alínea "a" do CTN: "A lei aplica-se a ato ou fato pretérito: II - tratando-se de ato não definitivamente julgado: a) quando deixe de defini-lo como infração;"

A alternativa B está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme o artigo 111, inciso I do CTN: "Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre: I - suspensão ou exclusão do crédito tributário;"

A alternativa C está correta, pois revela uma assertiva falsa ao contrariar o disposto no artigo 111, III do CTN: "Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre: III - dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias".

A alternativa D está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme o artigo 105 do CTN: "Art. 105. A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início, mas não esteja completa nos termos do artigo 116."

A alternativa E está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme o artigo 108, inciso I e §1º do CTN: "Art. 108. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada: I - a analogia; § 1º O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei."

**QUESTÃO 67. A Constituição atribui à Lei Complementar - espécie legislativa que exige quórum qualificado de aprovação - a definição de uma série de aspectos do Sistema Tributário Nacional. Nos termos da Constituição, NÃO constitui matéria sujeita à regulação por lei complementar a**

a) fixação de alíquota mínima do IPVA.

b) instituição do chamado "imposto do pecado", incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

**c) disposição sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.**

**d) instituição de empréstimos compulsórios por parte da União, para atender a despesas extraordinárias decorrentes de guerra ou de sua iminência.**

**e) instituição, pela União, do imposto sobre grandes fortunas.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema reserva de lei complementar. A alternativa A está correta pois a fixação mínima de alíquota do IPVA deve ser feita por resolução do Senado Federal, conforme art. 155, § 6º, I, da CF: “§ 6º O imposto previsto no inciso III: I - terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal”.

A alternativa B está incorreta pois a situação descrita na alternativa demanda lei complementar, conforme art. 153, VIII, da CF: “Compete à União instituir impostos sobre: produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.”

A alternativa C está incorreta pois a situação descrita na alternativa demanda lei complementar, conforme art. 146, I, da CF: “Cabe à lei complementar: dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios”.

A alternativa D está incorreta pois a situação descrita na alternativa demanda lei complementar, conforme art. 148, *caput*, da CF: “A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:”

A alternativa E está incorreta pois a situação descrita na alternativa demanda lei complementar, conforme art. 153, VII, da CF: “Compete à União instituir impostos sobre: grandes fortunas, nos termos de lei complementar”.

**QUESTÃO 68. O Imposto sobre a Transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre Imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição (ITBI) é tributo de competência dos Municípios. Nos termos da Constituição e da jurisprudência vinculante do STF e do STJ,**

**a) o ITBI tem como base de cálculo o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, mas o Município pode utilizar a base de cálculo do IPTU para estabelecer um piso para a tributação.**

**b) a transmissão de bens para o patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital é, como regra, imune ao ITBI, mas esta imunidade não alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado.**

**c) ao Município é facultado estabelecer por lei o arbitramento prévio da base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido unilateralmente.**

**d) o ITBI compete, como regra, ao Município da situação do bem, mas caberá ao Município onde localizada a sede da empresa adquirente, caso esta tenha como atividade preponderante a fabricação de produtos potencialmente poluidores, conforme definido em lei complementar.**

**e) o ITBI não incide sobre a transmissão de bens decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, quaisquer que sejam as atividades preponderantes das empresas envolvidas.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição – ITBI.

A alternativa A está incorreta pois contraria tese fixada no tema repetitivo nº 1.113: “a) a base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, não estando vinculada à base de cálculo do IPTU, que nem sequer pode ser utilizada como piso de tributação;”

A alternativa B está correta pois está de acordo com a tese fixada no tema de repercussão geral nº 796: “A imunidade em relação ao ITBI, prevista no inciso I do § 2º do art. 156 da Constituição Federal, não alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado”.

A alternativa C está incorreta pois contraria tese fixada no tema repetitivo nº 1.113: “c) o Município não pode arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido unilateralmente”.

A alternativa D está incorreta pois não há tal ressalva no art. 156, § 2º, II, da CF, competindo o ITBI sempre ao Município da situação do bem. “§ 2º O imposto previsto no inciso II: II - compete ao Município da situação do bem”.

A alternativa E está incorreta pois a o art. 156, § 2º, I, da CF excepciona a situação em que a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil: “§ 2º O imposto previsto no inciso II: I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil”.

**QUESTÃO 69. A Constituição define o imposto de competência dos Municípios, ISS como o imposto incidente sobre serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência dos Estados para a instituição do ICMS, assim definidos em lei complementar. Nos termos da Constituição e da jurisprudência vinculante do STF**

**a) as operadoras de planos de saúde não realizam prestação de serviço sujeita ao ISS.**

**b) não incide ISS, mas sim ICMS, sobre operações envolvendo o preparo e o fornecimento de medicamentos encomendados para posterior entrega aos fregueses em farmácias de manipulação.**

**c) cabe à lei complementar fixar apenas as alíquotas mínimas do ISS, com vistas a evitar a guerra fiscal entre os Municípios.**

**d) é inconstitucional a incidência de ISS sobre serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios e prêmios.**

**e) é taxativa a lista de serviços sujeitos ao ISS prevista na lei complementar a que se refere o art. 156, III, da Constituição, mas admite-se a incidência do imposto sobre atividades inerentes aos serviços listados em razão da interpretação extensiva.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o tema Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.

A alternativa A está incorreta pois contraria tese fixada no tema de repercussão geral nº 581: “As operadoras de planos de saúde realizam prestação de serviço sujeita ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, previsto no art. 156, III, da CRFB/88”.

A alternativa B está incorreta pois contraria tese fixada no tema de repercussão geral nº 379: “Incide ISS sobre as operações de venda de medicamentos preparados por farmácias de manipulação sob encomenda. Incide ICMS sobre as operações de venda de medicamentos por elas ofertados aos consumidores em prateleira”.

A alternativa C está incorreta pois contraria o art. 156, § 3º, I, da CF: “§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III do *caput* deste artigo, cabe à lei complementar: I - fixar as suas alíquotas máximas e mínimas”

A alternativa D está incorreta pois contraria tese fixada no tema de repercussão geral nº 700: “É constitucional a incidência de ISS sobre serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios e prêmios (item 19 da Lista de Serviços Anexa à Lei Complementar 116/2003). Nesta situação, a base de cálculo do ISS é o valor a ser remunerado pela prestação do serviço, independentemente da cobrança de ingresso, não podendo corresponder ao valor total da aposta”.

A alternativa E está correta pois reflete a tese fixada no tema de repercussão geral nº 296: “É taxativa a lista de serviços sujeitos ao ISS a que se refere o art. 156, III, da Constituição Federal, admitindo-se, contudo, a incidência do tributo sobre as atividades inerentes aos serviços elencados em lei em razão da interpretação extensiva”.

### **QUESTÃO 70. São hipóteses de extinção do crédito tributário, segundo o Código Tributário Nacional, a**

**a) compensação, a transação, a remissão e a conversão do depósito em renda.**

**b) moratória, o depósito integral do montante do crédito, o pagamento e a compensação.**

**c) prescrição, a decadência, o pagamento e a concessão de liminar em mandado de segurança.**

**d) prescrição, a decadência, a anistia e o pagamento.**

**e) isenção, a anistia, a transação e a remissão.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema extinção do crédito tributário.

A alternativa A está correta pois traz quatro modalidades de extinção do crédito tributário previstos no art. 156 do CTN: “Extinguem o crédito tributário: (...) II - a compensação; III - a transação; IV - remissão; (...) VI - a conversão de depósito em renda”

A alternativa B está incorreta pois moratória e depósito do montante integral do crédito são modalidades de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, conforme art. 151 do CTN: “Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: I - moratória; II - o depósito do seu montante integral”.

A alternativa C está incorreta pois a concessão de liminar em mandado de segurança é modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, conforme art. 151 do CTN: “Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança”.

A alternativa D está incorreta pois a anistia é modalidade de exclusão do crédito tributário, conforme art. 175 do CTN: “Excluem o crédito tributário: (...) II - a anistia”.

A alternativa E está incorreta pois isenção e anistia são modalidades de exclusão do crédito tributário, conforme art. 175 do CTN: “Excluem o crédito tributário: I - a isenção; II - a anistia”.

**QUESTÃO 71. A Constituição prevê a existência de três leis orçamentárias: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Acerca destas leis, é INCORRETO afirmar:**

**a) A LDO e a LOA terão, entre suas funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.**

**b) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no PPA, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.**

**c) A LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, mas poderá conter autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.**

**d) Os parlamentares podem adicionar emendas à LOA, desde que compatíveis com a LDO e com o PPA. É obrigatória a execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares individuais até o limite de 1,2% da receita corrente líquida do ano anterior.**

**e) Até que sobrevenha previsão específica em lei complementar, o prazo para que o Poder Executivo envie ao Congresso Nacional o projeto do plano plurianual é 31 de agosto do primeiro ano do mandato presencial, nos termos do art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema leis orçamentárias.

A alternativa A está incorreta pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 165, § 7º, da CF: “Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional”.

A alternativa B está incorreta pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 167, § 1º, da CF: “Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade”.

A alternativa C está incorreta pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 165, § 8º, da CF: “A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.”

A alternativa D está correta pois revela uma assertiva falsa, uma vez que contraria o art. 166, § 9º, da CF: “As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde”.

A alternativa E está incorreta pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 35, § 2º, I, do ADCT: “o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa”.

**QUESTÃO 72. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), LC nº 101/2000, estabelece, em um dos seus dispositivos, serem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência do ente da Federação. Em consonância com esta disposição, a lei traz requisitos para que os entes públicos possam realizar a renúncia de receitas. Nos termos da LRF:**

**a) É uma das condições alternativas para a concessão da renúncia a demonstração de que ela foi considerada na estimativa de despesas da Lei Orçamentária Anual e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Plano Plurianual.**

**b) A renúncia compreende, entre outros institutos, a anistia, a remissão, o subsídio, o cancelamento de débitos tributários cujo valor seja inferior aos respectivos custos da cobrança e as isenções em caráter não geral.**

**c) Se a concessão de incentivo de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita for fundada em medidas de compensação, tais como a elevação de alíquotas, o benefício só entrará em vigor quando efetivamente implementadas as medidas.**

**d) É requisito para a renúncia de receita a apresentação de estimativa do impacto financeiro da medida nos 3 (três) exercícios seguintes, além da observância do disposto no Plano Plurianual.**

**e) É requisito para a renúncia de receita a apresentação de estimativa do impacto financeiro da medida nos 3 (três) exercícios seguintes, além da observância do disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema renúncia de receita.

A alternativa A está incorreta pois as metas de resultados fiscais são previstas no anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme art. 14, I, da LRF: “demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias”.

A alternativa B está incorreta pois o cancelamento de débitos tributários cujo valor seja inferior aos respectivos custos da cobrança não é considerado renúncia de receita, conforme art. 14, § 3º, da LRF: “O disposto neste artigo não se aplica: (...) II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança”.

A alternativa C está correta pois está de acordo com o art. 14, § 2º, da LRF: “Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso”.

A alternativa D está incorreta pois a estimativa do impacto orçamentário-financeiro deve ser referente ao exercício em que o benefício deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, além do fato de dever atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias, conforme art. 14, *caput*, da LRF: “A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:”

A alternativa E está incorreta pois a estimativa do impacto orçamentário-financeiro deve ser referente ao exercício em que o benefício deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, conforme comentários à alternativa D.

**QUESTÃO 73. Conforme dispõe a Constituição, a fiscalização do Município será exercida pela Câmara Municipal de Vereadores, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal. O controle externo será exercido pela Câmara com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver. Ainda nos termos da Constituição**

**a) os Tribunais de Contas dos Estados serão compostos por 7 conselheiros, dos quais 5 são indicados pela Assembleia Legislativa e 2 pelo Governador, alternadamente entre auditores e membros do Ministério Público de Contas.**

**b) é vedada aos Estados a criação de novos Tribunais de Contas dos Municípios para além dos já existentes em 1988.**

c) compete ao Tribunal de Contas emitir parecer prévio sobre as contas de governo e de gestão do prefeito, o qual será submetido à Câmara Municipal, que somente poderá rejeitar sua conclusão pelo voto de dois terços dos vereadores.

d) os conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados serão escolhidos entre brasileiros com mais de 30 e menos de 65 anos de idade, de idoneidade moral e reputação ilibada e com notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.

e) as contas dos Municípios ficarão durante noventa dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, cabendo-lhes a apresentação de questionamentos acerca da legitimidade das contas.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema controle.

A alternativa A está incorreta pois três membros dos Tribunais de Contas Estaduais serão escolhidos pelos Governadores, conforme Súmula 653 do STF: “No Tribunal de Contas Estadual, composto por sete conselheiros, quatro devem ser escolhidos pela Assembleia Legislativa e três pelo chefe do Poder Executivo estadual, cabendo a este indicar um dentre auditores e outro dentre membros do Ministério Público, e um terceiro a sua livre escolha”.

A alternativa B está incorreta pois a Constituição veda a criação de Tribunal de Contas Municipais, ou seja, que sejam criados órgãos nos Municípios para o controle das contas, conforme art. 31, § 4º: “É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais”. Lado outro, os Tribunais de Contas dos Municípios são órgãos estaduais que auxiliam todas as Câmaras de Vereadores do Estado na fiscalização.

A alternativa C está correta pois vai ao encontro da tese fixada no tema de repercussão geral nº 835: “Para os fins do art. 1º, inciso I, alínea “g”, da Lei Complementar 64, de 18 de maio de 1990, alterado pela Lei Complementar 135, de 4 de junho de 2010, a apreciação das contas de prefeitos, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas Câmaras Municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos vereadores”.

A alternativa D está incorreta pois, para ser nomeado conselheiro de Tribunal de Contas Estadual, o brasileiro deverá contar com mais de trinta e menos de setenta anos de idade, conforme combinação do art. 73, § 1º, II, com o art. 75, *caput*, ambos da Constituição: “§ 1º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos: (...) I - mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade; (...) Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.”.

A alternativa E está incorreta pois a duração da exibição das contas é de sessenta dias, conforme art. 31, § 3º, da CF: “As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.”

**QUESTÃO 74. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), a contratação de operações de crédito pelos Municípios brasileiros depende, entre outras coisas,**

a) do atendimento da chamada "regra de ouro" da responsabilidade fiscal, prevista no art. 167, III, da Constituição, segundo a qual o valor das operações de crédito não pode exceder o montante das despesas correntes.

b) da existência de prévia e expressa autorização para a contratação, que pode constar da lei orçamentária ou de lei específica.

c) da observância dos limites globais de endividamento fixados pelo Congresso Nacional.

d) da formulação de requerimento ao Ministério do Planejamento em que se demonstre a relação custo-benefício e o interesse econômico social da operação.

e) da inclusão, no orçamento ou em créditos adicionais, dos recursos provenientes da operação, inclusive no caso de operações por antecipação de receita.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema operações de crédito.

A alternativa A está incorreta pois as receitas de capital não podem superar os montantes previstos para despesas de capital e não correntes, conforme art. 167 da CF: "São vedados: (...) III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;"

A alternativa B está correta pois vai ao encontro do regramento positivado no art. 32 da LRF: "O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente. § 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições: I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;"

A alternativa C está incorreta pois os limites deverão ser fixados pelo Senado Federal, conforme art. 52 da CF: "Compete privativamente ao Senado Federal: (...) VI - fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;"

A alternativa D está incorreta pois o requerimento deve ser formulado ao Ministério da Fazenda, conforme art. 32, *caput*, da LRF: "O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente".

A alternativa E está incorreta pois nos casos de operação por antecipação de receita não é necessária a inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, conforme art. 32 da LRF: "O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou

indiretamente. § 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições: (...) II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;”.

**QUESTÃO 75. Entende-se por precatório a requisição elaborada pelo Presidente do Tribunal competente para que o chefe do Poder Executivo preveja na lei orçamentária recursos para o pagamento de débitos das Fazendas Públicas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado. Nos termos da Constituição e da jurisprudência vinculante do STF:**

**a) Serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto os casos de "superpreferência", os precatórios relacionados a débitos de natureza alimentícia, decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil.**

**b) Gozarão de uma espécie de "superpreferência" os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, devendo os respectivos precatórios, qualquer que seja o valor, ser pagos com prioridade em sua integralidade.**

**c) Após a devida previsão orçamentária, o ente público consignará diretamente aos credores os valores devidos, informando, em seguida, o Presidente do Tribunal requisitante, que, por sua vez, informará os respectivos juízos executivos para fins de conferência.**

**d) Não incidem juros de mora entre a data da elaboração dos cálculos para a expedição do precatório e o fim do prazo que tem o Poder Público para efetivamente pagar o precatório após sua apresentação.**

**e) É obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema precatórios.

A alternativa A está correta pois está de acordo com o art. 107-A, § 8º, do ADCT: “Os pagamentos em virtude de sentença judiciária de que trata o art. 100 da Constituição Federal serão realizados na seguinte ordem: I - obrigações definidas em lei como de pequeno valor, previstas no § 3º do art. 100 da Constituição Federal; II - precatórios de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham no mínimo 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, até o valor equivalente ao triplo do montante fixado em lei como obrigação de pequeno valor; III - demais precatórios de natureza alimentícia até o valor equivalente ao triplo do montante fixado em lei como obrigação de pequeno valor; IV - demais precatórios de natureza alimentícia além do valor previsto no inciso III deste parágrafo; V - demais precatórios.”

A alternativa B está incorreta pois a superpreferência incide até o valor do triplo fixado para a requisição de pequeno valor, conforme art. 100, § 2º, da CF: “Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.”

A alternativa C está incorreta pois o ente público consignará os valores ao Poder Judiciário, conforme art. 100, § 6º, da CF: “As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia respectiva.”.

A alternativa D está incorreta pois contraria tese fixada no tema de repercussão geral nº 96: “Incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório.”. Após, da data da requisição até o fim do exercício financeiro em que o precatório deveria ser pago, não incidem juros moratórios, conforme tese fixada no tema de repercussão geral nº 147: “Durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 (redação original e redação da EC 30/2000) da Constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos.”. Ultrapassado esse período, voltará a incidir juros moratórios.

A alternativa E está incorreta pois a data limite para inclusão é 2 de abril, conforme art. 100, § 5º, da CF: “É obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciais apresentados até 2 de abril, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente”.

**QUESTÃO 76. No que se refere à competência dos Estados-membros para a instituição de contribuição voltada ao custeio do regime de previdência de seus servidores, é correto afirmar:**

**a) Há óbice constitucional à prestação, pelos Estados, de serviços de saúde a seus servidores, se a adesão a esses planos for de modo facultativo.**

**b) Não há óbice constitucional à prestação pelos Estados, de serviços de saúde a seus servidores, desde que a adesão a esses planos seja compulsória.**

**c) Os Estados membros têm competência para a criação de contribuição ou qualquer outra espécie tributária destinada ao custeio de serviços farmacêuticos e odontológicos prestados aos seus servidores.**

**d) Os Estados membros têm competência para a criação de contribuição ou qualquer outra espécie tributária destinada ao custeio de serviços médicos, hospitalares, bem como ao custeio de medicamentos às pessoas portadores de deficiência.**

**e) Os Estados-membros têm competência apenas para a instituição de contribuição voltada ao custeio do regime de previdência de seus servidores.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da jurisprudência do STF a respeito da instituição de contribuições sociais pelos Estados-membros.

A alternativa E está correta. Como decidido pelo STF na ADI 5.368, os Estados-membros podem instituir contribuições dos seus servidores públicos com o intuito de custear serviços médicos, hospitalares, farmacêuticos e/ou odontológicos fornecidos a eles, mas desde que tais contribuições tenham caráter meramente facultativo, ou seja, elas não devem ter caráter tributário. Portanto, a única contribuição social que pode ser instituída pelos Estados-membros é a contribuição voltada ao custeio do regime de previdência de seus servidores. Veja a tese fixada no julgado em questão: “I - Os Estados-membros possuem competência apenas para a instituição de contribuição voltada ao custeio do regime de previdência de seus servidores. Falece-lhes, portanto, competência para a criação de contribuição ou qualquer outra espécie tributária destinada ao custeio de serviços médicos, hospitalares, farmacêuticos e odontológicos prestados aos seus servidores; II - Não há óbice constitucional à prestação, pelos Estados, de serviços de saúde a seus servidores, desde que a adesão a esses ‘planos’ seja facultativa” (ADI 5.368, Tema 55).

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, conforme comentários da alternativa E.

**QUESTÃO 77. O salário-maternidade é prestação previdenciária paga pela Previdência Social à segurada durante os cento e vinte dias em que permanece afastada do trabalho em decorrência da licença-maternidade. Dessa forma, configura verdadeiro benefício previdenciário. De outra parte, não se tratando de contraprestação pelo trabalho ou de retribuição em razão do contrato de trabalho, o salário-maternidade não se amolda ao conceito de folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício. Neste contexto, os Estados membros podem impor contribuição previdenciária patronal sobre o salário-maternidade.**

**Nesse caso, sobre o salário-maternidade, é correto afirmar:**

**a) O STF já definiu que as disposições constitucionais legitimam tratamento diferenciado às mulheres, o que permite aos Estados promover alterações legislativas no sentido de impor a contribuição previdenciária patronal aos empregadores sobre o salário-maternidade.**

**b) O STF já pacificou esta matéria ao declarar a inconstitucionalidade da incidência de contribuição previdenciária, a cargo do empregador, sobre o salário-maternidade.**

**c) O salário-maternidade pode ser objeto de alteração legislativa pelos Estados por se configurar como fonte de custeio alternativa, desde que esteja prevista em Lei Complementar.**

**d) O salário-maternidade pode ser objeto de alteração legislativa pelos Estados por se configurar como fonte de custeio alternativa, desde que prevista em Lei Ordinária.**

**e) O salário-maternidade pode compor a base de cálculo da contribuição previdenciária a cargo do empregador.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da jurisprudência do STF a respeito do salário-maternidade.

A alternativa B está correta. Em 2020, no julgamento do RE 576.967 (Tema 72), o STF considerou inconstitucional a incidência da contribuição previdenciária sobre o salário-maternidade, fixando a seguinte tese: “É inconstitucional a incidência da contribuição previdenciária a cargo do empregador sobre o salário-maternidade”. Apesar de a argumentação dos Ministros ter dado a entender que a inconstitucionalidade poderia recair tanto sobre a contribuição da empregada quanto sobre a contribuição do empregador, a tese firmada apenas declarou inconstitucional a contribuição do empregador sobre o salário-maternidade. Por isso, atualmente, continua sendo cobrada a contribuição da segurada sobre os valores que ela recebe a título de salário-maternidade. E, mais recentemente, o STF afetou para julgamento o Tema 1.274, a fim de analisar a constitucionalidade dessa contribuição por parte da empregada (quanto a isso, ainda não houve pronunciamento definitivo por parte da Corte).

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa B.

**QUESTÃO 78. Levando em consideração os enunciados e os princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos a um prazo legal para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas. A partir da chegada do processo à respectiva Corte de Contas, o prazo**

**a) decadencial é de 5 anos.**

**b) prescricional é de 2 anos.**

**c) decadencial é de 3 anos.**

**d) decadencial é de 2 anos.**

**e) prescricional é de 5 anos.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da jurisprudência do STF a respeito dos Tribunais de Contas.

A alternativa A está correta. No ano de 2020, no julgamento do Tema 445, o STF fixou a seguinte tese: “Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas”. Segundo a Corte, não se pode admitir que o Tribunal de Contas possua um prazo indefinido para avaliar a legalidade dos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, pois isso iria afetar diretamente a segurança jurídica do jurisdicionado, que, em tese, poderia perder a sua aposentadoria após já estar usufruindo dela por décadas. Por isso, foi fixado o prazo decadencial de 5 anos, contados da chegada do processo no Tribunal de Contas, para que a

legalidade do ato seja apreciada. Se esse prazo for ultrapassado, o Tribunal não mais poderá rever aquele ato.

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa A.

**QUESTÃO 79.** Maria manteve união com Pedro durante dez anos, com aparência familiar. Pedro, no entanto, ao mesmo tempo em que viveu com Maria era casado no regime de comunhão de bens com Lurdes. Sobrevindo o falecimento de Pedro, Maria busca o reconhecimento de seus direitos previdenciários, notadamente o de pensão por morte. Assim sendo, Maria

a) possui direito a um terço dos bens de Pedro, pois o concubinato, por ser considerado direito humano fundamental, equipara-se para fins de proteção estatal, às uniões afetivas resultantes do casamento e da união estável, atraindo, portanto, o reconhecimento de direitos previdenciários e assistenciais.

b) possui o direito à metade dos bens de Pedro, pois o concubinato atrai o reconhecimento de direitos previdenciários e assistenciais, por ser considerado no plano internacional, como um direito supralegal, e, portanto, em idêntico nível das uniões afetivas resultantes do casamento e da união estável.

c) não possui qualquer direito, pois é incompatível com a Constituição Federal o reconhecimento de direitos previdenciários à pessoa que tenha mantido, ainda que durante longo período e com aparência familiar, união com outra casada, porquanto o concubinato não se equipara, para fins de proteção estatal, às uniões afetivas resultantes do casamento e da união estável.

d) possui os mesmos direitos que Lurdes, pois é compatível com a Constituição Federal o reconhecimento de direitos previdenciários à pessoa que manteve, durante longo período e com aparência familiar, união com outra casada, porquanto o concubinato se equipara, para fins de proteção estatal, às uniões afetivas resultantes do casamento e da união estável.

e) possui o direito à metade dos bens de Pedro, pois o concubinato, como direito humano fundamental, equipara-se para fins de proteção estatal, às uniões afetivas resultantes do casamento e da união estável, e por isso atrai o reconhecimento de direitos previdenciários.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da jurisprudência do STF a respeito da situação previdenciária do concubino. A alternativa C está correta. Sabe-se que, de acordo com a legislação previdenciária, o cônjuge e o companheiro são tidos como dependentes para fins previdenciários (art. 16, I, Lei 8.213/91). Por isso, houve discussão doutrinária e jurisprudencial a respeito da possibilidade (ou impossibilidade) de se considerar o concubino como dependente. Todavia, o STF já pacificou a matéria nos Temas 526 e 529, afirmando a impossibilidade de reconhecer a qualidade de dependente para o concubino.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa C.

**QUESTÃO 80.** Familiares de Pedro, preso em regime fechado, pleiteiam na Justiça brasileira o benefício do auxílio-reclusão. De acordo com o previsto pela Emenda Constitucional nº 20/1998, a concessão do auxílio-reclusão para os familiares de Pedro estará condicionada à renda

- a) dos seus familiares.
- b) de Pedro, dos seus familiares e dos seus dependentes somadas.
- c) de Pedro, apenas, e não a de seus dependentes.
- d) dos dependentes de Pedro.
- e) média dos familiares de Pedro e a renda dele próprio.

#### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do conceito de “baixa renda” para fins do auxílio-reclusão. A alternativa C está correta. No atual ordenamento jurídico brasileiro, existe um benefício previdenciário que pode ser concedido aos dependentes do segurado que estiver preso em regime fechado, e esse benefício é o auxílio-reclusão, que possui previsão no seguinte dispositivo constitucional: “Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei, a: [...] IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda”. Como se pode perceber, o legislador constituinte expressamente exigiu que, para a concessão do auxílio-reclusão, o segurado seja uma pessoa de baixa renda, mas, por outro lado, não há qualquer exigência de que os seus dependentes sejam também enquadrados como de baixa renda. Sendo assim, no caso concreto trazido pela questão, o fato de Pedro ser uma pessoa de baixa renda já será suficiente para atender a esse requisito constitucional.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa C.

**QUESTÃO 81. Mario Ozonio Del Plata, maior de idade, casado, de nacionalidade paraguaia, residente na Ciudad Del Leste, no Paraguai, atualmente na condição de trabalhador fronteiriço desempregado, vivendo de bicos que faz a empresas em Foz do Iguaçu, território brasileiro, requer o benefício da assistência social ao governo brasileiro. Nesse caso, Mario Ozonio Del Plata**

- a) não é beneficiário da assistência social prevista na Constituição Federal, pois não atende aos requisitos constitucionais e legais.
- b) é beneficiário da assistência social prevista na Constituição Federal, pelo fato de ostentar a condição de trabalhador fronteiriço.
- c) tem direito a um salário-mínimo no Brasil, com base no Tratado da Amizade, celebrado entre o Brasil e a Argentina.
- d) tem direito à assistência social no Brasil, com fundamento no princípio da igualdade de direitos entre brasileiros e estrangeiros, insculpida na Constituição da República de 1988.
- e) tem direito a um salário-mínimo no Brasil, por ser considerado trabalhador menos afortunado.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da jurisprudência do STF a respeito da assistência social. A alternativa A está correta. No caso concreto narrado pela questão, Mario Ozonio del Plata não terá direito ao benefício assistencial, tendo em vista que ele não é residente no território nacional (o enunciado deixou claro que ele residia no Paraguai), e, de acordo com o STF, essa é uma exigência que deve ser cumprida pelos estrangeiros que pleiteiam a concessão do referido benefício. Veja a tese fixada no Tema 173 de Repercussão Geral: “Os estrangeiros residentes no País são beneficiários da assistência social prevista no artigo 203, inciso V, da Constituição Federal, uma vez atendidos os requisitos constitucionais e legais”.

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa A.

**QUESTÃO 82.** Paulo estava doente, em estado terminal, necessitava de medicamentos de alto valor econômico, e, sem alternativa, solicitou administrativamente ao município de Jaboatão que lhe fornecesse o medicamento adequado. Pois, em sua opinião de leigo, o atendimento à saúde dos necessitados, como ele, deve ser entendido como um dos deveres do Estado brasileiro. Não tendo obtido sucesso na seara administrativa, Paulo ajuizou ação judicial e optou por inserir no polo passivo, não apenas o município, como também o Estado de Pernambuco. Nesta situação hipotética, no que concerne à determinação da responsabilidade financeira da União, Estados e Municípios, e às demandas prestacionais na área da saúde, bem como dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, os entes da federação, em decorrência da competência

a) comum, são subsidiariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde e, diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.

b) disjuntiva, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde e, diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.

c) extraordinária, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde e, diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.

d) autônoma, são subsidiariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde e, diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.

e) comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde e, diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da jurisprudência do STF a respeito das ações judiciais envolvendo a saúde pública.

A alternativa E está correta. A resposta copiou praticamente toda a literalidade do Tema 793 do STF, que dispõe o seguinte: “Os entes da federação, em decorrência da competência comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, e diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro”.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, conforme comentários da alternativa E.

**QUESTÃO 83.** Por concessão de serviços públicos, o Município concedeu a algumas empresas privadas, entre elas a empresa Caminho do Mar Transportes, a prestação dos serviços de transporte municipal, sendo que os contratos de prestação de serviços são gerenciados e fiscalizados pela empresa Transporte S/A.

A empresa Transporte S/A é empresa de economia mista em que o acionista majoritário é a Prefeitura do Município. A empresa Transporte S/A foi contratada pelo poder público para: i) elaborar estudos para a realização do planejamento do sistema; ii) executar a fiscalização da prestação de serviços; iii) gerenciar o sistema de acordo com as diretrizes e políticas estabelecidas.

Após 5 anos de prestação regular de serviços, a empresa Caminho do Mar Transportes vem atrasando o pagamento dos salários de seus empregados, por cerca de 10 dias, nos últimos 4 meses. Com isso, provocou a insatisfação dos seus empregados, inclusive com o ajuizamento de reclamações trabalhistas em que se pretende a rescisão indireta do contrato de trabalho, sob a alegação de que houve a "mora contumaz", danos morais e a responsabilidade subsidiária da empresa Transporte S/A.

A partir do sistema legal trabalhista e do entendimento jurisprudencial consolidado pelo Tribunal Superior do Trabalho:

a) O mero atraso no pagamento dos salários de forma habitual configura mora contumaz e enseja a rescisão indireta do contrato de trabalho, com a responsabilidade subsidiária da empresa Transporte S/A.

b) O atraso do salário por 10 dias de forma habitual configura mora contumaz e a Transporte S/A, que realiza o gerenciamento e fiscalização dos serviços prestados pelas concessionárias de transporte público, atividade descentralizada da Administração Pública, possui responsabilidade subsidiária, quando evidenciada a culpa lato sensu.

c) O atraso do salário por 10 dias de forma eventual configura mora contumaz e a Transporte S/A, que realiza o gerenciamento e fiscalização dos serviços prestados pelas concessionárias de transporte público, atividade descentralizada da Administração Pública, possui responsabilidade subsidiária, quando evidenciada a culpa stricto sensu.

d) O mero atraso do salário por 10 dias, ainda que por alguns meses seguidos, não se configura como mora contumaz e a Transporte S/A, que realiza o gerenciamento e fiscalização dos serviços prestados pelas concessionárias de transporte público, atividade descentralizada da Administração Pública, não se confunde com a terceirização de mão de obra, não ensejando sua responsabilidade subsidiária.

e) O mero atraso do salário por 10 dias, ainda que por alguns meses seguidos, não se configura como mora contumaz e a Transporte S/A, que terceiriza e fiscaliza os serviços de transporte público, possui responsabilidade subsidiária em caso de condenação.

#### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda sobre o atraso de salário. A alternativa D está correta. O atraso de 10 para o pagamento do salário, ainda que por alguns meses seguidos, não configura mora contumaz, de acordo com a interpretação do art. 459 da CLT, no qual o atraso não incorrer a período superior a 1 (um) mês. Não obstante, conforme o disposto no art. 2º, §1º do decreto-lei 368/68: “Considera-se mora contumaz o atraso ou sonegação de salários devidos aos empregados, por período igual ou superior a 3 (três) meses, sem motivo grave e relevante, excluídas as causas pertinentes ao risco do empreendimento.” Ainda, cumpre esclarecer que, em análise ao caso narrado, a empresa Transporte S/A, ao gerenciar e fiscalizar serviços de transporte público, desempenha uma função descentralizada da Administração Pública. Isso não se configura como terceirização de mão de obra, e, portanto, não implica responsabilidade subsidiária pela CLT.

As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa D.

**QUESTÃO 84.** Diante da ocorrência de um evento climático catastrófico em diversos municípios de determinado estado da federação, com impacto significativo na economia local, o empregador decide reduzir unilateralmente a jornada de trabalho de seus 80 empregados, de 8 horas diárias para 4 horas diárias, com redução do salário de forma proporcional (50%) até 31 de dezembro de 2024. Diante desse caso, é correto:

a) A situação excepcional justifica o jus resistendae por parte do empregador apenas em relação à matéria salarial.

b) Em decorrência do princípio da inalterabilidade dos contratos de trabalho, não se admite a redução salarial, ainda que com concordância expressa do empregado, ou por negociação coletiva de trabalho.

c) A situação excepcional justifica o jus variandi por parte do empregador apenas em relação à jornada de trabalho, desde que justifique a medida perante o sindicato da categoria profissional no prazo de 15 dias.

d) Diante de eventos de caso fortuito ou força maior, o sistema jurídico trabalhista autoriza a alteração do contrato de trabalho por ato unilateral do empregador, desde que justifique a medida perante o Ministério do Trabalho no prazo de 15 dias.

e) Apesar da situação climática excepcional, a alteração das cláusulas do contrato de trabalho pertinentes à jornada de trabalho e salário dependem exclusivamente de negociação coletiva de trabalho.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O jus resistentiae é o direito do empregado de resistir a ordens ilegais ou abusivas do empregador, não se aplicando ao caso narrado.

A alternativa B está incorreta. A redução salarial pode ser admitida mediante negociação coletiva, nos termos do artigo 7º, VI, CRFB/88.

A alternativa C está incorreta. O jus variandi permite ao empregador alterar certas condições de trabalho, mas a justificativa perante o sindicato não é suficiente para alterações tão significativas.

A alternativa D está incorreta. Embora eventos de força maior possam justificar alterações, a legislação trabalhista brasileira exige negociação coletiva para mudanças significativas como redução de jornada e salário.

A alternativa E está incorreta. Qualquer alteração nas condições do contrato de trabalho deve ser feita com o consentimento do empregado e não pode prejudicá-lo. Nesse sentido, no que se refere a redução de salário e redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho, nos termos do art. 7º, IV e XIII da CRFB/88.

**QUESTÃO 85.** Em decorrência da crise econômica que afeta o setor de alimentos, a empresa ABC Alimentícia Ltda. decidiu pela rescisão contratual imotivada de 300 empregados da filial de Jaboatão dos Guararapes, no último dia do mês de maio de 2024. Cerca de 5 dias antes da dispensa em massa, a empresa comunicou a Superintendência Regional do Trabalho (Ministério do Trabalho). Na primeira quinzena de junho de 2024, foi noticiada a incorporação de 3 filiais da empresa ABC Alimentícia Ltda., inclusive a filial de Jaboatão dos Guararapes, pela empresa Ouro Alimentos S/A. Após 2 meses, o Ministério Público do Trabalho ingressou com ação civil pública questionando a validade da dispensa em massa, pretendia a condenação da empresa ao pagamento de danos morais coletivos estimados em R\$ 5.000.000,00, com a responsabilização solidária das empresas sucessora e sucedidas, e com pedido de concessão de medida liminar para o reestabelecimento imediato e integral dos contratos de trabalho. A dispensa em massa dos trabalhadores é

a) nula, pois exige a intervenção sindical prévia, que não se confunde com autorização prévia por parte da entidade sindical ou celebração de convenção ou acordo coletivo. A empresa sucessora é responsável pelos atos da empresa sucedida, com a responsabilidade solidária da empresa sucedida e da empresa sucessora, somente quando comprovada a fraude na transferência.

b) válida, pois exige a intervenção sindical prévia ou a prévia comunicação do Ministério do Trabalho, que não se confunde com autorização prévia por parte da entidade sindical ou Ministério do Trabalho ou ainda a celebração de convenção ou acordo coletivo. A empresa sucessora é responsável pelos atos da empresa sucedida, com a responsabilidade subsidiária da empresa sucedida e da empresa sucessora, somente quando comprovada a fraude na transferência.

c) nula, pois exige a intervenção sindical prévia ou do Ministério Público do Trabalho ou do Ministério do Trabalho, que não se confunde com autorização prévia por parte da entidade sindical ou celebração de convenção ou acordo coletivo. A empresa sucessora é responsável pelos atos da empresa sucedida, com a responsabilidade solidária da empresa sucedida e da empresa sucessora, somente quando comprovada a fraude na transferência.

d) válida, pois não exige a intervenção sindical prévia ou a celebração de convenção ou acordo coletivo. A empresa sucessora é responsável pelos atos da empresa sucedida, com a responsabilidade solidária entre as empresas sucedida e sucessora, somente quando comprovada a fraude na transferência.

e) nula, pois que exige a intervenção sindical prévia, que não se confunde com autorização prévia por parte da entidade sindical ou celebração de convenção ou acordo coletivo. A empresa sucessora é responsável pelos atos da empresa sucedida, com a responsabilidade subsidiária da empresa sucedida e da empresa sucessora, ainda que comprovada a fraude na transferência.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A alternativa A está correta. A dispensa em massa dos trabalhadores é NULA. De acordo com a jurisprudência do TST, a dispensa em massa exige negociação coletiva prévia com o sindicato, conforme tese de repercussão geral (Tema 638). Ainda, cumpre esclarecer que a responsabilidade da empresa sucessora será SOLIDÁRIA, em razão da fraude cometida, conforme assim prevê o art. 448-A, CLT.

Portanto, as demais alternativas estão incorretas.

**QUESTÃO 86.** A ONG Serra Verde contratou técnicos de análises biológicas por meio de contrato de trabalho intermitente. Depois de 18 meses de sua contratação, Tício, um dos técnicos de análises biológicas, questionou judicialmente a relação jurídica contratual, sob o fundamento de que somente foi convocado para a prestação de serviços nos dois primeiros meses logo após a contratação, com 40 horas mensais. Agora pretende rescisão indireta do contrato de trabalho, com a justificativa de que o empregador não realizou novas convocações e, com isso, ensejou redução sensível do trabalho e da remuneração. Para a adequada solução da demanda judicial, é correto afirmar que:

a) Sem a prestação habitual de serviços, não se justifica a celebração do contrato de trabalho, configurando violação grave dos deveres do empregador e ensejando a rescisão indireta do contrato de trabalho.

b) O período de inatividade é considerado tempo à disposição do empregador e a ausência de convocação por mais de 6 meses seguidos importa na redução do trabalho do empregado e afeta sensivelmente a importância salarial, justificando a rescisão indireta do contrato de trabalho.

c) Não há relação de emprego, apenas relação de trabalho, sendo que o empregador convocará, por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviços, informando qual será a jornada com, pelo menos, três dias corridos de antecedência.

d) No contrato de trabalho intermitente, a prestação de serviços com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria.

e) Incorporado à CLT com Reforma Trabalhista de 2017, o contrato de trabalho intermitente deve ser obrigatoriamente celebrado por escrito, com a indicação prévia dos períodos e dias da prestação de serviços e deve conter, especificamente, o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o trabalho intermitente, de acordo com a CLT.

A alternativa A está incorreta. Não caracteriza a rescisão indireta do contrato de trabalho, pois o empregador convocará o empregado, sendo essa recusa, sendo que, a recusa da oferta não descaracteriza a subordinação para fins do contrato de trabalho intermitente, nos termos do art. 452-A, §3º da CLT.

A alternativa B está incorreta. No contrato de trabalho intermitente, o período de inatividade não é considerado tempo à disposição do empregador, conforme o art. 452-A, §5º da CLT. Portanto, a ausência de convocação por mais de 6 meses não justifica a rescisão indireta.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, no trabalho intermitente há relação de emprego. No trabalho intermitente, a lei admite como relação de emprego o serviço sem a habitualidade.

A alternativa D está correta. A prestação de serviços não é contínua e ocorre com alternância de períodos de atividade e inatividade, nos termos do art. 452-A e seguintes da CLT.

A alternativa E está incorreta. O contrato de trabalho intermitente deve ser celebrado por escrito e deve conter o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo.

**QUESTÃO 87.** Durante o processo de conhecimento, a reclamação trabalhista movida por Tício foi parcialmente acolhida e a empresa reclamada foi condenada a retificar a carteira de trabalho (CTPS) do reclamante e ao pagamento de diferenças de comissões. No curso da execução, mesmo após diversas medidas executórias, não foram localizados bens da empresa devedora. Com isso, o reclamante foi regularmente intimado para dar andamento ao feito no prazo de 30 dias. Findo o prazo concedido, a reclamação trabalhista ficou disponível para as partes por 30 meses na Vara do Trabalho e, posteriormente, arquivada por 18 meses. Diante da inércia das partes, o magistrado trabalhista declarou de ofício extinta a execução, por prescrição intercorrente. O fundamento jurídico para justificar a alteração total ou parcial da decisão em fase recursal é:

a) Segundo o entendimento atual do STF e do TST, é inaplicável a prescrição intercorrente na Justiça do Trabalho.

b) É obrigatória a designação de audiência de conciliação entre as partes antes da declaração da prescrição.

c) Observando a regra constitucional, o prazo da prescrição intercorrente é de 5 anos.

d) A prescrição intercorrente somente pode ser analisada mediante provocação da parte interessada.

e) A prescrição intercorrente não atinge a obrigação de retificação da CTPS e afeta exclusivamente o pagamento de diferenças de comissões.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, prescrição intercorrente é aplicável na Justiça do Trabalho, no prazo de dois anos (art. 11-A, CLT).

A alternativa B está incorreta. Não há exigência legal de designação de audiência de conciliação antes da declaração da prescrição intercorrente.

A alternativa C está incorreta. O prazo da prescrição intercorrente é no prazo de dois anos (art. 11-A, CLT).

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a prescrição intercorrente também poderá ser declarada de ofício pelo juiz, conforme prevê o art. 11-A, §2º.

A alternativa E está correta. A prescrição intercorrente afeta apenas as obrigações de natureza pecuniária, como o pagamento de diferenças de comissões. Ainda, a retificação da CTPS é uma obrigação de fazer, que não se extingue pelo decurso do prazo prescricional, conforme o entendimento jurisprudencial.

**QUESTÃO 88.** A empresa ABC Ltda. foi contratada pela Administração Pública para prestar serviços de manutenção e limpeza em 5 escolas públicas do Município a partir de janeiro de 2022. Nos últimos meses, após narrarem jornadas de trabalho exaustivas de 14 a 16 horas/dias, sem intervalos para refeição e descanso, em regime de escala 6x1, alguns empregados ingressaram em juízo em face do empregador e da Administração Pública pleiteando o pagamento de horas extras e reflexos legais, os depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em atraso, desde dezembro de 2023, e a rescisão indireta do contrato de trabalho. Na reclamação trabalhista ajuizada por Caio, empregado da empresa ABC Ltda., após notificadas, a 14 reclamada (ABC Ltda.) apresentou contestação detalhada e sem documentos. Já a 28 reclamada (Administração Pública) alegou preliminar de ilegitimidade passiva, impugnou a jornada de trabalho sob a alegação de que a jornada descrita é humanamente impossível e que não houve comprovação de diferenças ou apresentação do extrato de FGTS pelo reclamante com a peça inicial. Além disso, exibiu diversos documentos relacionados ao contrato administrativo. O preposto da 1a reclamada não compareceu à audiência e, por isso, a 18 reclamada foi considerada a revel e confessa, apesar de presente o seu advogado. Sem a produção de provas em audiência, o magistrado trabalhista encerrou a fase instrutória e, em sentença, a pretensão inicial foi acolhida integralmente, com a condenação solidária das reclamadas ao pagamento dos créditos trabalhistas postulados. Em uma análise do caso a partir do sistema legal e entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, é correto:

a) Presente o advogado da 1a reclamada em audiência, o magistrado deveria ter aceitado a contestação da 1a reclamada elidindo a revelia, sendo que a ausência dos controles de jornada de trabalho importa em inversão do ônus da prova e cabe ao empregado comprovar a irregularidade dos depósitos do FGTS.

b) Presente o advogado da 1a reclamada em audiência, o magistrado deveria ter aceitado a contestação da 1a reclamada elidindo a revelia, sendo que não há confissão sobre fato inverossímil e é ônus probatório do empregador comprovar a regularidade dos depósitos do FGTS.

c) Presente o advogado da 1a reclamada em audiência, o magistrado deveria ter aceitado a contestação da 1a reclamada, mas mantida a revelia, sendo que não há confissão sobre fato inverossímil e cabe ao empregado comprovar a irregularidade dos depósitos do FGTS.

d) Ausente o preposto em audiência, a 1a reclamada é revel, sendo que não há confissão sobre fato inverossímil e é ônus probatório do empregado comprovar a irregularidade dos depósitos do FGTS.

e) Presente o preposto da 2a reclamada em audiência, o magistrado deveria ter aceitado a contestação da 1a reclamada elidindo a revelia, sendo que a ausência dos controles de jornada de trabalho importa em inversão do ônus da prova sobre a real jornada de trabalho e cabe ao empregador comprovar a regularidade dos depósitos do FGTS.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a inversão do ônus da prova, exigindo o conhecimento do candidato sobre a matéria, bem como, o entendimento da Súmula 388 do TST.

A alternativa B está correta. A presença do advogado da 1ª reclamada em audiência deveria ter elidido à revelia, conforme o artigo 844 da CLT. Além disso, a confissão ficta não se aplica a fatos inverossímeis, e é ônus do empregador comprovar a regularidade dos depósitos do FGTS, conforme a Súmula 338 do TST.

As demais alternativas estão incorretas, portanto.

**QUESTÃO 89.** Tício foi contratado por empresa domiciliada em Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco para a função de agente/viajante comercial em 12 de julho de 2010. Após a extinção do contrato de trabalho em 31 de maio de 2024, Tício ingressou com reclamação trabalhista postulando diferenças de horas extras, pagamento de comissões não quitadas e o reembolso de algumas despesas nas viagens realizadas para o empregador, perante a 1a Vara do Trabalho de Serra Grande, em Minas Gerais. Regularmente citada, a empresa reclamada alegou exceção de incompetência territorial em peça

autônoma e apresentou contestação, com documentos, ato contínuo. Em audiência inicial, as partes produziram provas que demonstraram de forma convincente que Tício atendia semanalmente diversos clientes em Serra Grande. Na própria audiência, o magistrado da 1a Vara do Trabalho de Serra Grande acolheu as alegações de incompetência territorial, sob a alegação de que Tício estava subordinado à filial de Jaboatão dos Guararapes. O reclamante apresentou seus protestos contra a decisão. Diante do caso apresentado, é correto afirmar:

a) No processo do trabalho, é cabível incidente próprio para discussão da incompetência territorial a ser apresentada no prazo de 5 dias da notificação, sendo incorreta a decisão que acolheu as alegações da empresa de incompetência territorial, mas impugnável por simples protesto em audiência.

b) No sistema processual vigente, as alegações de incompetência territorial devem ser alegadas em preliminar de contestação, a ser apresentada até a audiência, sendo incorreta a decisão que acolheu as alegações da empresa de incompetência territorial, mas atacável por recurso ordinário.

c) No processo do trabalho, é cabível incidente próprio para discussão da incompetência territorial a ser apresentada no prazo de 5 dias da notificação, sendo correta a decisão que acolheu as alegações da empresa de incompetência territorial e somente pode ser impugnável por recurso ordinário.

d) No processo do trabalho, é cabível incidente próprio para discussão da incompetência territorial a ser apresentada no prazo de 8 dias da notificação, sendo incorreta a decisão que acolheu as alegações da empresa de incompetência territorial, mas atacável por recurso de agravo de instrumento.

e) No sistema processual vigente, as alegações de incompetência territorial devem ser alegadas em preliminar de contestação, a ser apresentada até a audiência, sendo correta a decisão que acolheu as alegações da empresa de incompetência territorial, mas atacável por recurso de agravo de instrumento.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata acerca da incompetência territorial, prevista no art. 800 da CLT.

A alternativa A está incorreta. A decisão que acolhe a incompetência territorial não é impugnável por simples protesto em audiência, mas sim por meio de recurso ordinário, previsto no art. 839, II CLT.

A alternativa B está incorreta. A incompetência territorial deve ser arguida em peça autônoma, não em preliminar de contestação, conforme determina o art. 800 da CLT.

A alternativa C está correta. A incompetência territorial deve ser arguida em peça autônoma no prazo de 5 dias, conforme o artigo 800 da CLT. A decisão que acolhe a incompetência territorial é correta se fundamentada na subordinação do empregado à filial de Jaboatão dos Guararapes e pode ser impugnada por recurso ordinário, nos termos do art. 839, II, CLT.

As alternativas D e E estão incorretas. O prazo para arguir a incompetência territorial é de 5 dias, conforme o artigo 800 da CLT, e não 8 dias. Além disso, a decisão que acolhe a incompetência territorial é impugnável por recurso ordinário, não por agravo de instrumento.

**QUESTÃO 90.** Sob a alegação de dispensa discriminatória por ser portador do vírus HIV, Alberto ingressou em juízo pleiteando a nulidade da dispensa imotivada e sua reintegração, com pedido de tutela de urgência e, ainda, o pagamento dos salários e outras verbas trabalhistas até a data da efetiva reintegração. Em decisão interlocutória, considerando a ausência dos requisitos legais, a tutela requerida foi negada e foi designada audiência. Em contestação, a empresa reclamada alegou que o empregado era portador do vírus HIV antes do ingresso na empresa e negou a prática de ato discriminatório. Diante das provas produzidas em audiência, o magistrado concedeu ex officio tutela de urgência, determinando a reintegração do trabalhador no prazo de 72 horas, sob pena de multa diária fixada em R\$ 300,00 em favor do trabalhador. Contra a tutela concedida, a empresa adotou a medida judicial cabível. Uma semana após a audiência, em sentença, a pretensão inicial foi totalmente acolhida, inclusive com a adequação da tutela de urgência concedida para a reintegração do trabalhador no prazo de 24 horas, com multa diária de R\$ 500,00 em caso de descumprimento.

Diante do caso, a concessão de tutela de urgência

a) pode ser concedida ex officio pelo juiz do trabalho, sendo cabível agravo de instrumento contra a decisão interlocutória. Já contra a tutela de urgência concedida em sentença, a parte interessada deverá requerer efeito suspensivo ao recurso ordinário em incidente próprio diretamente no tribunal.

b) depende de requerimento expresso da parte, sendo cabível mandado de segurança contra a decisão interlocutória e, com a prolação da sentença, tem-se a perda de objeto do mandado de segurança impetrado. Já contra a tutela de urgência concedida em sentença, a parte interessada deverá requerer efeito suspensivo ao recurso ordinário em incidente próprio diretamente no tribunal.

c) depende de requerimento expresso da parte, sendo cabível mandado de segurança contra a decisão interlocutória e, com a proclamação da sentença, tem-se a perda de objeto do mandado de segurança. Já contra a tutela de urgência concedida em sentença, a parte interessada deverá opor agravo de instrumento diretamente no tribunal.

d) pode ser concedida a requerimento da parte ou ex officio pelo juiz do trabalho, sendo cabível mandado de segurança contra a decisão interlocutória e, com a proclamação da sentença, tem-se a perda de objeto do mandado de segurança. Já contra a tutela concedida em sentença, a parte interessada poderá requerer a concessão de efeito suspensivo em caráter liminar de urgência no próprio recurso ordinário.

e) depende de requerimento expresso da parte, sendo cabível mandado de segurança contra a decisão interlocutória. Com a tutela de urgência concedida em sentença, a parte interessada deverá adequar o mandado de segurança impetrado anteriormente.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A alternativa A está incorreta. Contra a sentença que desafia recurso ordinário, sendo que o efeito suspensivo deve ser perseguido via tutela cautelar, conforme artigo 305 c/c § 5º do art. 1.029 do CPC.

A alternativa B está correta. A tutela de urgência depende de requerimento expresso da parte (art. 300, CPC), e a medida judicial cabível contra a decisão interlocutória que concede ou nega a tutela de urgência é o mandado de segurança. Com a prolação da sentença, ocorre a perda de objeto do mandado de segurança. Contra a tutela de urgência concedida em sentença, a parte interessada deve requerer efeito suspensivo ao recurso ordinário em incidente próprio diretamente no tribunal.

A alternativa C está incorreta. Embora a tutela de urgência dependa de requerimento expresso da parte e o mandado de segurança seja cabível contra a decisão interlocutória, o agravo de instrumento não é a medida correta contra a tutela de urgência concedida em sentença.

As alternativas D e E estão incorretas. A tutela de urgência depende de requerimento expresso da parte, conforme o artigo 300 do CPC. O mandado de segurança é cabível contra a decisão interlocutória, mas a medida correta contra a tutela de urgência concedida em sentença é requerer efeito suspensivo ao recurso ordinário, não em caráter liminar de urgência. A antecipação de tutela deferida em sentença desafia recurso

ordinário, sendo que o efeito suspensivo deve ser perseguido via tutela cautelar, conforme artigo 305 c/c § 5º do art. 1.029 do CPC.

**QUESTÃO 91. Com base em sólidos estudos técnicos realizados pela Secretaria de Meio Ambiente, o Município pretende, em área urbana consolidada, definir faixa marginal de 15 metros (Área de Preservação Permanente - APP) para os cursos d'água de menos de 10 metros de largura. Sob o ponto de vista jurídico, a proposta:**

**a) é viável desde que sejam ouvidos os Conselhos Estadual e Municipal do Meio Ambiente, podendo ser concretizada por lei ou por decreto.**

**b) é viável desde que seja concretizada por meio de lei, sejam ouvidos os Conselhos Estadual e Municipal de Meio Ambiente e estabeleçam-se regras previstas na Lei federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.**

**c) não encontra viabilidade diante da ausência de competência do Município para disciplinar o tema.**

**d) é viável e pode ser concretizada por meio de decreto.**

**e) é viável desde que seja concretizada por meio de lei, ouvido o Conselho Municipal de Meio Ambiente.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Áreas de Preservação Permanente – APP. Acerca da questão de definição de faixa marginal para cursos de água, o art. 4º, I, “a”, da Lei 12.651/2012 assim determina: “Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei: I - as faixas marginais de qualquer curso d’água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: (a) 30 (trinta) metros, para os cursos d’água de menos de 10 (dez) metros de largura;” Ocorre que, em áreas urbanas consolidadas, é possível que lei municipal ou distrital (e não decreto) defina faixa marginal distinta da estabelecida pelo art. 4º, I, desde que ouvidos tanto o conselho estadual quanto o conselho municipal/distrital de meio ambiente. É o que determina o § 10 do mesmo artigo: “§ 10. Em áreas urbanas consolidadas, ouvidos os conselhos estaduais, municipais ou distrital de meio ambiente, lei municipal ou distrital poderá definir faixas marginais distintas daquelas estabelecidas no inciso I do caput deste artigo, com regras que estabeleçam: I – a não ocupação de áreas com risco de desastres; II – a observância das diretrizes do plano de recursos hídricos, do plano de bacia, do plano de drenagem ou do plano de saneamento básico, se houver; e III – a previsão de que as atividades ou os empreendimentos a serem instalados nas áreas de preservação permanente urbanas devem observar os casos de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental fixados nesta Lei.” Portanto, a alternativa B está correta: A proposta do enunciado é viável, desde que seja concretizada por meio de lei, sejam ouvidos os Conselhos Estadual e Municipal de Meio Ambiente e estabeleçam-se regras previstas na Lei 12.651/2012. As alternativas A, C, D e E ficam, pois, automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 92.** Na discussão do zoneamento municipal, pretende-se criar uma zona urbana que se sobrepõe à zona de amortecimento de um Parque Estadual. Sob o ponto de vista jurídico, a proposta:

- a) não encontra viabilidade, diante de expressa vedação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).
- b) encontra viabilidade, desde que haja manifestação favorável do órgão gestor da Unidade de Conservação e do Conselho Estadual do Meio Ambiente.
- c) encontra viabilidade, diante da competência do Município para disciplinar o tema.
- d) encontra viabilidade, desde que haja manifestação favorável do Conselho Estadual do Meio Ambiente.
- e) encontra viabilidade, desde que haja manifestação favorável do órgão gestor da Unidade de Conservação.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. O Parque Estadual é classificado como Unidade de Proteção Integral, de acordo com art. 8º, III, c/c art. 11, § 4º, ambos da lei 9.985/2000: “Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: (...) III - Parque Nacional;” e “§ 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.” Sobre as Unidades de Proteção Integral, nas quais se inclui o Parque Estadual, conforme já visto acima, o art. 49 da Lei 9.985/2000 determina que suas zonas de amortecimento não podem ser transformadas em zonas urbanas. Vejamos: “Art. 49. A área de uma unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral é considerada zona rural, para os efeitos legais. Parágrafo único. A zona de amortecimento das unidades de conservação de que trata este artigo, uma vez definida formalmente, não pode ser transformada em zona urbana.” Portanto, a alternativa A está correta: Não é possível criar uma zona urbana que se sobreponha à zona de amortecimento de um Parque Estadual, por expressa vedação do art. 49 da Lei 9.985/2000. Assim, as alternativas B, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 93.** A Secretaria de Meio Ambiente encaminhou ao Chefe do Poder Executivo Municipal proposta de decreto que traz ampla lista de atividades e de empreendimentos a serem licenciados pelo Município. Sob o ponto de vista jurídico, a proposta:

- a) encontra viabilidade, desde que as atividades e os empreendimentos possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente.
- b) não encontra viabilidade, pois é atribuição do Conselho Municipal do Meio Ambiente definir a lista de atividades e de empreendimentos a serem licenciados pelo Município.

**c) encontra viabilidade, diante da competência do Município para o licenciamento ambiental, desde que haja fundamentação técnica vinda da Pasta especializada no tema.**

**d) encontra viabilidade, desde que haja a prévia oitiva do Conselho Municipal de Meio Ambiente.**

**e) encontra viabilidade, desde que as atividades e os empreendimentos possam causar impacto ambiental de âmbito local e haja a prévia oitiva do Conselho Municipal de Meio Ambiente.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Competências em Direito Ambiental, mais precisamente sobre as competências dos municípios. Sobre as competências administrativas dos Municípios, o artigo 9º, XIV, “a”, da LC 140/2011 assim determina: “Art. 9º São ações administrativas dos Municípios: XIV - observadas as atribuições dos demais entes federativos previstas nesta Lei Complementar, promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos: a) que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade;” Portanto, a alternativa A está correta, de acordo com artigo 9º, XIV, “a”, da LC 140/2011: O Poder Executivo Municipal é o ente competente para realizar o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelo respectivo Conselho Estadual de Meio Ambiente. Tomando por base o mesmo dispositivo legal, as alternativas B, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 94. A lei traz recuo para construção em lote (distância da construção em relação à rua) bem maior, em determinado bairro residencial, se comparado aos demais bairros residenciais de um Município. Neste cenário, os proprietários:**

**a) têm direito à indenização por configurar limitação administrativa.**

**b) podem ter direito à indenização por se tratar de servidão administrativa.**

**c) têm direito à indenização por configurar desapropriação indireta.**

**d) têm direito à indenização por configurar servidão administrativa.**

**e) não têm direito à indenização por se tratar de limitação administrativa.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema limitação administrativa. De acordo com jurisprudência do STJ, as restrições ao direito de propriedade impostas por normas ambientais configuram limitações administrativas. Vejamos: “As restrições ao direito de propriedade, impostas por normas ambientais, ainda que esvaziem o conteúdo econômico, não configuram desapropriação indireta. A desapropriação indireta só ocorre quando existe o efetivo apossamento da propriedade pelo Poder Público. Logo, as restrições ao direito de propriedade impostas por normas ambientais configuram limitações

administrativas. STJ. 1ª Turma. AgInt no AREsp 1443672/SP, Rel. Min. Sérgio Kukina, julgado em 11/02/2020.” Ademais, tratando-se de uma limitação administrativa, o posicionamento pacífico do STJ é que não cabe de indenização, salvo em caso de dano anormal e específico: “Tratando-se de limitação administrativa, em regra, é indevido o pagamento de indenização aos proprietários dos imóveis abrangidos em área delimitada por ato administrativo, a não ser que comprovem efetivo prejuízo, ou limitação além das já existentes. STJ. 2ª Turma. AREsp 551.389-RN, Rel. Min. Assusete Magalhães, julgado em 5/8/2023.”

Portanto, no caso narrado pelo enunciado, trata-se de uma limitação administrativa e os proprietários não têm direito à indenização. Logo, a alternativa E está correta, e as alternativas A, B, C e D ficam automaticamente incorretas.

#### **QUESTÃO 95. A Operação Urbana Consorciada terá sua área delimitada**

- a) em lei municipal específica.**
- b) no plano diretor.**
- c) em lei estadual.**
- d) em decreto estadual.**
- e) em decreto municipal.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Operação Urbana Consorciada. Conforme artigo 32 do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) traz o seguinte: “Art. 32. Lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas.” Portanto, a alternativa correta é a letra A. As alternativas B, C, D e E ficam, pois, automaticamente incorretas.

#### **QUESTÃO 96. Sobre a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico, o Município que compartilha efetivamente instalações operacionais integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, instituídas por lei complementar estadual, no caso de interesse comum:**

- a) não exerce a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico, que cabe ao Conselho Gestor da Região Metropolitana.**
- b) exerce, de forma subsidiária, na ausência do Estado, a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico.**
- c) exerce a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico em conjunto com o Estado.**
- d) é o único titular dos serviços públicos de saneamento básico.**

**e) não exerce a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico, que cabe ao Estado.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Saneamento Básico, mais precisamente sobre a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico. Sobre a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico, o art. 8º da Lei 11.445/2007 assim determina: “Art. 8º Exercem a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico: I - os Municípios e o Distrito Federal, no caso de interesse local; II - o Estado, em conjunto com os Municípios que compartilham efetivamente instalações operacionais integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, instituídas por lei complementar estadual, no caso de interesse comum.” Portanto, de acordo com art. 8º, II, da Lei 11.445/2007, no caso de interesse comum, a titularidade será exercida pelo Município em conjunto com o Estado. Logo, a alternativa C está correta, e as alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 97. José Leôncio foi autuado por incêndio ocorrido em sua propriedade rural, que se alastrou e atingiu trecho com vegetação nativa. No curso do processo administrativo, apurou-se que todos os cuidados foram tomados pelo proprietário da área (aceiros feitos e mantidos de forma correta). A multa:**

**a) não poderá ser cobrada, devendo o processo ser arquivado em razão da ausência de dolo ou culpa do proprietário rural.**

**b) deverá ser cobrada, uma vez que a responsabilidade administrativa ambiental é objetiva fundamentada na teoria do risco integral.**

**c) deverá ser cobrada, uma vez que a responsabilidade administrativa ambiental é objetiva fundamentada na teoria do risco criado.**

**d) não poderá ser cobrada em razão da ausência de dolo ou culpa do proprietário rural, devendo o processo seguir para se buscar a reparação do dano ambiental.**

**e) deverá ser cobrada, uma vez que a responsabilidade administrativa ambiental é, em regra, objetiva, salvo em relação às infrações contra a fauna.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema responsabilidade administrativa ambiental. Sobre a natureza da responsabilidade administrativa ambiental, a jurisprudência do STJ entende, de modo pacífico, que esta é subjetiva (diferentemente da responsabilidade civil ambiental, a qual é objetiva). Vejamos: “A responsabilidade administrativa ambiental é de natureza subjetiva. A aplicação de penalidades administrativas não obedece à lógica da responsabilidade objetiva da esfera cível (para reparação dos danos causados), mas deve obedecer à sistemática da teoria da culpabilidade, ou seja, a conduta deve ser cometida pelo alegado transgressor, com demonstração de seu elemento subjetivo, e com demonstração do nexo causal entre a conduta e o dano. Assim, a responsabilidade CIVIL ambiental é objetiva; porém, tratando-se de responsabilidade administrativa ambiental, a responsabilidade é SUBJETIVA.” (STJ. 1ª Seção. EREsp 1318051/RJ, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 08/05/2019). No caso narrado pelo enunciado da questão proposta, como José Leôncio tomou todos os cuidados para evitar incêndio, realizou os aceiros e os manteve corretamente, pode-se dizer que não houve dolo ou culpa de sua parte. No entanto, subsiste

a necessidade de reparar o dano ambiental, conforme art. 225, § 3º, da CF: “§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.”

Portanto, correta a alternativa D: A multa não poderá ser cobrada em razão da ausência de dolo ou culpa do proprietário rural, devendo o processo seguir para se buscar a reparação do dano ambiental. As alternativas B, C e E estão incorretas, pois falam em responsabilidade objetiva. Ademais, o processo não será arquivado, mas sim prosseguirá em relação à reparação. Logo, a alternativa A também está incorreta.

**QUESTÃO 98. Determinado Município foi atingido por um severo e longo período de estiagem. O reservatório de água utilizado, dentre outras finalidades, para abastecimento público, está com nível crítico. Não há outra fonte de captação de água. A Indústria “X” capta volume de água considerável para seu processo industrial. Neste cenário, a outorga de direito de uso de recursos hídricos concedida à Indústria “X”:**

**a) será cassada.**

**b) permanece integra, cabendo à Indústria compensar o uso dos recursos hídricos com o fornecimento de caminhões pipa à população do Município atingido.**

**c) permanece integra, diante do direito adquirido e da necessidade de manutenção dos empregos gerados pela indústria.**

**d) poderá ser suspensão parcial ou totalmente por prazo determinado.**

**e) será revogada.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Política Nacional de Recursos Hídricos, mais precisamente sobre a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos.

A outorga dos direitos de uso de recursos hídricos é um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, conforme art. 5º, III, da Lei 9.433/97: “Art. 5º São instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos: (...) III - a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;” Em algumas situações, a outorga poderá ser suspensão. É o que determina artigo 15 da Lei 9.433/97 e seus incisos. Analisando o caso narrado pelo enunciado, percebe-se que se enquadra nos incisos III e V do art. 15, a seguir: “Art. 15. A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensão parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, nas seguintes circunstâncias: (...) III - necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas; (...) V - necessidade de se atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas;”. Portanto, a outorga de direitos de uso de recursos hídricos, no caso hipotético, poderá ser suspensão parcial ou totalmente. Correta, pois, a alternativa D. As alternativas A, B, C e E ficam automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 99. A política de desenvolvimento urbano é executada:**

a) pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas pelo Conselho Gestor da Política de Desenvolvimento Urbano.

b) por Comissão Bipartite formada pelo Município e pelo respectivo Estado.

c) pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei.

d) pelo Poder Público Municipal, seguindo as normas fixadas por Comissão Tripartite formada pela União, pelo respectivo Estado e pelo próprio Município.

e) pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais estabelecidas em Decreto.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema política de desenvolvimento urbano.

De acordo com art. 182 da Constituição Federal: “Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.”. Portanto, a alternativa correta é a letra C. As alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 100.** Um empreendedor pretende lotear terreno em área urbana. O empreendimento contará com lotes que são propriedade exclusiva e área comum de lazer. Sobre a possibilidade de colocar uma cancela na entrada do empreendimento, restringindo-se o acesso:

a) Não é possível, podendo-se, todavia, controlar o acesso por meio de cadastro e de uso de imagens.

b) É possível, desde que o empreendedor apresente compensação financeira destinada a programas sociais do Município.

c) É possível, desde que haja previsão expressa na Lei de Diretrizes Urbanísticas do Município.

d) Não é possível, uma vez que as vias existentes no empreendimento são públicas.

e) É possível, visto que o empreendimento segue a normativa do condomínio edilício, mas desde que respeitada a legislação urbanística.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema loteamento, mais precisamente, do condomínio de lotes. De acordo com art. 1.358-A, caput e § 2º, inciso I, do Código Civil: “Art. 1.358-A. Pode haver, em terrenos, partes designadas de lotes que são propriedade exclusiva e partes que são propriedade comum dos condôminos. § 2º Aplica-se, no que couber, ao condomínio de lotes: I - o disposto sobre condomínio edilício neste Capítulo, respeitada a legislação urbanística; e II - o regime jurídico das incorporações imobiliárias de que trata o Capítulo I do Título II da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, equiparando-se o empreendedor ao incorporador quanto aos aspectos civis e registrários. Portanto, a alternativa correta é a letra E: É possível colocar a cancela, restringindo o acesso, visto que o empreendimento segue a

normativa do condomínio edilício, mas desde que respeitada a legislação urbanística As alternativas A, B, C e D ficam, pois, automaticamente incorretas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: [yasmin.ushara@estrategia.com](mailto:yasmin.ushara@estrategia.com) / [thiago.carvalho@estrategia.com](mailto:thiago.carvalho@estrategia.com)



Instagram: [estrategiacarreirajurídica](#) / [yasminushara](#)